



DIÁRIO OFICIAL

D O D I S T R I T O F E D E R A L

ANO XXXV Nº 152

BRASÍLIA – DF, SEXTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2003

PREÇO R\$ 1,10

SUMÁRIO	SEÇÃO I PÁG.	SEÇÃO II PÁG.	SEÇÃO III PÁG.
Atos do Poder Legislativo.....			77
Atos do Poder Executivo	1	62	
Vice-Governadoria	56	71	
Secretaria de Governo.....		71	
Secretaria de Gestão Administrativa.....	56		78
Secretaria de Fazenda	56	71	78
Secretaria de Educação	59	72	79
Secretaria de Saúde.....		72	79
Secretaria de Ação Social		72	
Secretaria de Infra-Estrutura e Obras.....	59	72	80
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento...	60		
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social	60	73	81
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal			81
Polícia Civil do Distrito Federal	60	73	
Polícia Militar do Distrito Federal			81
Secretaria de Cultura.....			81
Secretaria de Desenvolvimento Econômico.....			82
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.....		75	
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação	60	75	82
Secretaria de Esporte e Lazer		75	
Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais	60	75	83
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico.....		76	
Procuradoria Geral do Distrito Federal.....		76	
Tribunal de Contas do Distrito Federal	61		
Ineditoriais			83

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 3.179, DE 06 DE AGOSTO DE 2003
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2004.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto nos arts. 149, § 3º, e 168 da Lei Orgânica do Distrito Federal, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2004, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração pública;
- II – a organização e estrutura dos orçamentos;
- III – as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV – as diretrizes específicas dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- V – as diretrizes específicas do orçamento de investimento;
- VI – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII.- a política de aplicação do agente financeiro oficial de fomento – BRB;
- VIII – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- IX – as disposições sobre política tarifária;
- X – as disposições finais.

Parágrafo Único. Além das matérias explicitadas nos incisos acima, a presente lei dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e forma de limitação de empenho, normas relativas

ao controle de custos e à avaliação de resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, e as condições e exigências para transferência de recursos a entidades públicas e privadas, em cumprimento às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E DAS METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º A programação da despesa constante da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2004 deverá ser compatível com o Plano Plurianual para o período de 2004-2007 e conter as prioridades e metas estabelecidas no Anexo de Metas e Prioridades para 2004.

§ 1º A programação de que trata o caput observará as diretrizes e objetivos de quatro agendas estabelecidas, nas quais a ação governamental estará sustentada: agenda social, agenda do desenvolvimento econômico, agenda de infra-estrutura e agenda de gestão pública, norteadoras do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social – PDES (2003-2006) e do Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2004-2007.

§ 2º As prioridades e as metas identificadas no anexo referido no caput terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2004, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 3º O Poder Executivo identificará, no Projeto de Lei Orçamentária Anual, os projetos, as atividades, as operações especiais e seus subtítulos que contemplem as prioridades constantes do anexo citado no caput.

§ 4º Será assegurada aos cidadãos a participação no processo orçamentário de 2004, por meio de audiências públicas por região administrativa e temáticas, a serem convocadas, especialmente para esse fim, pelo Governo do Distrito Federal, conforme estabelece o art. 44 da Lei 10.257/2001.

Art. 3º Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos, se:

- I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;
- II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados os projetos com títulos genéricos, que tenham constado de leis orçamentárias anteriores.

§ 2º As atividades de manutenção, conservação e recuperação de bens públicos e as ações de conclusão de obras iniciadas terão prioridade sobre os projetos de expansão e implantação de novas obras.

§ 3º As informações previstas no parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, serão apresentadas em forma de anexo quando do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual e identificadas no programa de trabalho da unidade orçamentária responsável por sua execução.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2004 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, inclusive por meio eletrônico localizado no site: www.fazenda.df.gov.br, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais, que integra a presente lei.

§ 1º As alterações relacionadas à renúncia de receita e isenções fiscais, aprovadas no período de 15 de maio de 2003 a 31 de dezembro de 2004, serão incorporadas no quadro de detalhamento respectivo mediante decreto.

§ 2º O Poder Executivo, quando da remessa do Projeto de Lei Orçamentária Anual promoverá a adequação do Anexo de Metas Fiscais.

§ 3º O Poder Legislativo terá acesso irrestrito a dados e informações disponíveis em meio eletrônico relativas aos programas de execução orçamentária e financeira do Distrito Federal.

Art. 5º A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo Único. A vedação contida no artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal não impede a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora. O Poder Executivo, quando da remessa do Projeto de Lei Orçamentária Anual promoverá a adequação do Anexo de Metas Fiscais.

Art. 6º Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I – função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – subfunção, uma partição da função visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

V – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI – operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e que não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade e operação especial identificará a função e a subfunção, os programas e as ações, aos quais se vinculam.

§ 3º Os projetos, atividades e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, que representam o menor nível da categoria de programação, sem alteração da finalidade e da denominação das metas correspondentes, para especificar a localização geográfica integral ou parcial.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta lei compreendem os programas, projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e suas descrições e quantificações deverão ser agregadas segundo as respectivas ações e programas e constarão do Demonstrativo Complementar, na forma do § 2º, X, do art. 7º desta lei.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual, elaborado na forma da Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Legislativa, até três meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro em curso e será constituído de:

I – texto da Lei;

II – demonstrativo da evolução da receita do Tesouro, nos últimos três anos, segundo as categorias econômicas;

III – demonstrativo da evolução da despesa do Tesouro nos últimos três anos, segundo as categorias econômicas e os grupos de despesa;

IV – resumo geral das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

V – demonstrativo geral da receita, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação do anexo I da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações;

VI – discriminação da legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;

VII – resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

VIII – demonstrativo das despesas por poder, órgão e grupo de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

IX – demonstrativo das receitas e das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, evidenciados os resultados correntes de cada orçamento;

X – demonstrativo das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão, unidade orçamentária, esfera orçamentária e origem dos recursos;

XI – demonstrativos das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por:

a) função, esfera orçamentária e origem dos recursos;

b) subfunção, esfera orçamentária e origem dos recursos;

c) programa, esfera orçamentária e origem dos recursos;

d) grupo de despesa, esfera orçamentária e origem dos recursos;

e) modalidade de aplicação, esfera orçamentária e origem dos recursos;

f) elemento de despesa, esfera orçamentária e origem dos recursos;

g) Região Administrativa, esfera orçamentária e origem dos recursos.

XII – demonstrativo das despesas com a programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 241 da Lei Orgânica do Distrito Federal, por órgão, esfera orçamentária e grupo de despesa;

XIII – demonstrativo dos recursos destinados a investimentos programados nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos, por órgão e unidade orçamentária, eliminadas as duplicidades;

XIV – demonstrativo dos recursos do Tesouro diretamente arrecadados, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão;

XV – demonstrativo dos precatórios judiciais incluídos na proposta orçamentária e das fontes de recursos a serem utilizadas para o seu pagamento, observado o disposto nos arts. 23 e 24;

XVI – detalhamento dos créditos orçamentários dos orçamentos fiscal e da seguridade social a que se refere o art. 149, § 4º, I e III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, discriminadas a receita e a despesa na forma estabelecida nesta lei;

XVII – demonstrativo do orçamento de investimento, por órgão e unidade;

XVIII – demonstrativo dos recursos oriundos de Outras Fontes do orçamento de investimento, por unidade;

XIX – demonstrativo da programação do orçamento de investimento, por:

a) função;

b) subfunção;

c) programa;

d) regionalização;

XX – demonstrativo do orçamento de investimento por unidade orçamentária, detalhado por fonte de financiamento conforme desdobramento indicado no art. 22;

XXI – demonstrativo dos investimentos por órgão, função, subfunção e programa;

XXII – detalhamento dos créditos orçamentários do orçamento de investimento a que se refere o art. 149, § 4º, II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, na forma estabelecida nesta lei;

XXIII – demonstrativo da aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde, de acordo com a EC nº 29/2000, segundo regulamentação do Conselho Nacional de Saúde, por intermédio da Resolução nº 316/2002, por unidade orçamentária, programa, fonte de recursos e grupos de despesa;

§ 1º A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária Anual explicitará:

I – a compatibilidade das prioridades constantes do projeto com as aprovadas nesta lei;

II – a comparação entre o montante das receitas oriundas de operações de crédito previstas para o orçamento de 2004 e o montante estimado para as despesas de capital, à vista do disposto no art. 167, III, da Constituição Federal e no art. 12, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

III – os critérios adotados para estimativa dos principais itens da receita listados a seguir para o exercício de 2004, observado, no que couber, o disposto no art. 12, caput, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

a) receita tributária;

b) transferências da União;

c) alienação de bens;

d) operações de crédito;

IV – a despesa programada com pessoal e encargos sociais para 2004, com a indicação da participação percentual na receita corrente líquida do Distrito Federal, nos termos do art. 43 desta lei.

§ 2º O projeto de lei será acompanhado de demonstrativos com as informações complementares adiante, que estarão disponíveis, também, em meio eletrônico:

I – a execução orçamentária do Distrito Federal apresentada nos moldes do Relatório de Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Trabalho elaborado pela Secretaria de Estado de Planejamento, até o terceiro bimestre de 2003;

II – a despesa efetiva com pessoal e encargos sociais, por unidade orçamentária, executada nos exercícios de 2000, 2001 e 2002, a despesa originariamente autorizada para 2003, a execução até junho de 2003, a projeção da execução para os meses restantes de 2003 e a despesa programada

DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:

Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.

CEP: 70075-900, Brasília - DF

Telefones: (0XX61) 441.4502 - 441.4503

Editoração e impressão: COMUNIDADE EDITORA

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Governador

MARIA DE LOURDES ABADIA

Vice-Governadora

BENJAMIM SEGISMUNDO DE J. RORIZ

Secretário de Governo

LAEZIA GLÓRIA BEZERRA

Diretora de Divulgação

para 2004 com a indicação da representatividade percentual do total da despesa mencionada em relação à receita corrente líquida do Distrito Federal, destacados, em demonstrativo à parte, os gastos com pessoal ativo e inativo financiados com transferências da União, bem como os gastos com pessoal inativo financiados com recursos provenientes de contribuição dos empregadores e dos trabalhadores para seguridade social;

III – a situação do endividamento do Distrito Federal e de suas entidades, evidenciados, para cada empréstimo, o saldo devedor e as respectivas projeções de pagamento de amortizações e de encargos financeiros correspondentes a cada semestre do ano da proposta orçamentária;

IV – a regionalização por Região Administrativa, da aplicação de recursos em cada projeto, atividade, operação especial e respectivos subtítulos dos três orçamentos do Distrito Federal, identificadas as despesas por grupo, fonte de recursos e unidade orçamentária;

V – a identificação e a quantificação dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, em relação à receita e à despesa previstas, discriminada a legislação de que resultam tais efeitos;

VI – o valor dos gastos programados com investimentos e demais despesas de capital, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, bem como sua participação no total das despesas de cada unidade orçamentária, eliminada a dupla contagem;

VII – o detalhamento das fontes de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por unidade orçamentária e grupo de despesa;

VIII – o quadro de detalhamento da despesa, por unidade orçamentária de cada órgão, fundo e entidade que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social, especificados, para cada categoria de programação, a natureza da despesa por categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa, bem como a respectiva fonte de recurso;

IX – a compatibilização da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.

X – o demonstrativo das metas físicas por programa, ação, meta e unidade orçamentária;

Art. 8º O projeto de lei orçamentária anual poderá incluir a programação constante de propostas de alteração do Plano Plurianual 2004-2007 que tenham sido objeto de lei específica.

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será constituído, ainda, de demonstrativo de atualização de estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 10 **V E T A D O.**

Art. 11 Para efeito do disposto no art. 7º, os órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo encaminharão, até 31 de julho do corrente exercício, suas propostas orçamentárias ao órgão central do sistema de orçamento do Poder Executivo, para fins de consolidação, na forma por este definida, vedado o estabelecimento de limites que não os previstos na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei Orgânica do Distrito Federal e nesta lei.

Art. 12 Os projetos de lei de créditos adicionais apresentados à Câmara Legislativa para aprovação e os decretos de créditos suplementares editados pelo Poder Executivo obedecerão, sob pena de nulidade, à forma e aos detalhamentos estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º Os projetos de lei de créditos adicionais, bem como suas modificações, serão acompanhados de demonstrativos, contendo, por projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos, a dotação inicial, os cancelamentos e suplementações efetuados, a dotação empenhada, a despesa realizada, a repercussão nas metas e a justificação das alterações propostas.

§ 2º Os decretos de crédito suplementar, autorizados na lei orçamentária anual, observados os limites e detalhamentos por ela fixados, serão publicados com demonstrativos das informações necessárias e suficientes para a avaliação dos acréscimos e cancelamentos das dotações neles contidas, das fontes de recursos que os atenderão e das metas a serem atingidas.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Câmara Legislativa por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

Art. 13 As modalidades de aplicação, os elementos de despesas e as fontes de recursos, no âmbito de seus respectivos subtítulos, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se publicados por meio de portaria da Secretaria de Estado de Planejamento.

Art. 14 Os projetos de Lei Orçamentária Anual e de créditos adicionais conterão, por categoria de programação, a identificação das fontes de recursos.

Art. 15 O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo os dados e informações constantes dos projetos de Lei Orçamentária Anual e de créditos adicionais, inclusive em meio magnético de processamento de dados, bem como os detalhamentos utilizados na sua consolidação.

Art. 16 Todas as informações descritas no demonstrativo citado no inciso XII do art. 7º, necessárias à averiguação do pleno cumprimento da legislação relativa a manutenção e desenvolvimento do ensino, deverão ser destacadas no projeto de lei orçamentária anual, de forma a possibilitar a verificação de compatibilidade através de consultas ao SIAC.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 17 Os orçamentos fiscal e da seguridade social, previstos no art. 149, § 4º, I e III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, compreenderão a programação dos Poderes, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades que recebem recursos do Tesouro.

Parágrafo Único. Excluem-se do disposto neste artigo as empresas que recebem recursos do Distrito Federal apenas sob a forma de:

I – participação acionária;

II – pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços;

III – pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos.

Art. 18 A despesa será discriminada por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando, para cada categoria, a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e o grupo de natureza de despesa.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Art. 19 O orçamento de investimento, previsto no art. 149, § 4º, II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, compreenderá o de cada empresa pública, sociedade de economia mista e demais entidades em que o Distrito Federal detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo Único. As empresas cujas programações constem integralmente do orçamento fiscal ou do orçamento da seguridade social não integrarão o orçamento de investimento.

Art. 20 A despesa será discriminada por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando os grupos de natureza da despesa e as fontes de financiamento previstas no artigo seguinte.

Art. 21 O detalhamento das fontes de financiamento será feito para cada uma das entidades referidas no art. 20, de modo a identificar os recursos:

I – gerados pela própria empresa;

II – oriundos de transferências dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III – decorrentes da participação acionária do Distrito Federal e de outros órgãos;

IV – decorrentes da participação acionária de empresas;

V – oriundos de operações de crédito externo;

VI – oriundos de operações de crédito interno;

VII – oriundos de outras fontes, desde que não ultrapassem dez por cento do total da receita de cada unidade orçamentária, casos em que serão individualmente especificados.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 22 Serão objeto de atividade específica as despesas relacionadas com:

I – publicidade e propaganda;

II – ações vinculadas ao Programa de Eficiência Energética.

§ 1º Nos termos do art. 149, § 9º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, deverão ser objeto de dotação orçamentária específica as despesas com publicidade do Poder Legislativo e dos órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, observadas as disposições da Lei nº 1.068, de 7 de maio de 1996.

§ 2º As despesas com publicidade e propaganda nos termos do parágrafo anterior somente poderão ser suplementadas por meio de lei específica.

§ 3º **V E T A D O.**

Art. 23 As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade e serão identificadas como operações especiais específicas, não podendo ser cancelados para abertura de crédito adicional com outra finalidade.

§ 1º Os recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais e de débitos oriundos de decisões transitadas em julgado, derivados de órgãos da administração indireta, serão alocados nas unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 2º **V E T A D O.**

§ 3º Os recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais e de débitos oriundos de decisões transitadas em julgado, derivados de órgãos da administração direta, serão alocados na Secretaria de Estado de Fazenda; e os derivados do Poder Legislativo serão consignados, respectivamente, nas dotações da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

§ 4º **V E T A D O .**

Art. 24 Para fins de atendimento do disposto no art. 7º, XV, as unidades orçamentárias referidas no artigo anterior encaminharão ao órgão central do sistema de orçamento do Poder Executivo, até 15 de julho de 2003, relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2004, nos termos do art. 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgãos ou entidades devedoras e por grupos de despesas, por ordem de precedência e por natureza jurídica, observado o detalhamento constante do art. 19 e especificando ainda:

I – número do processo;

II – número do precatório;

III – data da expedição do precatório;

IV – nome do beneficiário;

V – valor do precatório a ser pago.

Parágrafo Único. A proposta orçamentária do Distrito Federal deverá consignar recursos, no orçamento da Secretaria de Estado de Fazenda, na forma dos percentuais estabelecidos no art. 1º da Lei Complementar nº 666, de 27 de dezembro de 2002, a serem transferidos ao órgão competente para pagamento de precatórios e aquisições de pequeno valor.

Art. 25 Os recursos provenientes de transferências da União, mediante convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, consignados na correspondente Lei Orçamentária Federal, ressalvados os decorrentes de repartições de receitas previstas em legislação específica, bem como de transferências constitucionais ou voluntárias, somente poderão ser incorporados ao orçamento da unidade beneficiada por meio de decreto do Poder Executivo, caso os projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos contemplados pelas transferências estejam incluídos na Lei Orçamentária Anual e desde que observado o disposto no art. 12.

Art. 26 Na programação de despesa, são vedadas:

I – a fixação de despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – a inclusão de despesas a título de investimento – regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública e comoção interna, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal;

III – a classificação como atividade, de dotações para o desenvolvimento de ações limitadas no tempo;

IV – a destinação de recursos para atender despesas com:

a) início de construção, ampliação, reforma, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais de representação;

b) aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional;

c) pagamento, a qualquer título, a servidor da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

d) manutenção de clubes e associações de servidores ou outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas de atendimento pré-escolar;

e) aquisição de aeronaves, salvo para atendimento das atividades finalísticas dos órgãos das Secretarias de Estado de Segurança Pública e de Saúde.

Parágrafo Único. Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da administração direta e indireta do Distrito Federal, publicando-se no Diário Oficial do Distrito Federal, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, no qual constará, necessariamente, quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 27 As receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, somente poderão ser programadas para novos investimentos e inversões financeiras depois de integralmente atendidas suas necessidades relativas a custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como a pagamento de juros, encargos e amortização da dívida e a destinação de contrapartida de operações de crédito, observado o disposto no art. 3º desta Lei.

Parágrafo Único. Os órgãos e entidades a que se refere este artigo encaminharão, ao órgão central do sistema de orçamento do Poder Executivo, o método de cálculo das estimativas de suas receitas diretamente arrecadadas, até 15 de julho de 2003.

Art. 28 É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de convênios e empréstimos internos e externos, e para o pagamento de amortizações, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações.

Art. 29 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade continuada, que tenham atualizadas e devidamente aprovadas as prestações de contas dos recursos recebidos do Distrito Federal e que preencham as seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;

II – atendam ao disposto nos arts. 220 e 243 da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

III – sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

§ 1º É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

§ 2º A execução das despesas atenderá, ainda, o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 3º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade apresentará declaração de funcionamento regular nos últimos três anos emitida no exercício de 2003 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 30 Sem prejuízo das disposições contidas nessa lei, a alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos dependerá ainda de:

I – publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congêneres;

III – contrapartida, nunca inferior a cinquenta por cento do custo do objeto do convênio, quando se tratar de auxílios.

Art. 31 As entidades integrantes da Lei Orçamentária Anual só poderão repassar recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de ações nos municípios da Região Integrada de Desenvol-

vimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, indicados na Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, se observados o Anexo de Metas e Prioridades para 2004, atendidas as disposições contidas no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32 V E T A D O

Art. 33 A execução financeira da programação de trabalho da lei orçamentária, decorrente de emendas parlamentares que objetivem atender ações nas regiões administrativas, no âmbito de cada programa, ressalvados os impedimentos de ordem legal, técnica ou operacional, devidamente justificados, e observados ainda os limites orçamentários e financeiros à programação, dever-se-á orientar no sentido de conferir tratamento isonômico.

Art. 34 Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 150, § 10, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 35 V E T A D O .

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 36 A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito do Poder Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem de expansão a que se refere o art. 9º desta lei, desde que observados:

I – o limite das referidas dotações constantes da Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais;

II – os limites transitório, prudencial e permanente constantes da citada lei complementar.

Art. 37 O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e contará, entre outros, com:

I – receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata este artigo;

II – recursos oriundos do Tesouro;

III – transferências da União para esse fim;

IV – recursos provenientes de convênios, contratos, acordos e ajustes;

V – contribuição dos servidores, utilizada para atender a despesas com encargos previdenciários do Distrito Federal;

VI – recursos provenientes da compensação financeira de que trata o art. 4º da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.

Art. 38 Serão destinados ao setor saúde no mínimo 30% do orçamento da seguridade social, assegurando a vinculação de Receita de Tributos em consonância com a Emenda Constitucional nº 29/2000, regulamentada pela Resolução nº 316/2002, do Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º A participação das transferências da União, realizadas através do Fundo Constitucional do Distrito Federal, no financiamento da área de saúde, deverá se manter no mínimo no mesmo percentual executado no exercício de 2002.

§ 2º Os recursos provenientes da destinação de que trata o caput serão aplicados, exclusivamente, em despesas relacionadas diretamente ao setor saúde.

Art. 39 A reserva de contingência será constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalendo a, no mínimo, três por cento da receita corrente líquida no projeto de lei orçamentária, e a um por cento na lei, sendo considerada como despesa primária para fins de apuração do resultado fiscal.

Art. 40 Considera-se Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviço, de transferências correntes e de outras receitas também correntes, deduzidas:

I – transferências constitucionais recebidas da União para atendimento das despesas de que trata o art. 19, § 1º, V, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

II – a contribuição dos servidores para custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no art. 201, § 9º, da Constituição Federal.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

§ 2º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

Art. 41 Na destinação dos recursos relativos a programas sociais no projeto de lei orçamentária: I – será conferida prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano e que apresentem maiores índices de violência;

II – serão adotados critérios que levem em conta o fator representativo da multiplicação do inverso da renda per capita pela população da região administrativa.

CAPÍTULO VI

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Art. 42 A programação prevista no orçamento de investimentos à conta de recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive mediante participação acionária, observará o valor e a destinação constantes do orçamento original.

Art. 43 Não se aplica às empresas integrantes do orçamento de investimento o disposto no art. 36 e no Título VI da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único. As despesas com a aquisição de direitos do ativo imobilizado serão consideradas como investimento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 44 A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 55% (cinquenta e cinco por cento) da receita corrente líquida, obedecidos os seguintes critérios:

I – V E T A D O

II – 49% (quarenta e nove por cento) para o Poder Executivo.

§ 1º No Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Distrito Federal, o limite será repartido entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificada em conformidade com o art. 20, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Excluem-se dos limites estabelecidos neste artigo as despesas relacionadas no § 1º do art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º A Câmara Legislativa do Distrito Federal, e o Tribunal de Contas do Distrito Federal ficam autorizados a consignar, em seus respectivos orçamentos, as dotações necessárias à implantação de Plano de Carreira, Cargos e Salários de seus servidores.

Art. 45 Observados os limites a que se refere o art. 44, somente poderão ser admitidos servidores, a qualquer título, se:

I – estiverem previstos cargos vagos na tabela de cargos de provimento efetivo;

II – houver vacância dos cargos ocupados constantes na tabela de cargos de provimento efetivo;

III – houver dotação orçamentária suficiente e específica para o atendimento da despesa.

Art. 46 Fica autorizada a concessão de vantagens, o aumento de remuneração, a criação de cargos, a alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, por órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e empresas estatais dependentes, observado o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Respeitados os limites de despesa total com pessoal de que trata o art. 44, fica autorizada a inclusão na Lei Orçamentária Anual das dotações necessárias para se proceder, nos termos do art. 37, X, da Constituição, à revisão geral da remuneração dos servidores públicos do Distrito Federal a partir de janeiro de 2004.

§ 2º Os atos administrativos autorizando as vantagens previstas no caput, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Estado de Planejamento, sem prejuízo de suas respectivas áreas de competência.

§ 3º A Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Tribunal de Contas do Distrito Federal assumirão, em seus âmbitos, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 4º Para atendimento do disposto no caput, os atos administrativos serão sempre acompanhados de declaração do proponente e do ordenador da despesa, com as premissas e a metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 5º V E T A D O.

Art. 47 Os órgãos do Poder Legislativo e do Poder Executivo farão publicar no Diário Oficial do Distrito Federal, até 31 de agosto de 2003, discriminadas por órgão da administração direta, autarquias e fundações, as seguintes informações:

I – quantitativo dos cargos de provimento efetivo, discriminados:

a) o número de cargos ocupados e vagos;

b) o número de servidores efetivos que ocupam cargos comissionados ou que exerçam funções de confiança;

c) o número de servidores efetivos em exercício em outros órgãos ou entidades da administração pública distrital, federal, estadual ou municipal, relacionados os casos em que o ônus remuneratório tenha sido atribuído ao órgão ou entidade cedente;

d) o número de servidores requisitados de outros órgãos ou entidades da administração pública distrital, federal, estadual ou municipal cujo ônus remuneratório tenha sido atribuído ao órgão requisitante;

e) número de servidores em licenças e disponibilidade.

II – o quantitativo de inativos, incluídos os reformados e os pensionistas;

III – o quantitativo de cargos ou funções de confiança existentes, com o número de cargos ocupados ou funções exercidas por servidores sem vínculo com o serviço público, excluídos os conveniados;

IV – o quantitativo de servidores conveniados;

V – o quantitativo de servidores contratados temporariamente.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se às empresas públicas e sociedades de econo-

mia mista que recebam ou venham a receber recursos do Tesouro do Distrito Federal para atender parcial ou totalmente às despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 48 O Poder Executivo, mediante a designação de órgão competente, apurará mensalmente as despesas com pessoal e encargos sociais de todos os seus órgãos e entidades, incluídas as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista cujas despesas com pessoal sejam pagas, parcial ou totalmente, com receitas correntes do Distrito Federal, para subsidiar decisões relativas a:

I – admissão de servidores ou empregados a qualquer título;

II – criação de cargos;

III – alteração de estrutura de carreiras;

IV – concessão de vantagens;

V – revisões, reajustes ou adequações de remuneração.

§ 1º À apuração das despesas mencionadas no caput serão associadas as seguintes informações:

I – a participação relativa na receita corrente líquida do Distrito Federal;

II – o total de recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual e a sua adequação às despesas previstas.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se, no que couber, às decisões que venham a ser tomadas pelo Poder Legislativo relativas às ações enumeradas nos incisos I a V.

CAPÍTULO VIII

DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DO AGENTE FINANCEIRO OFICIAL DE FOMENTO

Art. 49 O agente financeiro oficial de fomento observará, na concessão de empréstimos e financiamentos, respeitadas suas especificidades, as prioridades constantes do Anexo de Metas e Prioridades para 2004.

§ 1º Os encargos dos empréstimos e financiamentos contratados com recursos próprios do agente financeiro não poderão ser inferiores aos respectivos custos de captação.

§ 2º As operações com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFE e do Fundo de Solidariedade para a Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – FUNSOL-DF serão realizadas em conformidade com a legislação que rege a matéria.

Art. 50 O agente financeiro oficial de fomento direcionará sua política de concessão de empréstimos e financiamento, prioritariamente, aos programas e projetos do Governo do Distrito Federal, e especialmente aos que visem:

I – a buscar a desconcentração espacial das atividades econômicas;

II – a financiar ações para o incentivo e a atração de novos investimentos;

III – a apoiar as ações para o desenvolvimento de mercados para os produtos e serviços do Distrito Federal, aos níveis nacional e internacional;

IV – a promover empreendimentos produtivos em todos os segmentos da economia, de maior efeito multiplicador do emprego e da renda;

V – a estimular o desenvolvimento econômico sustentado, principalmente por meio de apoio às micro, pequenas e médias empresas, aos pequenos e médios produtores rurais e aos empreendimentos associativistas;

VI – a promover a modernização gerencial, tecnológica e mercadológica das micro, pequenas e médias empresas, bem como sua articulação em redes de negócios capazes de alavancar sua competitividade estrutural;

VII – a promover a pesquisa e a capacitação tecnológicas e a conservação do meio ambiente.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 51 Ocorrendo alteração na legislação tributária, posteriores ao encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Legislativa, que impliquem excesso de arrecadação à estimativa de receita constante do referido projeto de lei, os recursos adicionais serão objeto de crédito adicional, no exercício de 2004, com autorização da Câmara Legislativa.

Art. 52 A concessão ou a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira de que decorra renúncia de receita somente poderá ser aprovada, se:

I – estiver acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;

II – indicar a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas;

III – definir os limites de prazo e valor;

IV – tiver período de vigência igual ou inferior ao da lei que aprovar o plano plurianual;

V – atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

VI – não ensejar, pela diminuição da receita corrente líquida, a necessidade de redução da despesa total com pessoal de qualquer Poder do Distrito Federal.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA TARIFÁRIA

Art. 53 A política tarifária dos serviços públicos, de responsabilidade exclusiva do Distrito Federal, compatibilizará os princípios de:

I – cobertura dos custos com justa remuneração do capital investido;

II – capacidade de pagamento em relação a cada segmento sócio-econômico de usuários;

III – concentração de esforços no aumento da eficiência com redução de custos.
Parágrafo Único. Quaisquer subsídios tarifários incluídos no orçamento ficarão expressamente vinculados às categorias específicas de usuários de baixa renda, ressalvados os casos previstos em lei específica.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 54 O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encerramento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, nos termos do disposto no art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 55 Na hipótese de o projeto de Lei Orçamentária Anual não ter sido convertido em lei até 31 de dezembro de 2003, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta encaminhada à Câmara Legislativa, até a publicação da lei.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária Anual a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 2º Ficam excluídas do previsto no caput as dotações relativas a projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos que não estavam em execução em 2003.

§ 3º Ficam excluídas do limite previsto no caput as dotações para atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais e com o pagamento do serviço da dívida.

§ 4º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto neste artigo serão ajustados, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, pela abertura de créditos adicionais, com base no remanejamento de dotações, cujos atos serão publicados antes da divulgação do quadro de detalhamento da despesa a que se refere o próximo artigo.

Art. 56 A Secretaria de Estado de Planejamento, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará, por unidade orçamentária de cada órgão, fundo e entidade que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social do Poder Executivo, o quadro de detalhamento da despesa, especificados, para cada categoria de programação, a natureza da despesa e fonte de recursos com a respectiva dotação.

§ 1º As alterações decorrentes de abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão o quadro de detalhamento da despesa.

§ 2º O detalhamento da Lei Orçamentária Anual relativo aos órgãos do Poder Legislativo, assim como suas alterações no decorrer do exercício financeiro, serão aprovados por atos dos respectivos presidentes, observado o disposto no art. 19, e encaminhados à Secretaria de Estado de Planejamento para fins de processamento até dez dias da sua publicação.

Art. 57 O Poder Executivo publicará, até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, nos termos do disposto nos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 58 Ao final de cada quadrimestre, o Chefe do Poder Executivo e os Presidentes da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal emitirão os seus respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, nos termos do disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo Único. Para fins do disposto neste artigo, o Poder Executivo informará aos órgãos do Poder legislativo, até vinte e cinco dias após o encerramento de cada quadrimestre, a receita corrente líquida do período.

Art. 59 O relatório de desempenho físico-financeiro previsto no art. 153 da Lei Orgânica do Distrito Federal será publicado até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre e apresentará a execução dos projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos constantes dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento, especificando a categoria econômica e o grupo de despesa por órgão, Unidade Orçamentária, função, subfunção, programa, contendo, ainda o valor constante da lei orçamentária anual; o valor autorizado, considerados a lei orçamentária anual, os créditos adicionais e os cancelamentos aprovados; o valor empenhado no bimestre e no exercício; o valor realizado no bimestre e no exercício; a indicação sucinta das realizações no período.

Art. 60 O Poder Executivo colocará à disposição de cada membro do Poder Legislativo, para fins de consulta, mediante acesso a sistema informatizado, inclusive via rede mundial de computadores, todos os dados, informações e demonstrativos relativos à execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Distrito Federal, créditos adicionais e controle dos limites da Lei Orçamentária Anual, bem como todos os subsistemas e programas de pesquisa desses dados e informações.

Parágrafo Único. O Poder Executivo colocará à disposição da população do Distrito Federal, através da rede mundial de computadores, acesso a consultas ao sistema informatizado relativo à execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Distrito Federal.

Art. 61 Quando do encaminhamento à sanção dos autógrafos dos projetos de Lei Orçamentária Anual e de créditos adicionais, o Poder Legislativo enviará ao Poder Executivo, inclusive em meio magnético de processamento eletrônico, os dados e informações relativos aos autógrafos, indicando:

I – o total dos acréscimos e o total dos decréscimos por fonte realizados pela Câmara Legislativa, em relação a cada categoria de programação objeto de alteração;

II – as novas categorias de programação, com os detalhamentos fixados no art. 18, bem como as fontes, as denominações atribuídas e as categorias de programação objeto de cancelamento parcial ou total; e

III – autoria da respectiva emenda.

Art. 62 Os recursos financeiros correspondentes às dotações orçamentárias destinadas aos órgãos do Poder Legislativo, inclusive os créditos suplementares e especiais, ser-lhes-ão entregues até o dia vinte de cada mês, nos termos do art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal, de acordo com os seguintes critérios:

I – os recursos destinados às despesas de capital serão repassados ao Poder Legislativo segundo cronograma financeiro acordado entre os Poderes Executivo e Legislativo até o final do primeiro trimestre do exercício financeiro;

II – os recursos destinados às demais despesas serão repassados na proporção de um doze avos do total das dotações consignadas no orçamento.

§ 1º O valor das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Legislativo ficará integralmente disponível para empenho a partir do primeiro dia útil do exercício de 2004.

§ 2º Além dos recursos previstos no inciso II, serão repassados aos órgãos do Poder Legislativo, mediante requerimento deste, os recursos necessários ao pagamento de despesas decorrentes de férias e de gratificação natalina.

§ 3º Os recursos adiantados na forma do parágrafo anterior serão descontados dos duodécimos a repassar, segundo cronograma financeiro acordado.

Art. 63 O Poder Executivo, por meio dos órgãos centrais dos sistemas de planejamento e de orçamento, atenderá, no prazo máximo de dez dias úteis contados da data do seu recebimento, solicitações encaminhadas pelo Poder Legislativo relativas a qualquer categoria de programação ou item da receita sobre aspectos quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação governamental e o cumprimento desta Lei.

Art. 64 Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário ou nominal, conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, serão fixados, separadamente, percentuais de limitação para os conjuntos de projetos, atividades e operações especiais, calculados de forma proporcional à participação de cada um dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária Anual de 2004, em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º Os Poderes, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão ato, até o final do mês subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no caput deste artigo.

Art. 65 Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000:

I – As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, § 3º, da Constituição Federal; e

II – São consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites do art. 24, incisos I e II, da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 66 Para os efeitos do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva verificar-se no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 67 Acompanha esta lei anexo específico contendo a relação das ações que constituem obrigações constitucionais e legais, no termos do art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 68 Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira que garanta o cumprimento da metas fiscais estabelecidas nesta lei, observado o que estabelece o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 69 V E T A D O.

Art. 70 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 71 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das outras contribuições que sejam objeto de proposta de projeto de lei em tramitação.

Parágrafo Único. Caso as propostas de alteração na legislação não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente durante o exercício de 2004, o cancelamento de dotações e créditos orçamentários será feito mediante lei específica.

Art. 72 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 73 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 74 Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 06 de agosto de 2003
115º da República e 44º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
(ART. 2 PLDO 2004 - ART. 149, § 3º LODF)

Programa	Código da Ação	Descrição da Ação	Unidade de Medida	Quantidade	Produto da Ação	Região	UO Responsável
0001	PROGRAMA:	0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL					
0001	4995	PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO DE PRECATÓRIOS DEVIDOS AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS	UNIDADE	1	PROGRAMA IMPLANTADO	DF	13101
0071	PROGRAMA:	0071 – DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO					
0071	9999	VETADA					
0071	1145	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	UNIDADE	2	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	XI	38113
0079	PROGRAMA:	0079 - GESTÃO DA POLÍTICA DE CORREIÇÃO, OUVIDORIA E CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL					
0079	2962	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	1	PROGRAMA APOIADO	DF	11102
0079	2961	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES DO DISTRITO FEDERAL	UNIDADE	1	PROGRAMA APOIADO	DF	11102
0079	2948	PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	PESSOA	2.800.000	PÚBLICO BENEFICIADO	DF	11102
0079	2931	APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE OUVIDORIA	UNIDADE	1	SISTEMA MELHORADO	DF	11102
0084	PROGRAMA:	0084 – URBANIZAÇÃO					
0084	5802	IMPLANTAÇÃO DA PRAÇA NO PARANOÁ	M2	15.000	PRAÇA CONSTRUÍDA	VII	22101
0084	5787	IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO RECANTO DAS EMAS	M2	10.000	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	XV	22101
0084	5783	IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO GUARÁ.	M2	12.000	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	X	22101
0084	5782	IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO CRUZEIRO	M2	5.160	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	XI	22101
0084	5723	PLANTIO DE GRAMA NO GUARÁ	M2	20.000	GRAMA PLANTADA	X	22101
0084	5704	VETADA					
0084	3974	IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS NO CRUZEIRO	M2	14.900	PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO EXECUTADA	XI	22101
0084	3973	IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS NA OCTOGONAL E CRUZEIRO VELHO	M2	8.000	PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO EXECUTADA	XI	22101
0084	3972	IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS EM MASSA ASFÁLTICA NO INCRA 08	M2	1.500	CALÇADÃO COMUNITÁRIO IMPLANTADO	IV	22101
0084	3942	VETADA					
0084	3836	RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS EM BRAZLÂNDIA	M2	30.000	PRAÇA REFORMADA	IV	22101
0084	3835	VETADA					
0084	3815	IMPLANTAÇÃO DE PASSEIOS NO GUARÁ	M2	20.000	PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO EXECUTADA	X	22101
0084	3814	RECUPERAÇÃO DE PASSEIOS NA ÁREA OCTOGONAL NO CRUZEIRO E CRUZEIRO VELHO	M2	8.000	PASSEIO RECUPERADO	XI	22101
0084	3808	IMPLANTAÇÃO DOS PASSEIOS EM TAGUATINGA	M2	7.500	PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO EXECUTADA	III	22101

0084	3731	REFORMA DE PRAÇAS NO GAMA	M2	10.000	PRAÇA REFORMADA	II	22101
0084	3727	REFORMA DA PRAÇA PADRE ANTÔNIO MARCIGAGLIA - PLANALTINA	M2	30.000	PRAÇA REFORMADA	VI	22101
0084	3705	IMPLANTAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS EM DIVERSOS LOCAIS (ASFALTO, DRENAGEM, MEIOS-FIOS E CALÇADAS) BRAZLÂNDIA	M2	7.500	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	IV	22101
0084	3679	CONSTRUÇÃO DE VIA NA SQSW 301 SETOR SUDOESTE	M2	2.259	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	XI	22101
0084	3657	EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NO SMPW	M2	35.000	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RECUPERADA	VIII	22101
0084	3652	EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM TAGUATINGA	M2	17.500	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	III	22101
0084	3620	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS NA COLÔNIA AGRÍCOLA VICENTE PIRES	M2	12.500	MEIO-FIO EXECUTADO	III	22101
0084	3614	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS NAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS ARNIQUEIRA, VEREDA DA CRUZ E VEREDA GRANDE	M	15.000	MEIO-FIO EXECUTADO	III	22101
0084	3606	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS EM SAMAMBAIA	M	10.000	MEIO-FIO EXECUTADO	XII	22101
0084	3601	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS EM ÁGUAS CLARAS	M	10.000	MEIO-FIO EXECUTADO	III	22101
0084	3581	IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL COM TUBOS RIBLOC NO PARQUE OLHOS D'ÁGUA	M	600	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS CONSTRUÍDA	I	22101
0084	3575	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS EM SAMAMBAIA	M	750	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS CONSTRUÍDA	XII	22101
0084	3567	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUA PLUVIAL NO RIACHO FUNDO	M	1.250	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS CONSTRUÍDA	XVII	22101
0084	3563	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUA PLUVIAL NO GUARÁ	M	5.000	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS CONSTRUÍDA	X	22101
0084	2700	EXECUÇÃO DO SISTEMA DE URBANIZAÇÃO	UNIDADE	1	SISTEMA MANTIDO	X	22101
0084	1206	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO	M2	2.000	ESTACIONAMENTO CONSTRUÍDO	X	38112
0084	1110	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	M2	3.000	ÁREA URBANIZADA	IV	38106
0084	8541	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS	M	18.000	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS CONSTRUÍDA	II	38104
0084	7004	IMPLANTAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES NAS RA'S	UNIDADE	10	QUADRA DE ESPORTE CONSTRUÍDA	DF	22101
0084	5946	VETADA					
0084	5945	VETADA					
0084	5945	VETADA					
0084	5944	CONSTRUÇÃO DO SHOPING POPULAR DE SOBRADINHO NA ÁREA DA FEIRA MODELO QUADRA CENTRAL	UNIDADE	1	SHOPING CONSTRUÍDO	V	38107
0084	5941	IMPLANTAÇÃO DO TRAÇADO URBANÍSTICO DA VILA DNOCS	UNIDADE	1	VILA IMPLANTADA	V	38107

0084	5926	VETADA					
0084	5907	ACRÉSCIMO DE FAIXA NO PISTÃO SUL (DF001) E RETORNO CONSTRUÇÃO	M²	50.000	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	III	22101
0084	5907	VETADA					
0084	5905	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSOS SETORES DA CEILÂNDIA	M²	30.000	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	IX	22101
0084	5856	IMPLANTAÇÃO DO SETOR HABITACIONAL CATETINHO	UNIDADE	1	PROJETO IMPLANTADO	DF	22101
0084	5854	VETADA					
0084	5854	VETADA					
0084	5791	IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSOS PONTOS	M²	17.500	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	III	22101
0084	5784	IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MSPW	M²	8.750	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	VIII	22101
0084	5775	IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO NA VILA VARJÃO - HABITAR BRASIL/BID	M²	31.098	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	XVIII	22101
0084	5763	IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA CEILÂNDIA	M²	10.000	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	IX	22101
0084	5745	VETADA					
0084	5745	VETADA					
0084	5740	VETADA					
0084	5733	PLANTIO DE GRAMA NO RECANTO DAS EMAS	M²	50.000	GRAMA PLANTADA	XV	22101
0084	5694	IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	M	1.000	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS CONSTRUÍDA	XVI	38118
0084	3902	REFORMA DE PRAÇAS EM TAGUATINGA	M²	6.934	PRAÇA REFORMADA	III	38105
0084	3841	IMPLANTAÇÃO DE CALÇADÃO COMUNITÁRIO	M	1.000	CALÇADÃO COMUNITÁRIO IMPLANTADO	XVI	38118
0084	3679	IMPLANTAÇÃO DE VIA NA SQSW 301 - SETOR SUDOESTE	M²	2.259	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	XI	22101
0084	3674	CANTEIRO ECOLÓGICO	UNIDADE	1	PROJETO REALIZADO	XVI	38118
0084	3656	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS	M	200	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS CONSTRUÍDA	XVIII	38120
0084	3653	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS NO RIACHO FUNDO I	M	10.000	MEIO-FIO EXECUTADO	XVII	22101
0084	3649	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS NO RECANTO DAS EMAS	M	10.000	MEIO-FIO EXECUTADO	XV	22101
0084	3645	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS NO NÚCLEO BANDEIRANTE	M	5.000	MEIO-FIO EXECUTADO	VIII	22101
0084	3611	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS EM SÃO SEBASTIÃO	M	5.000	MEIO-FIO EXECUTADO	XIV	22101
0084	3603	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS EM CANDANGOLÂNDIA	M	4.000	MEIO-FIO EXECUTADO	XIX	22101
0084	3599	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS	M	100	MEIO-FIO EXECUTADO	VI	38108
0084	3599	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS	M	1.000	MEIO-FIO EXECUTADO	VII	38109
0084	3599	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS	M	4.000	MEIO-FIO EXECUTADO	IX	38111
0084	3599	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS	M	800	MEIO-FIO EXECUTADO	X	38112
0084	3599	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS	M	4.000	MEIO-FIO EXECUTADO	XI	38113
0084	3599	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS	M	3.000	MEIO-FIO EXECUTADO	XVI	38118
0084	3599	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS	M	1.000	MEIO-FIO EXECUTADO	XVIII	38120
0084	3599	IMPLANTAÇÃO DE MEIOS-FIOS	M	200	MEIO-FIO EXECUTADO	V	22101

0084	3592	VETADA					
0084	3567	IMPLANTAÇÃO DE REDE ÁGUA PLUVIAL NO RIACHO FUNDO	M²	1.250	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS CONSTRUÍDA	XVII	24105
0084	3314	CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	M²	1.500	PASSAGEM CONSTRUÍDA	XIII	38115
0084	2944	EXECUÇÃO DE OBRAS DE AJARDINAMENTO	M²	1.000	AJARDINAMENTO CONSTRUÍDO	VII	38109
0084	2925	PLANTIO DE GRAMA	M²	1.000	GRAMA PLANTADA	X	38112
0084	2925	PLANTIO DE GRAMA	M²	10.000	GRAMA PLANTADA	XVI	38118
0084	2925	PLANTIO DE GRAMA	M²	30.000	GRAMA PLANTADA	XVIII	38120
0084	2925	PLANTIO DE GRAMA	M2	500	GRAMA PLANTADA	V	22101
0084	1958	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	M²	55.200	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	II	38104
0084	1958	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	M²	2.000	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	XV	38117
0084	1950	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA	M²	400	PRAÇA CONSTRUÍDA	XVII	38119
0084	1729	URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS	M²	400	ÁREA URBANIZADA	XV	38117
0084	1729	URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS	UNIDADE	2	PRAÇA URBANIZADA	DF	22101
0084	1110	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	M²	20.000	ÁREA URBANIZADA	XIII	38115
0084	1069	CONSTRUÇÃO DE PASSAGENS E CALÇADAS	M²	30.000	PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO EXECUTADA	II	38104
0084	1069	CONSTRUÇÃO DE PASSAGENS E CALÇADAS	M²	2.000	PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO EXECUTADA	VII	38109
0084	1069	CONSTRUÇÃO DE PASSAGENS E CALÇADAS	M²	1.000	PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO EXECUTADA	X	38112
0084	1069	CONSTRUÇÃO DE PASSAGENS E CALÇADAS	M²	9.000	PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO EXECUTADA	XII	38114
0084	1069	CONSTRUÇÃO DE PASSAGENS E CALÇADAS	M²	2.000	PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO EXECUTADA	XV	38117
0084	1069	CONSTRUÇÃO DE PASSAGENS E CALÇADAS	M²	900	PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO EXECUTADA	XVII	38119
0084	1069	CONSTRUÇÃO DE PASSAGENS E CALÇADAS	M²	600	PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO EXECUTADA	XVIII	38120
0098	PROGRAMA:	0098 INFRA ESTRUTURA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO					
0098	3967	URBANIZAÇÃO DA ADE DO RIACHO FUNDO II - 2A ETAPA - QC 01 A 06	M²	320.160	ÁREA URBANIZADA	XVII	22101
0098	3967	URBANIZAÇÃO DA ADE DO RIACHO FUNDO II - 2A ETAPA - QC 01 A 06	M2	320.160	ÁREA URBANIZADA	XVII	22101
0098	3964	VETADA					
0098	3964	URBANIZAÇÃO DA ADE CENTRO NORTE DE CEILÂNDIA - QUADRAS 01 A 04	M2	59.390	ÁREA URBANIZADA	IX	22101
0098	3946	REALIZAÇÃO DE OBRA DO SCIA 3ª ETAPA - QUADRAS 08, 09, 11 E 12	M2	187.340	ÁREA URBANIZADA	X	22101
0098	3838	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO SCIA 2ª ETAPA - QUADRAS 14 E 15	M2	633.400	ÁREA URBANIZADA	X	22101
0098	3695	VETADA					
0098	1101	VETADA					
0100	PROGRAMA:	0100 - APOIO ADMINISTRATIVO					
0100	3655	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE APOIO	UNIDADE	2	VEÍCULO LEVE ADQUIRIDO	XII	38114
0100	1471	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA	UNIDADE	500	SISTEMA MELHORADO	DF	24101
0116	PROGRAMA:	0116 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO					

0116	2044	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR - INTERMEDIACÃO DE EMPREGO	PESSOA	8.000	TRABALHADOR ASSISTIDO	DF	25101
0120	PROGRAMA:	0120 - PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR					
0120	5969	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS COM ESTÁGIO GARANTIDO	PESSOA	100	PESSOA ASSISTIDA	DF	25101
0120	2900	PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR	PESSOA	8.000	PESSOA ASSISTIDA	DF	25101
0122	PROGRAMA:	0122 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA					
0122	5725	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS	M	50.000	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA CONSTRUÍDA	DF	21205
0122	5714	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA	M²	1.200	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUA CONSTRUÍDA	DF	21205
0122	5713	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA	M²	13.000	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA CONSTRUÍDA	DF	21205
0122	5709	CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS	M3	1.400	BARRAGEM CONSTRUÍDA	DF	21205
0122	4986	ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	UNIDADE	24	PROJETO ELABORADO	DF	21205
0122	4967	REMANEJAMENTO DE ADUTORAS	KM	5.000	ADUTORA REMANEJADA	DF	21205
0122	3952	SUBSTITUIÇÃO E SETORIZAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO ÁGUA	M	150	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA SUBSTITUÍDA	DF	21205,
0122	3923	MELHORIAS EM UNIDADES OPERACIONAIS	UNIDADE	20	UNIDADE REFORMADA	DF	21205
0122	3904	REFORMA DE RESERVATÓRIOS	M3	5.600	RESERVATÓRIO DE ÁGUA REFORMADO	DF	21205
0122	3900	REFORMA DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA	M²	2.600	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUA REFORMADA	DF	21205
0122	3693	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS NA VILA VARJÃO - HABITAR BRASIL/BID	M	6.064	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA CONSTRUÍDA	XVIII	22101
0122	3665	IMPLANTAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	M	250	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA CONSTRUÍDA	DF	21205
0122	3662	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETROS EM LIGAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA	UNIDADE	3.500	HIDRÔMETRO INSTALADO	DF	21205
0122	3640	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MONITORAMENTO E CONTROLE OPERACIONAL	UNIDADE	10	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	DF	21205
0122	3590	IMPLANTAÇÃO DE ADUTORAS	M	41.600	ADUTORA CONSTRUÍDA	DF	21205
0122	3574	PERFURAÇÃO DE POÇOS	UNIDADE	15	POÇO PERFURADO	DF	21205
0124	PROGRAMA:	0124 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO					
0124	3923	MELHORIAS EM UNIDADES OPERACIONAIS	UNIDADE	15	UNIDADE REFORMADA	DF	21205
0124	3747	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO NA VILA VARJÃO - HABITAR BRASIL/BID	M	10.667	REDE DE COLETA DE ESGOTO CONSTRUÍDA	XVIII	22101
0127	PROGRAMA:	0127 - DEFESA JURÍDICA DO DISTRITO FEDERAL					
0127	3523	CONSTRUÇÃO DO ANEXO DA PROCURADORIA GERAL DO DF	M²	800	PRÉDIO CONSTRUÍDO	DF	12101
0127	2655	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PESSOA	80	SERVIDOR TREINADO	DF	12901
0127	2231	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	PESSOA	80	SERVIDOR TREINADO	DF	12101
0136	PROGRAMA:	0136 - CIDADANIA TRIBUTÁRIA					
0136	5736	CONSTRUÇÃO DO ANEXO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	M²	6.000	PRÉDIO CONSTRUÍDO	I	19101
0136	5719	CONSTRUÇÃO DE POSTO FISCAL NO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO - SAI	M²	450	POSTO DE FISCALIZAÇÃO CONSTRUÍDO	X	19101
0136	4980	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS DE COMBATE À EVASÃO FISCAL	UNIDADE	3	CONVÊNIO REALIZADO	DF	19101
0136	4971	SIMPLIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	UNIDADE	1	CONSULTORIA REALIZADA	DF	19101

[illegible]

0164	NOVO	VETADA					
0169	PROGRAMA:	0169 - PROMOÇÃO COMUNITÁRIA					
0169	5906	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS NO BAIRRO LÚCIO COSTA - GUARÁ	M2	400	PRÉDIO CONSTRUÍDO	X	22101
0169	5957	CONSTRUÇÃO DO CLUBE DE UNIDADE DE VIZINHANÇA	M²	1.000	CLUBE CONSTRUÍDO	XI	22101
0169	5892	VETADA					
0169	5766	CONSTRUÇÃO DO RESTAURANTE COMUNITÁRIO NO GAMA	M²	1.100	PRÉDIO CONSTRUÍDO	II	22101
0169	5764	CONSTRUÇÃO DO RESTAURANTE COMUNITÁRIO EM PLANALTINA	M²	1.100	PRÉDIO CONSTRUÍDO	VI	22101
0169	3905	VETADA					
0169	3891	VETADA					
0169	3733	CONCLUSÃO DO RESTAURANTE COMUNITÁRIO NO GAMA	M²	170	PRÉDIO CONSTRUÍDO	II	38104
0187	PROGRAMA:	0187 - PLANEJAMENTO DA POLÍTICA DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL					
0187	5792	IMPLANTAÇÃO DE PLANOS OPERACIONAIS PARA O TURISMO NO LAGO SUL	UNIDADE	1	PROJETO REALIZADO	XVI	38118
0187	3582	PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL	UNIDADE	1	PROJETO REALIZADO	DF	27101
0189	PROGRAMA:	0189 - PROMOÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DO PRODUTO TURÍSTICO DE BRASÍLIA					
0189	4981	DESENVOLVIMENTO DE CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO DE BRASÍLIA	UNIDADE	1	CAMPANHA REALIZADA	DF	27101
0189	4955	MANUTENÇÃO DO SITE DA SECRETARIA DE TURISMO	UNIDADE	1	SISTEMA MANTIDO	DF	27101
0189	3754	REALIZAÇÃO DE WORKSHOP COM AS ENTIDADES DE CLASSE DO BRASIL E OUTRAS INSTITUIÇÕES	UNIDADE	4	EVENTO REALIZADO	DF	27101
0189	3676	CAPTAÇÃO DE EVENTOS - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	UNIDADE	16	EVENTO REALIZADO	DF	27101
0189	2979	APOIO A EVENTOS EM BRASÍLIA	UNIDADE	20	EVENTO APOIADO	DF	27101
0189	2943	BANCO DE IMAGENS COM A COBERTURA FOTOGRÁFICA DOS ATRATIVOS DE BRASÍLIA	UNIDADE	2.000	ACERVO ADQUIRIDO	DF	27101
0193	PROGRAMA:	0193 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO					
0193	5973	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE REGIONAL DO DETRAN EM PLANALTINA	M²	500	PRÉDIO CONSTRUÍDO	VI	24201
0193	5743	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL DO DETRAN	M²	4.200	PRÉDIO CONSTRUÍDO	I	24201
0193	3922	REFORMA E ADAPTAÇÃO DE PRÉDIOS NO PLANO PILOTO / DETRAN	M²	2.000	PRÉDIO REFORMADO	I	24201
0193	3628	AQUISIÇÃO DE AERONAVES - HELICÓPTERO	UNIDADE	1	EQUIPAMENTO MANTIDO	DF	24201
0193	3467	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UNIDADE	450	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	DF	24201
0193	2469	VETADA					
0193	2460	CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	UNIDADE	11	CAMPANHA REALIZADA	DF	24201
0193	1732	IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA E SEMAFÓRICA	UNIDADE	1	EQUIPAMENTO MANTIDO	DF	24201
0196	PROGRAMA:	0196 - REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO					
0196	5998	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO PSICO-SOCIAL NO CIR	M²	300	PRÉDIO CONSTRUÍDO	DF	24101
0196	5922	MODERNIZAÇÃO E CO-GESTÃO TERCEIRIZADA NO SISTEMA PRISIONAL	PESSOA	1.400	PESSOA ASSISTIDA	DF	24101
0196	5914	INCENTIVO E FOMENTO PARA ASSOCIAÇÃO DE ESCOPO NÃO ECONÔMICO PARA ACOMPANHAMENTO DE PRESIDIÁRIOS	PESSOA	50	PESSOA ASSISTIDA	DF	24101
0196	3795	CONSTRUÇÃO DA NOVA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DA PAPUDA	M²	4.500	PENITENCIÁRIA CONSTRUÍDA	XIV	24101
0196	2847	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE APOIO	UNIDADE	8	VEÍCULO LEVE ADQUIRIDO	DF	24202
0196	1681	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	M²	480	PRÉDIO CONSTRUÍDO	DF	24202
0203	PROGRAMA:	0203 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANO E TERRITORIAL					
0203	5923	ESTUDO URBANO PARA IMPLANTAÇÃO DOS SETORES HABITACIONAIS PARA O SEGMENTO DE PROFISSIONAIS DE LIMPEZA E SEGURANÇA PRIVADA	UNIDADE	1	ESTUDO REALIZADO	DF	28101
0208	PROGRAMA:	0208 - PROTEÇÃO SOCIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS					
0208	5999	VETADA					
0208	5997	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE ATENDIMENTO/DIA À POPULAÇÃO DE RUA NO PLANO PILOTO, SOBRADINHO E NÚCLEO BANDEIRANTE	M²	900	PRÉDIO CONSTRUÍDO	DF	17101

0208	2951	PROTEÇÃO E CUIDADO INFANTO JUVENIL	PESSOA	8.742	CRIANÇA ASSISTIDA	DF	17902
0208	2950	PROTEÇÃO E CUIDADO INFANTIL	PESSOA	7.681	CRIANÇA ASSISTIDA	DF	17902
0208	2949	PROTEÇÃO ÀS CONTINGÊNCIAS SOCIAIS	PESSOA	39.622	PESSOA ATENDIDA	DF	17902
0208	2767	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES	UNIDADE	1	ÓRGÃO MANTIDO	DF	17101
0208	2693	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	1	ÓRGÃO MANTIDO	DF	17101
0208	1696	REFORMA E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS NO DISTRITO FEDERAL	UNIDADE	1	ABRIGO MANTIDO	DF	17101
0208	1310	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	M²	2.830	PRÉDIO CONSTRUÍDO	DF	17101
0209	PROGRAMA:	0209 - APOIO SÓCIO EDUCATIVO A CRIANÇA E ADOLESCENTE					
0209	4964	MOBILIZAÇÃO PELA PROTEÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E ADOLESCENTES	UNIDADE	4	EVENTO REALIZADO	DF	17902
0209	3999	EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO	PESSOA	1.370	ADOLESCENTE ASSISTIDO	DF	17902
0209	2941	ATENDIMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DIREITOS AMEAÇADOS	PESSOA	8.490	ADOLESCENTE ASSISTIDO	DF	17902
0209	2917	EXECUÇÃO DA MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA	PESSOA	1.800	ADOLESCENTE ASSISTIDO	DF	17902
0209	2766	VETADA					
0209	2178	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	PESSOA	500	PESSOA ASSISTIDA	DF	17903
0210	PROGRAMA:	0210 - MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS A ADOLESCENTES					
0210	2955	FORMAÇÃO DA REDE DE ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTAIS E ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	4	EVENTO REALIZADO	DF	17902
0210	2942	EXECUÇÃO DE MEDIDA DE INTERNAÇÃO	PESSOA	400	ADOLESCENTE ASSISTIDO	DF	17902
0210	2928	APOIO INSTITUCIONAL AOS CONSELHOS	UNIDADE	2	EVENTO REALIZADO	DF	17902
0210	2920	EXECUÇÃO DE MEDIDA DE SEMI LIBERDADE	PESSOA	108	ADOLESCENTE ASSISTIDO	DF	17902
0211	PROGRAMA:	0211 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA					
0211	3660	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	UNIDADE	1	AÇÃO REALIZADA	DF	23901
0214	PROGRAMA:	0214 - MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUS/DF					
0214	5996	CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL/DIA EM SOBRADINHO	M²	500	PRÉDIO CONSTRUÍDO	V	23901
0214	5972	VETADA					
0214	5972	VETADA					
0214	5972	VETADA					
0214	5972	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL GERIÁTRICO DE TAGUATINGA	M²	30.000	HOSPITAL CONSTRUÍDO	III	23901
0214	5936	VETADA					
0214	5936	VETADA					
0214	5913	VETADA					
0214	5909	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	M²	25.000	HOSPITAL CONSTRUÍDO	XVII	23901
0214	5909	VETADA					
0214	5897	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	M²	25.000	HOSPITAL CONSTRUÍDO	XV	23901
0214	5897	VETADA					
0214	5890	VETADA					
0214	3502	AQUISIÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA	UNIDADE	1	PRÉDIO ADQUIRIDO	XII	23901
0214	3487	MELHORIA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	M²	10.000	CENTRO DE SAÚDE REFORMADO	DF	23901
0214	3266	VETADA					
0214	1670	CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE	M²	3.000	POSTO DE SAÚDE CONSTRUÍDO	DF	23901
0214	1602	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA	M²	25.000	HOSPITAL CONSTRUÍDO	XIII	23901
0214	1351	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO PARANOÁ	M²	22.000	HOSPITAL CONSTRUÍDO	VII	23901
214	NOVO	VETADA					
0228	PROGRAMA:	0228 - VALORIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA					
0228	3987	CRIAÇÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DA SAÚDE OCUPACIONAL DO DF	M²	1	CENTRO DE SAÚDE CONSTRUÍDO	DF	13101
0228	3753	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL EM SAÚDE DO SERVIDOR (SAES)	UNIDADE	1	SISTEMA IMPLANTADO	DF	13101
0228	3737	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DEGRAU	PESSOA	270	SERVIDOR TREINADO	DF	13101
0228	2768	APOIO ÀS ATIVIDADES DE ESTUDOS PESQUISAS E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	UNIDADE	2	EVENTO REALIZADO	DF	17101

0228	2655	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PESSOA	200	SERVIDOR TREINADO	DF	24105
0228	2655	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PESSOA	5.000	SERVIDOR TREINADO	DF	23203
0228	2655	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PESSOA	60	SERVIDOR TREINADO	DF	26101
0228	2655	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PESSOA	30	SERVIDOR TREINADO	DF	38101
0231	PROGRAMA:	0231 - MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA					
0231	5881	CAPACITAÇÃO TÉCNICA DOS CONSELHEIROS DE SAÚDE	PESSOA	200	PESSOA ATENDIDA	DF	23901
0231	4988	ELABORAÇÃO DOS MANUAIS DE NORMAS E PROCEDIMENTOS	UNIDADE	6	MANUAL ELABORADO	DF	13101
0231	3943	REVITALIZAÇÃO DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI	M²	22.200	PRÉDIO REFORMADO	DF	13101
0231	3929	MODERNIZAÇÃO DO SIGMA E DO SICOP	UNIDADE	2	SISTEMA REESTRUTURADO	DF	13101
0231	3757	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL DO GDF	UNIDADE	1	SISTEMA IMPLANTADO	DF	13101
0231	3742	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ESCRITÓRIO ELETRÔNICO DO GDF	UNIDADE	1	SISTEMA IMPLANTADO	DF	13101
0231	3696	IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE	PESSOA	300.000	PESSOA ASSISTIDA	DF	23901
0232	PROGRAMA:	0232 - EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO					
0232	4969	PADRONIZAÇÃO DO PRIMEIRO ATENDIMENTO A CIDADÃO NAS UNIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO GDF	UNIDADE	8	UNIDADE BENEFICIADA	DF	13101
0232	3779	AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO - NA HORA	UNIDADE	3	UNIDADE IMPLANTADA	DF	13101
0300	PROGRAMA:	0300 - ASSISTÊNCIA INTEGRAL MATERNO-INFANTIL					
0300	3344	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA NA QR 201/301 - SANTA MARIA RA XIII	M²	350	CRECHE CONSTRUÍDA	XIII	38115
0300	2156	PROMOÇÃO DA SAÚDE MATERNO-INFANTIL	UNIDADE	1.651.000	CONSULTA MÉDICA REALIZADA	DF	23901
0400	PROGRAMA:	0400 - ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E AMBULATORIAL					
0400	6022	FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO POLICIAL E SEUS DEPENDENTES	PESSOA	7.672	PESSOA ATENDIDA	DF	24105
0400	2145	MANUTENÇÃO DE CONTRATOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS	UNIDADE	80	CONTRATO REALIZADO	DF	23901
0500	PROGRAMA:	0500 - CERRADO: NOSSO MEIO AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL					
0500	5960	REFLORESTAMENTO DE MARGENS DE CÓRREGOS E DAS ÁREAS DE NASCENTES	ha	100	MARGENS DE CÓRREGOS E ÁREAS DE NASCENTES REFLORESTADAS	DF	21101
0500	5959	ELABORAR MAPA DE RISCO AMBIENTAL DO DF	UNIDADE	1	MAPA DE RISCO ELABORADO	DF	21101
0500	5911	VETADA					
0500	5910	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DE FLORES E FRUTOS DO CERRADO	UNIDADE	1	PROJETO APOIADO	DF	21101
0500	5882	REALIZAR O ZONEAMENTO AMBIENTAL DA APA DO LAGO NORTE	UNIDADE	1	PROJETO IMPLANTADO	XVIII	21101
0500	5871	RECUPERAR E REVITALIZAR O PARQUE SABURO ONOYAMA	UNIDADE	1	PROJETO IMPLANTADO	III	21101
0500	5702	VETADA					
0500	4963	VETADA					
0500	3859	VETADA					
0500	3743	VETADA					
0500	3728	VETADA					
0500	3642	PROJETO DE ECOTURISMO NO DF	UNIDADE	1	PARQUE IMPLANTADO	DF	21101
0500	3584	VETADA					
0500	2877	VETADA					
0500	2876	VETADA					
0500	2837	VETADA					
0500	2655	VETADA					
0500	2654	VETADA					
0500	2114	VETADA					
0500	1813	VETADA					
0700	PROGRAMA:	0700 - CIDADE LIMPA E URBANIZADA - GARANTIA DE BEM ESTAR SOCIAL					
0700	8508	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	M²	80.000	ÁREA URBANIZADA	X	38112

0700	6025	VETADA					
0700	5937	TRANSFORMAR O LIXÃO DO JOCKEY EM ATERRO SANITÁRIO AMBIENTALMENTE CORRETO	ha	40	ATERRO SANITÁRIO IMPLANTADO	X	22207
0700	3977	VETADA					
0700	3451	REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO PRAINHA	UNIDADE	1	PARQUE MANTIDO	II	38104
0700	2992	MANUTENÇÃO DE PARQUES E JARDINS	UNIDADE	4	PARQUE MANTIDO	XVIII	38120
0700	2346	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	M²	400.000	ÁREA ARBORIZADA MANTIDA	DF	38101
0700	2346	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	M²	500.000	ÁREA ARBORIZADA MANTIDA	II	38104
0700	2346	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	M²	125	ÁREA ARBORIZADA MANTIDA	IV	38106
0700	2346	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	M²	2.667	ÁREA ARBORIZADA MANTIDA	VI	38108
0700	2346	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	M²	50.000	ÁREA ARBORIZADA MANTIDA	VII	38109
0700	2346	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	M²	100.000	ÁREA ARBORIZADA MANTIDA	VIII	38110
0700	2346	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	M²	13.000.000	ÁREA ARBORIZADA MANTIDA	IX	38111
0700	2346	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	M²	80	ÁREA ARBORIZADA MANTIDA	XI	38113
0700	2346	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	M²	600.000	ÁREA ARBORIZADA MANTIDA	XVI	38118
0700	2346	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	M²	200.000	ÁREA ARBORIZADA MANTIDA	XVIII	38120
0700	1095	BRASÍLIA CIDADE LIMPA	UNIDADE	6.000	EQUIPAMENTO MANTIDO	DF	22207
0900	PROGRAMA:	0900 - CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS					
0900	2940	EXECUÇÃO DE CAMPANHAS	UNIDADE	3	CAMPANHA DE VACINAÇÃO REALIZADA	XVI	38118
0900	2379	REDUÇÃO DO RISCO DE TRANSMISSÃO DE RAIVA E OUTRAS ZOONOSES	UNIDADE	4.000	ANIMAL VACINADO	DF	23901
0900	2024	CAMPANHAS COMUNITÁRIAS EDUCATIVAS	UNIDADE	2	CAMPANHA EDUCATIVA REALIZADA	XVI	38116
1000	PROGRAMA:	1000 - DESENV. CIENTÍFICO E TECNOL.					
1000	6026	EXEC. DE ATIV. DE FOMENTO AO DESENV. CIENT. E TECNOLÓGICO	UNIDADE	100	PROJETO APOIADO	DF	19203
1000	5900	PROG. DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBL.	UNIDADE	20	PESQUISA REALIZADA	DF	19203
1100	PROGRAMA:	1100 - DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS					
1100	5927	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA NO PÓLO DE AGRONEGÓCIOS	UNIDADE	1	PÓLO DE AGRONEGÓCIOS INSTALADO	DF	14101
1100	5858	VETADA					
1100	3458	EXPANSÃO DA FEIRA CENTRAL	M²	1.000	FEIRA REFORMADA	XIII	38115
1100	3458	VETADA					
1100	2865	APOIO À REALIZAÇÃO DE FEIRA AGROPECUÁRIA	UNIDADE	1	EVENTO APOIADO	VI	14203
1100	2862	ASSISTÊNCIA AOS MICRO, MIN E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	PESSOA	30	PRODUTOR ASSISTIDO	DF	14901
1100	2861	APOIO AOS PRODUTORES RURAIS	PESSOA	220	PRODUTOR ASSISTIDO	DF	14902
1200	PROGRAMA:	1200 - DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - ENDEREÇO CERTO					
1200	6028	PRODUÇÃO DE LOTES URBANIZADOS DESTINADOS AO ASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA	UNIDADE	3.750	LOTES PRODUZIDOS	DF	22101
1200	6027	PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM PARCERIA COM ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	UNIDADE	2.500	UNIDADES HABITACIONAIS CONSTRUÍDAS	DF	22101
1200	5938	REGULARIZAR AS UNIDADES HABITACIONAIS ABRANGIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR 375/2001	UNIDADE	500	RESIDÊNCIAS REGULARIZADAS	V	28101
1200	5857	IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE ENDEREÇAMENTO NAS RA'S	UNIDADE	10	PROJETO IMPLANTADO	DF	28101

1200	5732	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS UNIFAMILIARES NA VILA VARJÃO - HABITAR BRASIL/BID	M²	6.624	CASA CONSTRUÍDA	XVIII	22101
1200	5731	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM CONDOMÍNIO NA VILA VARJÃO - HABITAR BRASIL/BID	M²	3.104	CASA CONSTRUÍDA	XVIII	22101
1300	PROGRAMA:	1300 - DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL					
1300	6017	BRASÍLIA CAPITAL CULTURAL	UNIDADE	10	EVENTO PROMOVIDO	DF	16101
1300	5984	APOIO A FESTA DO BUMBA MEU BOI DE SOBRADINHO	UNIDADE	1	EVENTO APOIADO	V	38107
1300	5980	A IGREJA DO 3º MILÊNIO, AÇÃO CULTURAL DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ALFABETIZAÇÃO CONTINUADA	UNIDADE	1	PROJETO APOIADO	DF	16101
1300	5955	VETADA					
1300	5954	APOIO A FESTA CAMINHADA MARIANA DE SAMAMBAIA	UNIDADE	1	EVENTO APOIADO	XII	38114
1300	5949	APOIO AS FESTAS RELIGIOSAS DA "VIA SACRA", PADROEIRA ROSÁRIO DE FÁTIMA, BOM JESUS DOS MIGRANTES E SÃO MATEUS.	UNIDADE	4	EVENTO APOIADO	V	38107
1300	5908	FESTIVAL DE MÚSICA GOSPEL	UNIDADE	4	EVENTO REALIZADO	DF	16101
1300	5895	APOIO À REALIZAÇÃO DA GRANDE FESTA DA CRIANÇA – LEI 3017/2002.	UNIDADE	1	EVENTO PROMOVIDO	III	16101
1300	5878	REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS DEGRADADOS - SETOR DE DIVERSÕES SUL	UNIDADE	1	PROJETO IMPLANTADO	I	16101
1300	5859	APOIO A CONVENÇÃO MUNDIAL DA ITEJ – LEI 3017/2002.	UNIDADE	1	EVENTO PROMOVIDO	III	16101
1300	5463	PROMOÇÃO DE EVENTOS RELIGIOSOS	UNIDADE	8	EVENTO PROMOVIDO	IV	38106
1300	3654	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	UNIDADE	15	EVENTO PROMOVIDO	XII	38114
1300	2978	APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS	UNIDADE	20	EVENTO PROMOVIDO	X	38112
1300	2978	APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS	UNIDADE	30	EVENTO APOIADO	XVI	38118
1300	2910	APOIO À FESTA DO MORANDO PROMOVIDA PELA UNIDADE DO INCRA NA UNIDADE ADMINISTRATIVA	UNIDADE	1	EVENTO PROMOVIDO	IV	38106
1300	2484	APOIO E INCENTIVO A REALIZAÇÃO DE FILMES	UNIDADE	1	FILME APOIADO	DF	16101
1300	2479	MANUTENÇÃO DO PROJETO MALA DO LIVRO	UNIDADE	5.000	PROJETO MANTIDO	DF	16101
1300	2478	MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	UNIDADE	1	ORQUESTRA MANTIDA	DF	16101
1300	2305	PROMOÇÃO E INCENTIVO DE PROGRAMAS CULTURAIS	UNIDADE	200	EVENTO PROMOVIDO	DF	16101
1300	2029	APOIO À ARTE E À CULTURA	UNIDADE	100	EVENTO APOIADO	DF	16903
1300	2007	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	UNIDADE	26	EVENTO PROMOVIDO	II	38104
1300	2007	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	UNIDADE	30	EVENTO PROMOVIDO	III	38105
1300	2007	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	UNIDADE	10	EVENTO PROMOVIDO	IV	38106
1300	2007	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	UNIDADE	12	EVENTO PROMOVIDO	IX	38111
1300	2007	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	UNIDADE	10	EVENTO PROMOVIDO	X	38112
1300	2007	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	UNIDADE	20	EVENTO PROMOVIDO	XIII	38115
1300	2007	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	UNIDADE	8	EVENTO PROMOVIDO	XVII	38119
1300	2007	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	UNIDADE	11	EVENTO PROMOVIDO	XVIII	38120
1300	1749	PROJETO ARTE POR TODA PARTE	UNIDADE	362	EVENTO PROMOVIDO	DF	16101
1300	1606	CRIAÇÃO DA CASA DE CULTURA	M²	2.000	PRÉDIO CONSTRUÍDO	II	38104
1300	1100	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	UNIDADE	6	EVENTO PROMOVIDO	XVI	38118
1315	PROGRAMA:	1315 - ACESSIBILIDADE: DIREITO DE TODOS					
1315	3641	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" NO GUARÁ	M²	3.500	PASSEIO CONSTRUÍDO	X	22101
1315	3635	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" EM SAMAMBAIA	M²	10.000	PASSEIO CONSTRUÍDO	XII	22101
1315	3627	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" NO RIACHO FUNDO I E II	M²	5.000	PASSEIO CONSTRUÍDO	XVII	22101
1315	3624	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" NO RECANTO DAS EMAS	M²	7.500	PASSEIO CONSTRUÍDO	XV	22101
1315	3621	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" NO PARANOÁ	M²	5.000	PASSEIO CONSTRUÍDO	VII	22101
1315	3618	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" NO NÚCLEO BANDEIRANTE	M²	5.000	PASSEIO CONSTRUÍDO	VIII	22101
1315	3616	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" NO LAGO SUL	M²	7.500	PASSEIO CONSTRUÍDO	XVI	22101
1315	3613	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" NO LAGO NORTE	M²	5.000	PASSEIO CONSTRUÍDO	XVIII	22101
1315	3610	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" NO CRUZEIRO E SUDOESTE	M²	5.000	PASSEIO CONSTRUÍDO	XI	22101
1315	3609	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" NA CEILÂNDIA	M²	1.500	PASSEIO CONSTRUÍDO	IX	22101
1315	3607	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" NA CANDANGOLÂNDIA	M²	4.000	PASSEIO CONSTRUÍDO	XIX	22101
1315	3604	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" EM SOBRADINHO	M²	5.000	PASSEIO CONSTRUÍDO	V	22101
1315	3602	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" EM SÃO SEBASTIÃO	M²	5.000	PASSEIO CONSTRUÍDO	XIV	22101

1315	3600	VETADA					
1315	3598	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" EM PLANALTINA	M²	5.000	PASSEIO CONSTRUÍDO	VI	22101
1315	3595	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" DO GAMA	M²	5.000	PASSEIO CONSTRUÍDO	II	22101
1315	3593	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" DE TAGUATINGA	M²	11.000	PASSEIO CONSTRUÍDO	III	22101
1315	3591	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" DE BRAZLÂNDIA	M²	7.500	PASSEIO CONSTRUÍDO	IV	22101
1315	3588	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA "ACESSIBILIDADE, DIREITO DE TODOS" DE BRASÍLIA	M²	35.000	PASSEIO CONSTRUÍDO	I	22101
1315	3453	CONSTRUÇÃO DE RAMPAS PARA ACESSO DE DEFICIENTES FÍSICOS	M²	1.250	RAMPA CONSTRUÍDA	II	38104
1316	PROGRAMA:	1316 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA ÁREA RURAL					
1316	3816	RECUPERAÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	UNIDADE	54	VEÍCULO RECUPERADO	DF	14101
1316	3789	AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	UNIDADE	6	VEÍCULO PESADO ADQUIRIDO	DF	14101
1316	2889	APOIO E PROGRAMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DO PRONAF	PESSOA	150	PRODUTOR ASSISTIDO	DF	14101
1316	2775	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	HÁ	2.000	ÁREA AGRÍCOLA ASSISTIDA	DF	14101
1316	1994	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	UNIDADE	1	ESTRUTURA INSTALADA	IV	38106
1316	1754	IMPLANTAÇÃO DE ATIVIDADES CONSERVACIONISTAS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS NO DISTRITO FEDERAL	M3	175.367	BARRAGEM CONSTRUÍDA	DF	14101
1316	1660	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	UNIDADE	10	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	VI	38108
1317	PROGRAMA:	1317 - CONSTRUÍDO O DISTRITO FEDERAL					
1317	5963	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E ASSISTÊNCIA AO IDOSO	M²	500	CENTRO CONSTRUÍDO	III	22101
1317	5961	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE FORMAÇÃO AMBIENTAL	M²	500	ESCOLA CONSTRUÍDA	I	22101
1317	3801	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE CONVENÇÕES	M²	1.500	PRÉDIO REFORMADO	I	22101
1317	3750	CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO CULTURAL DA REPÚBLICA	M²	10.000	BIBLIOTECA CONSTRUÍDA	I	22101
1317	3748	CONSTRUÇÃO DA NOVA RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA	UNIDADE	1	PROJETO ELABORADO	I	22101
1318	PROGRAMA:	1318 - REVITALIZAÇÃO DA CIDADE DE BRASÍLIA					
1318	3945	REVITALIZAÇÃO W3 SUL/NORTE	UNIDADE	1	PROJETO IMPLANTADO	I	22101
1318	3852	RECUPERAÇÃO DO MONUMENTO DA FONTE LUMINOSA DA TORRE DE TV - EIXO MONUMENTAL	UNIDADE	1	MONUMENTO RESTAURADO	I	22101
1400	PROGRAMA:	1400 - DIVULGAÇÃO DA HISTORIA DO DISTRITO FEDERAL					
1400	2463	DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL	UNIDADE	28	EXPOSIÇÃO REALIZADA	DF	13102
1400	1733	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO "ARQUIVO VIVO"	UNIDADE	1	PROJETO IMPLANTADO	DF	13102
1400	1731	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO "ARQUIVO VAI À ESCOLA E À COMUNIDADE"	UNIDADE	6	PROJETO IMPLANTADO	DF	13102
1600	PROGRAMA:	1600 - GERAÇÃO DE RENDA, O EXERCÍCIO DA CIDADANIA					
1600	2051	FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS	UNIDADE	2.200	FINANCIAMENTO CONCEDIDO	DF	25901
1600	2043	APOIO ÀS AÇÕES DE ARTESANATO, COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO	PESSOA	6.700	PESSOA ASSISTIDA	DF	25101
1700	PROGRAMA:	1700 - HEMOTECNOLOGIA					
1700	2812	ANÁLISE LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE	UNIDADE	900.000	EXAME REALIZADO	I	23202
1700	2811	CAPTAÇÃO DE DOADORES E COLETA DE SANGUE, PROCESSAMENTO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE SANGUE E HEMOCOMPONENTES	PESSOA	37.000	PESSOA ATENDIDA	DF	23202
1700	2810	PRODUÇÃO DE HEMODERIVADOS (ALBUMINA HUMANA)	UNIDADE	25.000	MEDICAMENTO DISTRIBUÍDO	DF	23202
1700	1141	EXPANSÃO E MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO	M²	1.450	PRÉDIO REFORMADO	DF	23202
1900	PROGRAMA:	1900 - JUVENTUDE E ESPORTES DE MÃOS DADAS COM O FUTURO					
1900	5929	PROGRAMA DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS EM COMPETIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	PESSOA	50	ATLETA ASSISTIDO	DF	34101

1900	2333	VETADA					
1900	2113	APOIO AO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E LAZER	UNIDADE	3	EVENTO APOIADO	VIII	38110
1900	2033	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	UNIDADE	10	EVENTO PROMOVIDO	IV	38106
1900	2033	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	UNIDADE	5	EVENTO PROMOVIDO	VII	38109
1900	2033	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	UNIDADE	10	EVENTO PROMOVIDO	X	38112
1900	2033	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	UNIDADE	9	EVENTO PROMOVIDO	XVIII	38120
2100	PROGRAMA:	2100 - MODERNIZAÇÃO A EDUCAÇÃO					
2100	3897	REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO PRÉDIO DA FEPECS	M²	875	PRÉDIO REFORMADO	DF	23203
2100	3482	PROFESSOR NOTA 10	UNIDADE	1	PROJETO APOIADO	DF	18101
2100	2387	DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DF	UNIDADE	613	ESCOLA ASSISTIDA	DF	18101
2300	PROGRAMA:	2300 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DISTRITO FEDERAL					
2300	2485	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	UNIDADE	5	MUSEU MANTIDO	DF	16101
2300	2467	PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL	UNIDADE	1	PESQUISA REALIZADA	DF	13102
2300	2466	RECOLHIMENTO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DISTRITO FEDERAL	UNIDADE	1	ACERVO AVALIADO	DF	13102
2300	2465	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DISTRITO FEDERAL	UNIDADE	1	ACERVO MANTIDO	DF	13102
2400	PROGRAMA:	2400 - RESGATE SOCIAL COM DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO COMUNITÁRIA					
2400	6014	CLÍNICAS POPULARES DE RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS	UNIDADE	2.500	DEPENDENTE ASSISTIDO	DF	11902
2400	6014	CLÍNICAS POPULARES DE RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS	UNIDADE	52	DEPENDENTE ASSISTIDO	DF	17902
2400	6004	OFICINAS CULTURAIS E DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS	PESSOA	2.000	PESSOA ATENDIDA	DF	11902
2400	4979	COORDENAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS	UNIDADE	1	NÚCLEO IMPLANTADO	DF	10101
2400	4978	COORDENAÇÃO DE PARCERIAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL	UNIDADE	1	NÚCLEO IMPLANTADO	DF	10101
2400	4977	COORDENAÇÃO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	UNIDADE	1	NÚCLEO IMPLANTADO	DF	10101
2400	3531	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	UNIDADE	1	AÇÃO REALIZADA	DF	18101
2400	2945	CADASTRO ÚNICO DE BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS SOCIAIS	UNIDADE	1	CONTROLE OPERACIONAL AUTOMATIZADO	DF	10101
2400	2869	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	UNIDADE	3.600	EVENTO APOIADO	DF	17101
2400	2868	VETADA					
2400	2592	COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DOS DIREITOS DO NEGRO	UNIDADE	1	PROGRAMA APOIADO	DF	17101
2400	2475	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS FASE I E II	UNIDADE	20	PROGRAMA REALIZADO	DF	18902
2400	2277	COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS PARA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	UNIDADE	4	PROGRAMA APOIADO	DF	17101
2400	2274	COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DOS DIREITOS DA MULHER - CASA ABRIGO	UNIDADE	1	PROGRAMA APOIADO	DF	17101
2400	2272	COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS PARA A TERCEIRA IDADE	UNIDADE	1	PROGRAMA APOIADO	DF	17101
2403	PROGRAMA:	2403 - PROTEÇÃO E CUIDADO INFANTIL					
2403	5896	PROJETO MÃE CRECHEIRA	UNIDADE	14	PROGRAMA APOIADO	DF	17902
2404	PROGRAMA:	2404 - PROGRAMA DE APOIO À SAÚDE DO TRABALHADOR					
2404	6015	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE APOIO À SAÚDE DO TRABALHADOR	UNIDADE	1	PROJETO IMPLANTADO	DF	23901
2405	PROGRAMA:	2405 - PROGRAMA BOLSA TRABALHO-RENDA					
2405	6009	BOLSA TRABALHO-RENDA	PESSOA	972	PESSOA ASSISTIDA	DF	25101
2407	PROGRAMA:	2407 - PROGRAMA BOLSA-TRABALHO-EMPREGO					
2407	6010	BOLSA TRABALHO-EMPREGO	PESSOA	1.000	PESSOA ASSISTIDA	DF	25101
2408	PROGRAMA:	2408 - EXPRESSO CIDADÃO					
2408	6003	EXPRESSO CIDADÃO	UNIDADE	1	ÔNIBUS ADQUIRIDO	DF	17101
2409	PROGRAMA:	2409 - APOIO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA					
2409	6016	FORNECIMENTO DE ÓRTESES E PRÓTESES	PESSOA	660	PESSOA ATENDIDA	DF	23901
2410	PROGRAMA:	2410 - PROGRAMA BOLSA TRABALHO-ESTÁGIO					
2410	6011	BOLSA TRABALHO-ESTÁGIO	PESSOA	2.000	PESSOA ASSISTIDA	DF	25101
2411	PROGRAMA:	2411 - PROTEÇÃO E AMPARO AO IDOSO					
2411	5920	IDOSO ASSISTIDO EM FAMÍLIA	PESSOA	500	IDOSO ADOTADO	DF	17101
2412	PROGRAMA:	2412 - CRÉDITO EDUCATIVO DO DF					
2412	6012	CRÉDITO EDUCATIVO DO DF	PESSOA	1.000	ALUNO ASSISTIDO	DF	18101
2413	PROGRAMA:	2413 - CENTROS MULTIUSO DA JUVENTUDE					
2413	5921	CONSTRUÇÃO DE CENTROS MULTIUSO DA JUVENTUDE	UNIDADE	2	CENTRO MULTIUSO CONSTRUÍDO	DF	34101

2414	PROGRAMA:	2414 - BOLSA PRÉ-VESTIBULAR					
2414	6018	BOLSA PRÉ-VESTIBULAR	PESSOA	2.000	PESSOA ASSISTIDA	DF	18101
2415	PROGRAMA:	2415 - CASA DOS DIREITOS					
2415	6019	CASA DOS DIREITOS	UNIDADE	2	PROJETO IMPLANTADO	DF	25101
2416	PROGRAMA:	2416 - ESCOLA DIGITAL INTEGRADA					
2416	6013	INTEGRAÇÃO ESCOLAR POR MEIO DA INTERNET	UNIDADE	632	PROJETO IMPLANTADO	DF	18101
2417	PROGRAMA:	2417 - APOIO E PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO IDOSO					
2417	6021	VALORIZAÇÃO DO IDOSO	UNIDADE	5	PROGRAMA APOIADO	DF	17101
2418	PROGRAMA:	2418 - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MENTAL					
2418	5965	VETADA					
2418	5936	VETADA					
2418	5932	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ASSISTÊNCIA PSICO-SOCIAL CAPS EM SOBRADINHO	M²	450	PRÉDIO CONSTRUÍDO	V	23901
2418	5930	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DO ADOLESCENTRO EM TAGUATINGA	M²	450	PRÉDIO CONSTRUÍDO	III	23901
2418	5890	VETADA					
2419	PROGRAMA:	2419 - ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR - CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM DE MÃO DE OBRA					
2419	6020	CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA AOS EMPREGADOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	PESSOA	108	TRABALHADOR TREINADO	DF	25101
2420	PROGRAMA:	2420 - EDUCAÇÃO SUPERIOR					
2420	6023	CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS	UNIDADE	500	BOLSAS CONCEDIDAS	DF	01101
2500	PROGRAMA:	2500 - SAÚDE EM FAMÍLIA					
2500	5880	AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS MÓVEIS	UNIDADE	7	UNIDADE ADQUIRIDA	DF	23901
2500	2335	SAÚDE EM FAMÍLIA	UNIDADE	300.000	FAMÍLIA ASSISTIDA	DF	23901
2600	PROGRAMA:	2600 - SEGURANÇA EM AÇÃO					
2600	3888	REFORMA DA 4ª DELEGACIA DE POLÍCIA DO GUARÁ	M2	100	DELEGACIA REFORMADA	X	24105
2600	9998	VETADA					
2600	8540	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS MILITARES DA PMDF	M²	21.000	QUARTEL CONSTRUÍDO	DF	24103
2600	5977	IMPLANTAÇÃO DE CRECHES DE ATENDIMENTO AOS FILHOS DAS SERVIDORAS DA PMDF, CBMDF, PCDF E SERVIDORAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	M²	200	CRECHE CONSTRUÍDA	DF	24101
2600	5977	VETADA					
2600	5933	CONSTRUÇÃO DA DELEGACIA DE REPRESSÃO ÀS PEQUENAS INFRAÇÕES	M²	700	DELEGACIA CONSTRUÍDA	III	24105
2600	5933	VETADA					
2600	5917	CONSTRUÇÃO DE DELEGACIA NO SETOR HABITACIONAL VICENTE PIRES	M²	750	DELEGACIA CONSTRUÍDA	III	24105
2600	5756	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA ZONA RURAL DE PLANALTINA	M²	1.800	PRÉDIO CONSTRUÍDO	VI	24101
2600	5734	CONSTRUÇÃO DE DELEGACIA NO SETOR LESTE	M²	250	DELEGACIA CONSTRUÍDA	II	24105
2600	5734	VETADA					
2600	5721	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA ZONA RURAL DE BRAZLÂNDIA	M²	1.800	PRÉDIO CONSTRUÍDO	IV	24101
2600	3998	EDIFÍCIO-SEDE DA CHEFIA DE POLÍCIA DA PCDF	M²	4.207	PRÉDIO CONSTRUÍDO	I	24105
2600	3951	STAND DE TIROS E DO PAVILHÃO ESCOLAR DA ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL	M²	4.616	PRÉDIO CONSTRUÍDO	I	24105
2600	3888	REFORMA DA 4º DELEGACIA DE POLÍCIA NO GUARÁ	M²	100	DELEGACIA REFORMADA	X	24105
2600	3884	REFORMA DA 2º DELEGACIA DE POLÍCIA DA ASA NORTE	M²	100	DELEGACIA REFORMADA	I	24105
2600	3881	VETADA					
2600	3876	REFORMA DA 17º DELEGACIA DE POLÍCIA EM TAGUATINGA NORTE	M²	100	DELEGACIA REFORMADA	III	24105
2600	3871	REFORMA DA 13ª DELEGACIA DE POLÍCIA EM SOBRADINHO	M²	100	DELEGACIA REFORMADA	V	24105

2600	3870	INTEGRAÇÃO NAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA DE DEFESA SOCIAL COM OS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, TOCANTINS, BAHIA E DISTRITO FEDERAL	UNIDADE	1	SISTEMA INSTALADO	DF	24101
2600	3869	REFORMA DA 12º DELEGACIA DE POLÍCIA EM TAGUATINGA CENTRO	M²	100	DELEGACIA REFORMADA	III	24105
2600	3867	REFORMA DA 11ª DELEGACIA DE POLÍCIA NO NÚCLEO BANDEIRANTE	M²	100	DELEGACIA REFORMADA	VIII	24105
2600	3866	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO	UNIDADE	1	SISTEMA INSTALADO	DF	24101
2600	3816	REFORMA DO PRÉDIO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA NA ASA SUL	M²	400	PRÉDIO REFORMADO	I	24105
2600	3759	CONSTRUÇÃO DA 31ª DELEGACIA DE POLÍCIA EM PLANALTINA	M²	1.250	DELEGACIA CONSTRUÍDA	VI	24101
2600	3758	CONSTRUÇÃO DA 24ª DELEGACIA DE POLÍCIA EM CEILÂNDIA	M²	1.250	DELEGACIA CONSTRUÍDA	IX	24101
2600	3510	APOIO A ESTRUTURAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO INTEGRADA DO DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO - RIDE	UNIDADE	500	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	DF	24101
2600	3419	REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	500	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	DF	24101
2600	3279	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE MONITORAMENTO À SEGURANÇA DE BRASÍLIA	UNIDADE	1	SISTEMA IMPLANTADO	DF	24903
2600	2947	CENTRAL DO DISQUE SEGURANÇA	UNIDADE	1	SISTEMA MANTIDO	DF	24101
2600	1948	IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	100	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	DF	24101
2600	1831	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	UNIDADE	10	VIATURA ADQUIRIDA	DF	24105
2600	1822	REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	UNIDADE	20.000	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	DF	24103
2600	1717	CONSTRUÇÃO, ADAPTAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DO DETRAN/DF NO PLANO PILOTO E CIDADES SATÉLITES	M²	5.000	PRÉDIO CONSTRUÍDO	DF	24101
2600	1054	COORDENAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	500	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	DF	24105
2.600	NOVO	VETADA					
2800	PROGRAMA:	2800 - TRANSPORTE SEGURO					
2800	6024	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	PESSOA	2.400	ALUNO ATENDIDO	DF	18101
2800	5847	CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE EM MESTRE D'ARMAS - DF-230	M²	2.400	PONTE CONSTRUÍDA	VI	22205
2800	5839	CONSTRUÇÃO DE QUATRO VIADUTOS DF-095 (EPCL)	M²	2.000	VIADUTO CONSTRUÍDO	DF	22205
2800	5838	CONSTRUÇÃO DE UM VIADUTO NA RODOFERROVIÁRIA DF-003	M²	1.721	VIADUTO CONSTRUÍDO	XI	22205
2800	5837	CONSTRUÇÃO DE QUATRO VIADUTOS EM ÁGUAS CLARAS	M²	3.300	VIADUTO CONSTRUÍDO	III	22205
2800	5761	CONSTRUÇÃO DO RAMAL DO GAMA/SANTA MARIA	UNIDADE	1	UNIDADE CONSTRUÍDA	DF	22208
2800	3920	REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DO GAMA	M²	160	TERMINAL REFORMADO	II	38104
2800	3636	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM	UNIDADE	20	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	DF	22205
2800	3633	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	UNIDADE	60	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	DF	22205
2800	3631	AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES E VEÍCULOS PESADOS	UNIDADE	15	CAMINHÃO ADQUIRIDO	DF	22205
2800	3554	ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DF	UNIDADE	8	ESTUDO REALIZADO	DF	22205
2800	2904	MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO	UNIDADE	1	ESCOLA MANTIDA	VI	22205
2800	2826	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TERMINAL DA ASA SUL	UNIDADE	1	TERMINAL MANTIDO	I	26101
2800	2825	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA RODOFERROVIÁRIA	UNIDADE	1	PRÉDIO MANTIDO	I	26101
2800	2725	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	UNIDADE	1	PRÉDIO MANTIDO	I	26101
2800	2545	VETADA					
2800	2233	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	UNIDADE	1	SISTEMA MANTIDO	DF	26101
2800	2054	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SISTEMA VIÁRIO	UNIDADE	1	SISTEMA MANTIDO	DF	26101
2800	1672	FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	UNIDADE	1	FISCALIZAÇÃO REALIZADA	DF	26101

2800	1506	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	M²	20	PONTO DE ÔNIBUS CONSTRUÍDO	XIII	38115
2800	1475	RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DAS RODOVIAS DO DISTRITO FEDERAL	KM	119	RODOVIA RECUPERADA	DF	22205
2800	1347	CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	M²	700	PASSARELA CONSTRUÍDA	DF	22101
2800	1169	IMPLANTAÇÃO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIA METROPOLITANO DO DF	M²	3.300	ESTAÇÃO METROVIÁRIA CONSTRUÍDA	DF	22208
2900	PROGRAMA:	2900 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDIMIOLOGICA					
2900	3507	CONSTRUÇÃO DE INSPETORIAS DE SAÚDE	M²	300	POSTO CONSTRUÍDO	II	23901
2900	2783	CONTROLE DE QUALIDADE E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	UNIDADE	4.000	ANÁLISE REALIZADA	DF	14101
2900	2780	INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	UNIDADE	3.500	INSPEÇÃO REALIZADA	DF	14101
2900	2773	FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	UNIDADE	4.500	FISCALIZAÇÃO REALIZADA	DF	14101
2900	2772	FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	UNIDADE	3.000	FISCALIZAÇÃO REALIZADA	DF	14101
2900	2383	MONITORAMENTO DE PRODUTOS DE INTERESSE PARA A SAÚDE E SAÚDE OCUPACIONAL	UNIDADE	19.000	EXAME REALIZADO	II	23901
3000	PROGRAMA:	3000 - ADMINISTRANDO NOSSA CIDADE					
3000	3911	REFORMA DO PARQUE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	M²	3.000	PARQUE REFORMADO	XVII	38119
3000	3896	REFORMA DA SEDE DA RA X	M²	1.170	PRÉDIO REFORMADO	X	38112
3000	3771	AMPLIAÇÃO DA TORRE RETRANSMISSORA DE SINAL DE TELEVISÃO	UNIDADE	1	SISTEMA AMPLIADO	RI IV	38106
3000	3677	VETADA					
3000	3670	BOM DIA COMUNIDADE	UNIDADE	1	COMUNIDADE ASSISTIDA	XVI	38118
3000	3350	VETADA					
3000	3247	REFORMA DA FEIRA PERMANENTE	M²	1.000	FEIRA REFORMADA	II	38104
3000	2880	COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE REGIONALIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL	UNIDADE	19	SISTEMA MANTIDO	DF	38101
3000	2256	MANUTENÇÃO DA TORRE RETRANSMISSORA DE SINAL DE TELEVISÃO	UNIDADE	1	TORRE MANTIDA	IV	38106
3100	PROGRAMA:	3100 - ILUMINANDO O DISTRITO FEDERAL					
3100	8507	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	UNIDADE	19	SISTEMA MANTIDO	DF	38101
3100	3720	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO DF - "RELUZ-DF - CONTRAPARTIDA DO GDF"	UNIDADE	98.941	LUMINÁRIA INSTALADA	DF	22101
3100	3661	IMPLANTAÇÃO DE REDE ELÉTRICA NA VILA VARJÃO - HABITAR BRASILEIRO	M	4.000	REDE ELÉTRICA IMPLANTADA	XVIII	22101
3100	1836	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO	UNIDADE	25	LUMINÁRIA INSTALADA	IV	38106
3100	1836	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO	UNIDADE	75	LUMINÁRIA INSTALADA	VI	38108
3100	1836	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO	UNIDADE	15	LUMINÁRIA INSTALADA	XI	38113
3100	1836	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO	UNIDADE	30	LUMINÁRIA INSTALADA	XVI	38118
3100	1836	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO	UNIDADE	215	LUMINÁRIA INSTALADA	XVIII	38120
3100	1763	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	M	11.400	REDE ELÉTRICA IMPLANTADA	DF	22101
3100	1763	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	M	1.000	REDE ELÉTRICA IMPLANTADA	DF	38101
3100	1763	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	M	15.000	REDE ELÉTRICA IMPLANTADA	II	38104
3100	1763	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	M	1.000	REDE ELÉTRICA IMPLANTADA	X	38112
3100	1763	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	M	1.000	REDE ELÉTRICA IMPLANTADA	XII	38114
3100	1763	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	M	1.500	REDE ELÉTRICA IMPLANTADA	XIII	38115
3100	1763	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	M	30	REDE ELÉTRICA IMPLANTADA	XVI	38118
3300	PROGRAMA:	3300 - MÃOS A OBRAS					
3300	5889	CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DO RECANTO DAS EMAS	M2	4.000	GINÁSIO CONSTRUÍDO	XV	22101
3300	5851	CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DE SANTA MARIA	M2	4.000	GINÁSIO CONSTRUÍDO	XIII	22101
3300	5729	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO NO RECANTO DAS EMAS	M2	2.000	TERMINAL RODOVIÁRIO CONSTRUÍDO	XV	22101

3300	5727	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE SANTA MARIA	M2	2.000	TERMINAL RODOVIÁRIO CONSTRUÍDO	XIII	22101
3300	3908	REFORMA DO ESTÁDIO DO GAMA	M2	30.000	ESTÁDIO REFORMADO	II	2101
3300	3840	VETADA					
3300	3831	VETADA					
3300	3761	VETADA					
3300	3738	CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA DE SANTA MARIA	M2	1.000	BIBLIOTECA CONSTRUÍDA	XIII	22101
3300	3707	VETADA					
3300	3677	REFORMA DA FEIRA PERMANENTE NO RECANTO DAS EMAS	M2	2.000	FEIRA REFORMADA	XV	22101
3300	3460	PROJETO ORLA DO GAMA - CÔRREGO CRISPIM	UNIDADE	1	PROJETO IMPLANTADO	II	38104
3300	5889	CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DO RECANTO DAS EMAS	M²	4.000	GINÁSIO CONSTRUÍDO	XV	34101
3300	5852	CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DE SAMAMBAIA	M²	4.000	GINÁSIO CONSTRUÍDO	XII	34101
3300	5851	CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DE SANTA MARIA	M²	4.000	GINÁSIO CONSTRUÍDO	XIII	34101
3300	5776	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO INTERESTADUAL	M²	800	TERMINAL CONSTRUÍDO	II	38104
3300	5729	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO NO RECANTO DAS EMAS	M²	2.000	TERMINAL CONSTRUÍDO	XV	22101
3300	5706	ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PAISAGISMO NOS ACESSOS A PONTE JK	UNIDADE	1	PROJETO ELABORADO	I	22101
3300	3907	REFORMA DO ESTÁDIO DE FUTEBOL CHAPADINHA - RA IV	M²	112	PRÉDIO REFORMADO	IV	38106
3300	3837	VETADA					
3300	3749	REALIZAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE VÍDEO INSPEÇÃO ROBOTIZADA NO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL	UNIDADE	1	SISTEMA MANTIDO	DF	22101
3300	3672	VETADA					
3300	3646	PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO CENTRAL	UNIDADE	1	PROJETO REALIZADO	II	38104
3300	3629	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DF - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	M²	888.026	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	DF	22101
3300	3625	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DF - MELHORIA DE REGULAÇÃO, CONTROLE AMBIENTAL, ESTUDOS E SUPERVISÃO	UNIDADE	15	CONSULTORIA REALIZADA	DF	22101
3300	3622	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DF - DRENAGEM PLUVIAL	M	44.526	GALERIA CONSTRUÍDA	DF	22101
3300	3579	IMPLANTAÇÃO DAS VIAS PARA DUPLICAÇÃO DA L3 NORTE	M²	35.000	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	I	22101
3300	3460	VETADA					
3300	3313	CONSTRUÇÃO DE ESTÁDIO DE FUTEBOL	UNIDADE	1	UNIDADE CONSTRUÍDA	XIII	38115
3400	PROGRAMA:	3400 - ZÔO DE TODOS NÓS					
3400	2879	AMBIENTAÇÃO E PAISAGISMO DA ÁREA DE VISITAÇÃO DO JARDIM ZOOLÓGICO	UNIDADE	10	PROJETO REALIZADO	XIX	21204
3400	1998	PROJETO "ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL"	UNIDADE	8	PROJETO REALIZADO	XIX	21204
3400	1766	CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS NO JARDIM ZOOLÓGICO	M²	500	OBRA REALIZADA	XIX	21204
3400	1765	PROJETO ZÔO CAMPING	UNIDADE	8	PROJETO REALIZADO	XIX	21204
3700	PROGRAMA:	3700 - ENTORNO - CRESCENDO COM BRASÍLIA					
3700	3658	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATUAÇÃO NA RIDE	UNIDADE	10	VEÍCULOS ADQUIRIDOS	DF	14203

3700	3559	AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PARA ATUAÇÃO NA RIDE	UNIDADE	10	MICROCOMPUTADOR ADQUIRIDO	DF	14203
3900	PROGRAMA:	3900 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL					
3900	6006	VETADA					
3900	6005	VIABILIZAR A CAPTÇÃO DO TURISMO DE EVENTOS E TURISMO CÍVICO	UNIDADE	1	PROJETO APOIADO	DF	20101
3900	3663	PROMOÇÃO DE CAPACITAÇÃO GERENCIAL E PROFISSIONAL DAS EMPRESAS DO DF	UNIDADE	400	EMPRESA APOIADA	DF	20101
3900	2976	APOIO À CAPTAÇÃO EMPRESARIAL	UNIDADE	300	EMPRESA APOIADA	DF	20101
3900	2974	REALIZAÇÃO EM PARECERIA COM O IBGE, A PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES DO DISTRITO FEDERAL - POF/DF	UNIDADE	1	PESQUISA REALIZADA	DF	20101
3900	2973	REALIZAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO DF	UNIDADE	1	ESTUDO REALIZADO	DF	20101
3900	2960	ACOMPANHAMENTO DA DEMANDA DE EMPRESAS	UNIDADE	1.200	EMPRESA ASSISTIDA	DF	20101
3900	2953	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA O CÁLCULO DO PIB/DF	UNIDADE	1	ESTUDO REALIZADO	DF	20101
3900	2939	APOIO À INSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO, RELOCALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EMPRESAS	UNIDADE	700	EMPRESA APOIADA	DF	20101
3900	2913	APOIO À IMPLANTAÇÃO DO PÓLO DE TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL	UNIDADE	1	PÓLO IMPLANTADO	DF	20101
4000	PROGRAMA:	4000 - ESPORTE: MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO					
4000	5919	REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO DO CAVE – GUARÁ	UNIDADE	1	PROJETO ELABORADO	X	22101
4000	5813	IMPLANTAÇÃO DE QUADRA DE ESPORTES NO GUARÁ	M2	2.600	QUADRA DE ESPORTES CONSTRUÍDA	X	22101
4000	5985	PAGAMENTO DE ARBITRAGEM DOS CAMPEONATOS DAS LIGAS OFICIAIS DE FUTEBOL AMADOR	UNIDADE	19	EVENTO APOIADO	DF	34101
4000	5953	CONSTRUÇÃO DO MODULO DESPORTIVO DO SETOR OESTE	UNIDADE	1	MODULO IMPLANTADO	V	38107
4000	5952	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RECREATIVO DE TAGUATINGA NORTE	UNIDADE	1	PARQUE IMPLANTADO	III	38105
4000	5947	ILUMINAÇÃO E GRAMAGEM DOS CAMPOS DE FUTEBOL AMADOR DE SOBRADINHO (BUMBA MEU BOI, QD. 15 E QD. 01)	UNIDADE	3	CAMPO ILUMINADO E GRAMADO	V	38107
4000	5815	IMPLANTAÇÃO DA QUADRA DE ESPORTES NO RECANTO DAS EMAS	M²	400	QUADRA DE ESPORTES CONSTRUÍDA	XV	38117
4000	5805	IMPLANTAÇÃO DE QUADRA DE ESPORTE COBERTA EM TAGUATINGA	M²	1.200	QUADRA DE ESPORTES COBERTA IMPLANTADA	III	22101
4000	5724	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE AREIA	UNIDADE	1	CAMPO DE FUTEBOL DE AREIA CONSTRUÍDO	XV	38117
4000	3910	REFORMA DO GINÁSIO DO GUARÁ	M²	540	GINÁSIO REFORMADO	X	38112
4000	3909	REFORMA DO GINÁSIO COBERTO	M²	80	GINÁSIO REFORMADO	II	38104
4000	3802	CONSTRUÇÃO DA PISTA DE COOPER NA VIA DO CONTORNO (LAGO SUL)	M²	6.000	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA	XIX	38121
4000	3797	IMPLANTAÇÃO DA PISTA JOAQUIM CRUZ	UNIDADE	60.000	PROJETO IMPLANTADO RA III	III	22101
4000	3730	VETADA					
4000	3449	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	M²	500	QUADRA DE ESPORTES CONSTRUÍDA	XVII	38119
4000	3420	CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE ESPORTES	M²	2.400	QUADRA DE ESPORTES CONSTRUÍDA	VII	38109
4000	3317	CONSTRUÇÃO DE ESTÁDIO DE FUTEBOL NO PARANOÁ	M²	1.200	ARQUIBANCADA CONSTRUÍDA	VII	38109
4000	2033	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	UNIDADE	17	EVENTO PROMOVIDA	XVI	38118
4000	1863	VETADA					
4000	1863	VETADA					
4000	1745	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVAS	M²	690	QUADRA DE ESPORTES CONSTRUÍDA	XIII	38115
4.000	NOVO	VETADA					

4400	PROGRAMA:	4400 - CIDADE DOS PARQUES					
4400	9997	VETADA					
4400	5952	VETADA					
4400	5893	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE URBANO DO GAMA	UNIDADE	1	PARQUE IMPLANTADO	II	38104
4400	3713	CERCAMENTO DO PARQUE RIACHO FUNDO (RA XVII)	M	4.000	CERCA CONSTRUÍDA	XVII	38101
4400	5893	VETADA					
4400	5891	VETADA					
4400	3714	CERCAMENTO DO PARQUE RIO DESCOBERTO	M	9.000	CERCA CONSTRUÍDA	IX	22101
4400	3713	CERCAMENTO DO PARQUE RIACHO FUNDO	M²	4.000	CERCA CONSTRUÍDA	XVII	22101
4400	3709	CERCAMENTO DO PARQUE RECREATIVO DE TAGUATINGA	M	4.000	CERCA CONSTRUÍDA	III	38104
4400	3699	CERCAMENTO DO PARQUE PEQUIZEIRO	M	14.000	CERCA CONSTRUÍDA	VI	22101
4400	2972	REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA POLIGONAL DO PARQUE RECREATIVO DE TAGUATINGA	UNIDADE	1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO REALIZADO	III	22101
4400	2970	REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA POLIGONAL DO PARQUE JEQUITIBÁS	UNIDADE	1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO REALIZADO	V	22101
4400	1023	REVITALIZAÇÃO DO PARQUE TRÊS MENINAS	M²	2.000	PARQUE REFORMADO	XII	38114
4500	PROGRAMA:	4500 - PROGRAMA DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL					
4500	9997	VETADA					

ANEXO I				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
Metas e Projeções Fiscais				
(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)				
Valores Correntes				
(R\$ 1.000)				
Discriminação		2004	2005	2006
		Valor	Valor	Valor
I.	RECEITA FISCAL TOTAL	9.058.391	9.952.205	10.836.078
II.	DESPESA FISCAL TOTAL	8.899.045	9.547.996	10.151.144
III.	RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	159.346	404.209	684.934
IV.	RESULTADO NOMINAL	15.530	259.124	541.278
V.	DÍVIDA CONTRATUAL	2.493.241	2.411.488	2.258.182
Nota:				
Valores expressos a preços de dezembro de cada exercício.				

Valores Constantes			
(R\$ 1.000)			
Discriminação	2004	2005	2006
	Valor	Valor	Valor
I. RECEITA FISCAL TOTAL	7.541.729	7.696.174	7.888.349
II. DESPESA FISCAL TOTAL	7.107.816	7.097.944	7.114.403
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	433.913	598.230	773.946
IV. RESULTADO NOMINAL	322.496	487.366	665.316
V. DÍVIDA CONTRATUAL	1.687.582	1.660.303	1.579.221
nota:			
Valores expressos a preços de dezembro de 2003.			

ANEXO II								
ANEXO DE METAS FISCAIS								
METAS E PROJEÇÕES FISCAIS - Metodologia de cálculo das								
(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)								
(R\$ 1.000)								
DISCRIMINAÇÃO	2003		2004		2005		2006	
	PIB real (P1)	1,0204	PIB real (P2)	1,0302	PIB real (P3)	1,0354	PIB real (P4)	1,0368
	IGP-DI (I1)	1,14970	IGP-DI (I2)	1,0898	IGP-DI (I3)	1,0729	IGP-DI (I4)	1,0594
	PREVISÃO		PREVISÃO		PREVISÃO		PREVISÃO	
	constante (A) = B / I1	Corrente (B)	Constante (C) = D/I1/I2	corrente (D) = B * P2 * I2	constante (E) = F/I1/I2/I3	corrente (F) = D * P3 * I3	constante (G)= H1/I2/I3/I4	corrente (H) = F * P4 * I4
I - RECEITAS FISCAIS								
I.1 - Receitas Correntes + Capital (C)	7.348.861	8.448.986	7.742.083	9.309.423	7.903.622	10.231.073	8.103.430	11.142.382
I.1.1 - Receitas de Origem Tributária ⁽¹⁾	2.964.985	3.408.843	3.225.814	3.650.794	3.227.476	3.945.011	3.255.202	4.237.861
I.1.2 - Transferências da União ⁽²⁾	2.926.016	3.364.040	3.014.381	3.776.848	3.121.090	4.195.628	3.235.947	4.608.418
I.1.3 - Demais	1.457.861	1.676.103	1.501.888	1.881.781	1.555.055	2.090.434	1.612.281	2.296.103
I.2 - Deduções (Receitas Financeiras)	194.481	223.595	200.355	251.033	207.447	278.867	215.081	306.304
I.2.1 - Aplicações Financeiras	87	100	90	112	93	125	96	137
I.2.2 - Alienação de Bens	18.065	20.769	18.610	23.318	19.269	25.903	19.978	28.452
I.2.3 - Operações de Crédito	170.650	196.196	175.803	220.272	182.027	244.695	188.725	268.770
I.2.4 - Amortizações	5.680	6.530	5.851	7.331	6.058	8.144	6.281	8.945
Total das Receitas Fiscais (I.1 - I.2) (A)	7.154.380	8.225.391	7.541.729	9.058.391	7.696.174	9.952.205	7.888.349	10.836.078
II - DESPESAS FISCAIS				1,0633		1,04730		1,0400000
II.1 - Despesas Correntes + Capital (D) ⁽³⁾	7.348.861	8.448.986	7.321.350	9.173.235	7.315.965	9.834.724	7.345.022	10.460.288

II.2 - Deduções (Despesas Financeiras)	208.679	259.735	213.534	274.190	218.021	286.728	230.619	309.144
II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida ⁽⁴⁾	109.942	139.088	111.417	143.816	110.864	145.085	108.630	143.656
II.2.2 - Amortização da Dívida ⁽⁴⁾	61.748	78.117	64.011	82.625	67.702	88.600	81.082	107.226
II.2.3 - Concessão de Empréstimos	36.989	42.526	38.106	47.744	39.455	53.038	40.907	58.257
II.2.4 - Aquis.de Título de Capital já Integr.	-	4	-	4	-	5	-	5
Total das Despesas Fiscais (II.1 - II.2) (B)	7.140.183	8.189.251	7.107.816	8.899.045	7.097.944	9.547.996	7.114.403	10.151.144
III - RESULTADO PRIMÁRIO (A- B)	14.198	36.140	433.913	159.346	598.230	404.209	773.946	684.934
IV - RESULTADO NOMINAL (III - II.2.1)	(95.744)	(102.948)	322.496	15.530	487.366	259.124	665.316	541.278
V - DÍVIDA CONTRATUAL ⁽⁴⁾	1.721.041	1.948.688	1.687.582	2.493.241	1.660.303	2.411.488	1.579.221	2.258.182
Notas:								

(1) As estimativas de Indicadores Econômicos(PIB e IGP-DI) e da Receita de Origem Tributária, constantes e correntes, para o período de 2003 à 2006, foram informados pela Subsecretaria de Receita/ SEFP, excetuando os valores referentes ao Imposto de Renda - IRPQN que foram obtidos na LOA 2003;

(2) Os valores referentes às Transferências da União para 2003 foram obtidos da LOA UNIÃO, Lei nº 10.640 de 14 de janeiro de 2003. Os valores “correntes” referentes aos exercícios posteriores foram corrigidos pela variação do PIB e do IGP-DI;

(3) As despesas com Pessoal e Encargos referentes a 2003 foram obtidos na LOA 2003, para os demais exercícios aplicou-se o Índice de Variação da Folha da União, responsável pela maior parte destas despesas (6,33% para 2004; 4,73% para 2005 e 4,00% para 2006). As demais Despesas Correntes e de Capital foram corrigidas pela variação do PIB e do IGP-DI;

(4) Os valores de Juros e Encargos, de Amortizações e da Dívida Contratual, constantes e correntes, foram informados pela Subsecretaria de Finanças - SUFIN/SEFP;

Observações:

1) para o cálculo do resultado nominal adotou-se o critério “acima da linha” que demonstra o desempenho fiscal do Governo através da apuração dos fluxos de receitas e despesas no período considerado;

2) Preços Constantes: quanto à conversão de valores correntes para constantes, utilizou-se como deflator as variações do IGP-DI estimadas nos exercícios de 2003 à 2006, excetuando-se os dados indicados nas notas (1), (2) e (4);

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
SUBSECRETARIA DA RECEITA
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO
GERÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS
NÚCLEO DE ANÁLISE E PROJEÇÃO DA ARRECADAÇÃO
ANEXO III
ANEXOS DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR
(art. 4º, § 2º, I, da Lei Complementar nº 101/2000)

CUMPRIMENTO DAS METAS DE RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA EM 2002 E PREVISÃO DAS RECEITAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA PARA O TRIÊNIO 2004-2006
APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem como objetivo a análise do comportamento da receita de origem tributária no exercício de 2002, bem como a previsão dessa receita para os exercícios de 2004 a 2006, líquidas de restituições e benefícios fiscais concedidos, com vistas a subsidiar a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2004, nos termos do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR

Conforme demonstra a Tabela I a seguir, a Receita de Origem Tributária do Distrito Federal em 2002 foi de R\$ 2.625,2 milhões, superando em 1,96% a receita prevista no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 2.766/2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias –2002, de R\$ 2.574,6 milhões.

Quanto aos impostos sobre o patrimônio e a renda, embora a receita realizada do ITCD tenha ficado abaixo da receita prevista em 22,44%, as receitas realizadas do IPVA, do ITBI e do IPTU suplantaram a previsão, ficando a arrecadação do grupo 10,04% acima da expectativa. Na parte dos impostos sobre a produção e a circulação, apesar da arrecadação do ICMS ter ficado 1% abaixo da previsão, essa diferença foi compensada pelas arrecadações do ISS e do Simples.

TABELA I
COMPARATIVO RECEITA ORÇADA X REALIZADA EM 2002

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA (A)	RECEITA REALIZADA (B)	% DE ATINGIMENTO DA PREVISÃO (B)/(A)
I. RECEITA TRIBUTÁRIA	2.536.516	2.570.120	101,32
IMPOSTOS	2.494.462	2.530.581	101,45
SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	346.606	381.407	110,04
IPTU	163.702	167.942	102,59
IPVA	127.588	157.379	123,35
ITCD	8.465	6.566	77,56
ITBI	46.851	49.520	105,70
S/ A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	2.147.856	2.149.174	100,06
ICMS	1.810.825	1.793.746	99,06
ISS	319.532	332.913	104,19
SIMPLES	17.499	22.515	128,66
TAXAS	42.054	39.539	94,02
TLP	36.849	32.391	87,90
OUTRAS TAXAS	5.205	7.148	137,32
II. OUTRAS REC. ORIGEM TRIBUTÁRIA	38.061	55.012	144,54
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (1)	24.140	36.315	150,43
MULTAS/JUROS DE MORA	13.921	18.697	134,30
III. TOTAL (I + II)	2.574.577	2.625.132	101,96

Fonte: Receita Prevista- Lei nº 2.766/2001 Anexo de Metas Fiscais/LDO-2002 e Receita Realizada- SIAC/SEFP, exceto Dívida Ativa cujos dados foram extraídos do Boletim da Receita Arrecadada.
Nota: (1) Inclui Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

Em virtude da alta representatividade da TLP, a superação em 37,32% da previsão para as Outras Taxas não foi suficiente para evitar uma arrecadação do grupo Taxas abaixo da previsão, ficando a receita realizada 6% aquém da prevista.

No tocante às Outras Receitas de Origem Tributária, a arrecadação superou a previsão em 44,54%, com destaque para a Dívida Ativa Tributária que apresentou receita realizada superior a prevista em 50,43%.

Descontando os efeitos da inflação, houve um aumento real de 0,3% da Receita de Origem Tributária em 2002 em comparação com a do exercício anterior, tendo sido, precipuamente, motivado pelo crescimento da arrecadação dos seguintes itens de receita:

- IPVA (+10,3%), em virtude da ampliação e renovação da frota de veículos do Distrito Federal, bem como da atualização da pauta de lançamento do tributo;
- Dívida Ativa (+48,8 %), influenciada pelos pagamentos no âmbito do Convênio ICMS nº 98/2002, que concedeu redução de multa e juros para recolhimento de débitos cujos fatos geradores ocorreram até 30 de junho de 2002.
- ITBI (+15,2%) , possivelmente associado à demanda por ativos reais derivada da incerteza quanto às políticas econômicas que seriam adotadas pelo governo a ser empossado em 2003.

Por outro lado, registram-se as involuções do ICMS (-0,66%), apesar do bom desempenho obtido pelos segmentos que possuem “preços administrados”; e do ISS (-2,34%).

TABELA II - RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2002 x 2001

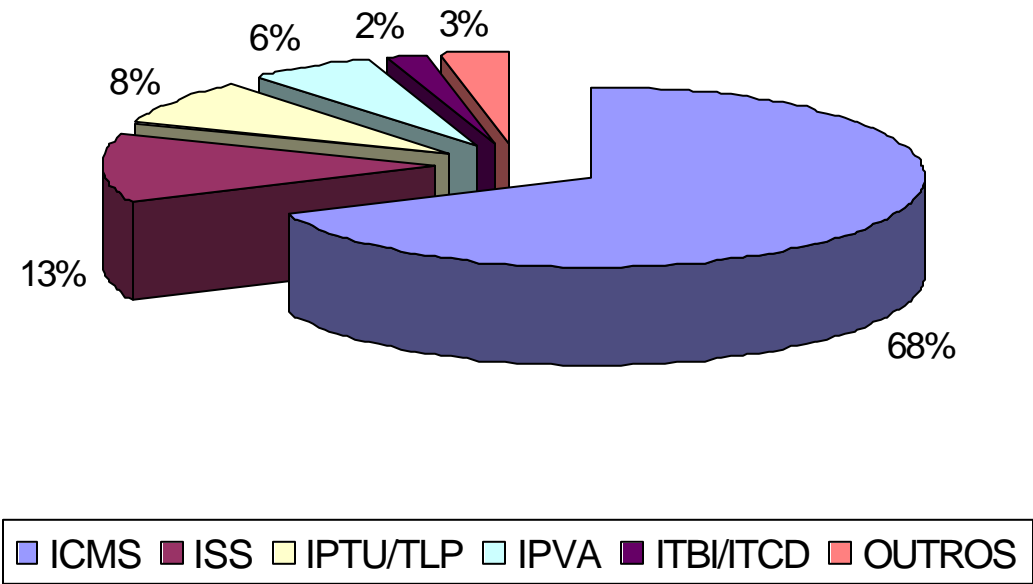
(Valores em R\$ mil)					
	2001		2002		VARIAÇÃO % REAL (B)/(A)
	VALOR REAL ⁽¹⁾	%	VALOR REAL ⁽¹⁾	%	
	(A)		(B)		
I. RECEITA TRIBUTÁRIA	3.019.574	98,36	3.015.358	97,95	-0,14
IMPOSTOS	2.969.411	96,73	2.966.669	96,37	-0,09
S/ O PATRIMÔNIO E A RENDA	441.176	14,37	459.982	14,94	4,26
IPTU	210.489	6,86	204.854	6,65	-2,68
IPVA	172.632	5,62	190.493	6,19	10,35
ITCD	8.565	0,28	7.609	0,25	-11,16
ITBI	49.489	1,61	57.026	1,85	15,23
S/ A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	2.528.235	82,36	2.506.687	81,42	-0,85
ICMS	2.105.804	68,60	2.091.907	67,95	-0,66
ISS	397.805	12,96	388.477	12,62	-2,34
SIMPLES	24.626	0,80	26.303	0,85	6,81
TAXAS	50.163	1,63	48.689	1,58	-2,94
TLP	40.448	1,32	39.820	1,29	-1,55
OUTRAS TAXAS ⁽²⁾	9.715	0,32	8.869	0,29	-8,71
II. OUTRAS RECEITAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	50.334	1,64	63.173	2,05	25,51
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	27.740	0,90	41.290	1,34	48,85
MULTAS/JUROS DE MORA	22.594	0,74	21.883	0,71	-3,15
III. TOTAL	3.069.908	100,00	3.078.531	100,00	0,28

Fonte: SIAC/SEFP (US 130101).

Notas: (1) - Valores constantes de dezembro/2002 (IGP-DI).

(2) -Taxa de Fiscalização de Obras; Taxa de Fiscalização do Uso de Área Pública; Taxa de Vigilância Sanitária; Taxa Ambiental; Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento; Taxa de Fiscalização de Anúncios; Taxa de Expediente; Taxa de Cemitério; Taxa de Fiscalização, Prevenção e Extinção de Incêndio e Pânico.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA
2002



Em 2002, a Administração Tributária, visando à expansão das receitas de origem tributária, manteve política de atuação preventiva, em face de maior eficiência e efetividade na consecução dos resultados pretendidos. Assim, podem ser elencadas as seguintes ações que contribuíram para o melhor desempenho da arrecadação tributária:

- intensa fiscalização itinerante;
- maior controle na entrada de mercadorias;
- adoção da política de recolhimento antecipado do ICMS para produtos selecionados;
- operação especial quando de eventos festivos, acompanhando formação de estoques e emissão de notas;
- rigoroso controle dos contribuintes substitutos tributários;
- definição e atualização de pautas de valores para produtos de substituição tributária;
- formação de grupos/equipes de fiscalização por setor econômico;
- fiscalização de uso de Emissor de Cupom Fiscal-ECF;
- uso da base de dados do setor atacadista para monitoramento do setor varejista;
- estudo do perfil e das práticas dos setores que apresentam alto nível de sonegação;
- regime próprio para a tributação da microempresa;
- equalização da carga tributária com os estados vizinhos;
- maior controle na liberação de inscrição e na autorização para emissão de documentário fiscal;
- exigência da certidão de regularidade fiscal para a obtenção de incentivo fiscal/credício;
- Rito Especial de Cobrança com implicação na inscrição em Dívida Ativa de contribuintes que declararam imposto a recolher e não o fizeram;
- aperfeiçoamento da Certidão de Débitos por meio da integração das bases de dados sobre débitos vencidos;
- utilização dos sistemas de controle e administração financeira da União e do Distrito Federal (SIAFI e SIGGO), como instrumentos de fiscalização dos contribuintes que transacionam com o setor público;
- autuação de contribuintes omissos na entrega de declarações econômico-fiscais; e
- Incentivo ao recolhimento voluntário de tributos, aprimorando os serviços postos a disposição do contribuinte via internet.

PROJEÇÃO DAS RECEITAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA EM VALORES CORRENTES

Na previsão do IPTU/TLP e do IPVA, foram considerados o comportamento das séries históricas relativas aos montantes dos lançamentos nos exercícios de 2000 a 2003, séries históricas da arrecadação e níveis de inadimplência no período de 2000 a 2002.

De posse das expectativas do mercado financeiro para o INPC/IBGE (www.bcb.gov.br, em 28/02/2003) acumulado de 2003 a 2006 (12,77 % em 2003; 7,83 % em 2004; 6,43 % em 2005; e 5,71 % em 2006), foram construídos índices mensais até dezembro/2006. Em seguida, os valores dos lançamentos dos tributos referentes a 2003 foram atualizados monetariamente, ano a ano até 2006, pela variação do INPC acumulada nos últimos doze meses, conforme preceitua a Lei Complementar nº 435/2001, o que resultou em projeções para o lançamento dos tributos no período 2004 a 2006.

Para cada tributo, sobre o valor do lançamento para 2003 e das projeções do lançamento para os anos 2004 a 2006, foi aplicada a média aritmética das relações percentuais entre o valor da arrecadação e o valor do lançamento observadas no período 2000 a 2002. Com isso, obteve-se a previsão da arrecadação do IPTU/TLP e do IPVA em valores correntes para os exercícios 2003 a 2006.

Para o ITCD e o ITBI, foram estudados os movimentos de tendência e sazonalidade da série histórica mensal da arrecadação desde julho/1994, estimando-se, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, uma equação de tendência linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. A equação foi estimada com base na série histórica atualizada monetariamente para janeiro/2003 (INCC-DI/FGV). Nesse sentido, produziram-se equações com a seguinte especificação: $Y_t = (a + b \cdot t) \cdot S_t$, onde:

Y_t = arrecadação no tempo t, com t = 1 (julho/1994), 2, 3, ..., 103.

a e b são os parâmetros a serem estimados.

S_t = índice sazonal médio de cada mês.

Uma vez estimados os parâmetros das equações, as receitas do ITCD e do ITBI foram projetadas, a preços de janeiro/2003, para o período de fevereiro/2003 a dezembro/2006. Para obter a previsão em valores correntes para o período em questão, na ausência de expectativas quanto ao comportamento futuro do INCC-DI (FGV), utilizaram-se expectativas para o IGP-DI.

Para Outras Taxas, Multas e Juros de Mora sobre Tributos e a Dívida Ativa Tributária, foram igualmente estudados os movimentos de tendência e sazonalidade da série histórica mensal da arrecadação desde julho/1994, estimando-se, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, uma equação de tendência linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. A equação foi estimada com base na série histórica em valores correntes. Assim, produziram-se equações com a seguinte especificação: $Y_t = (a + b \cdot t) \cdot S_t$, onde:

Y_t = arrecadação no tempo t, com t = 1 (julho/1994), 2, 3, ..., 103.

a e b são os parâmetros a serem estimados.

S_t = índice sazonal médio de cada mês.

De posse das estimativas para os parâmetros, as projeções para os itens Outras Taxas, Multas e Juros de Mora sobre Tributos e Dívida Ativa Tributária foram calculadas mês a mês até dezembro/2006. Em seguida, no tocante à Dívida Ativa, expurgou-se das projeções até dezembro/2006 o montante previsto para Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa por meio da relação percentual média desse item no total da Dívida Ativa observada no período de 2000 a 2002.

A decomposição das projeções em subitens que compõem os itens Outras Taxas, Multas/Juros de Mora sobre Tributos e Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa se deu mediante o produto da participação percentual média da arrecadação de cada subitem no total arrecadado do respectivo item no período 2000 a 2002 pelas projeções obtidas para o período 2003 a 2006. Já para a Dívida Ativa Tributária, a distribuição nos subitens baseou-se na participação percentual da arrecadação de cada subitem no total arrecadado do respectivo item em 2002.

Quanto ao ICMS e ISS, foram utilizadas equações estimadas pelo método dos mínimos quadrados ordinários, onde a arrecadação trimestral nominal do ICMS e do ISS é explicada pelo nível de atividade econômica, medido pelo PIB trimestral nominal a preços de mercado.

A fim de estabelecer uma correlação da arrecadação com a série histórica do número índice do PIB trimestral (base: 100=1º Trim/1995), foi construída uma série histórica de números índices trimestrais com mesma base para a arrecadação, tanto do ICMS quanto do ISS, levando em consideração que a arrecadação em determinado mês é influenciada pelos fatos geradores dos tributos ocorridos no mês anterior.

Assim, foram estimadas duas equações, uma para o ICMS e outra para o ISS, conforme abaixo:

ICMS	ISS
$Y_t = \alpha + \beta \cdot PIB_t + \gamma \cdot D_t$	$Y_t = \alpha + \beta \cdot PIB_t$

Onde:

Y_t =número índice da arrecadação no tempo t, com t = 1, 2, 3, ..., 31.

a,b e g são os parâmetros a serem estimados.

PIB_t =número índice do PIB trimestral a preços de mercado no tempo t.

$D_t = 0$ para períodos anteriores ao 4º trimestre/2001 e $D_t = 1$ para os demais períodos.

Com base no modelo de alisamento exponencial tipo “Holt-Winters”, foram projetados os números índices do PIB trimestral até o quarto trimestre de 2006. Em seguida, a série projetada foi compatibilizada com as expectativas para a inflação e crescimento real do PIB descritas abaixo:

CENÁRIO MACROECONÔMICO 2003 – 2006				
VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	2003	2004	2005	2006
Crescimento real do PIB (% a.a.)	2,04	3,02	3,54	3,68
Inflação (% IGP-DI 12 meses)	14,97	8,98	7,29	5,94

Fonte: Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br), em 28/02/2003.

Após o ajuste da série, a mesma foi substituída nas equações estimadas de forma a projetar os números índices da arrecadação do ICMS e do ISS até o quarto trimestre de 2006, permitindo a apuração das arrecadações dos dois tributos para o período 2003-2006. Por último, de forma a considerar a arrecadação do ISS recolhido pelos órgãos da Administração Direta do Distrito Federal por ocasião de pagamentos a prestadores de serviços, as projeções do ISS obtidas com a metodologia acima foram acrescidas de 14 %, que traduz a relação percentual média observada em 2002 entre a arrecadação do ISS repassada pela Administração Direta do Distrito Federal e o total arrecadado do imposto, excluída a arrecadação do ISS da Administração Direta distrital.

No tocante ao regime especial de tributação para microempresas, considerou-se o valor cobrado por contribuinte optante do Simples Candango, atualizado monetariamente com base nas expectativas futuras para o INPC/IBGE, índice adotado pela legislação para correção do tributo, para uma média móvel de contribuintes construída até dezembro/2006¹. Para as demais microempresas ainda não optantes, aplicou-se a média móvel de doze meses da arrecadação desse segmento até novembro/2006.

Por fim, As projeções foram elaboradas em valores correntes e em valores constantes, a preços de 2003. Na deflação dos valores correntes, utilizou-se como deflator o IGP-DI médio construído com base na média das expectativas do mercado financeiro, vigentes em 28/02/2003, para o IGP-DI acumulado nos exercícios de 2003 a 2006, conforme a seguir.

PREVISÃO PARA O IGP-DI ACUMULADO – 2003-2006			
2003	2004	2005	2006
14,97%	8,98%	7,29%	5,94%

Fonte: Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br).

¹ Tratam-se das mesmas expectativas utilizadas na projeção do lançamento do IPTU/TLP e do IPVA.

Os índices médios apurados das expectativas acima encontram-se abaixo.

IGP-DI MÉDIO PARA ATUALIZAÇÃO E DEFLAÇÃO DE VALORES MONETÁRIOS				
ÍNDICES MÉDIOS	2003	2004	2005	2006
ATUALIZAÇÃO	1,0000	1,1163	1,2062	1,2852
DEFLAÇÃO	1,0000	0,8958	0,8291	0,7781

Fonte: Núcleo de Análise e Projeção da Arrecadação/GERET/DIRAR/SUREC/SEFP.

RESULTADOS

Com base nas metodologias acima descritas, os resultados encontram-se expostos nos seguintes demonstrativos em anexo:

A) ANEXO I – RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DA ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2003 A 2006 VALORES CORRENTES EM R\$ 1.000

B) ANEXO II – RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DA ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2003 A 2006 VALORES CONSTANTES EM R\$ 1.000

C) ANEXO III – RELATÓRIO DA ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2000-2006 VALORES CORRENTES EM R\$ 1.000

ANEXO I - RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DA ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2004 A 2006

VALORES CORRENTES EM R\$ 1.000

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	2004	2005	2006
RECEITAS CORRENTES DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	3.193.963	3.437.526	3.680.446
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.148.960	3.390.110	3.630.615
IMPOSTOS	3.098.995	3.336.370	3.573.604
IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	497.279	540.076	577.543
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	219.148	237.191	252.718
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTORES	202.046	218.681	232.996

IMPOSTO S/TRANS. CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO BENS E DIREITOS	11.591	13.189	14.760
IMPOSTO DE TRANS. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS	64.494	71.014	77.070
IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	2.601.716	2.796.294	2.996.061
IMPOSTO S/ OP. REL.CIRC.MERC. S/ SERV.TRANSP.E COMUNICAÇÃO	2.166.091	2.326.701	2.491.845
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	409.556	442.119	475.583
ICMS/ISS/SIMPLES	26.069	27.474	28.634
TAXAS	49.966	53.739	57.011
PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.411	5.563	5.715
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	962	989	1.016
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO USO DE ÁREA PÚBLICA	2.065	2.123	2.181
TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	285	293	301
TAXA AMBIENTAL	71	73	74
TAXA DE FISC.DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO	1.892	1.946	1.999
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS	136	139	143
PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	44.555	48.177	51.296
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	43.694	47.291	50.387
TAXA DE EXPEDIENTE	555	571	586
TAXA DE FISC., PREVENÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIO E PÂNICO	306	315	323
OUTRAS RECEITAS CORRENTES DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	45.003	47.417	49.830
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	19.068	19.802	20.537
MULTA E JUROS DE MORA DO IPTU	4.066	4.222	4.379
MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS	5.930	6.159	6.387
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	2.427	2.520	2.614
MULTAS E JUROS DE MORA DO TLP	88	92	95
MULTAS E JUROS DE MORA DO ITBI	431	447	464
MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCD	2	2	2
MULTAS E JUROS DE MORA DO IIPVA	3.850	3.998	4.146
MULTA E JUROS DE MORA DO SIMPLES (2)	-	-	-
MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	1.151	1.196	1.240
MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	1.123	1.166	1.210
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	4.824	5.136	5.449
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	2.233	2.377	2.522
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	28	30	32
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	360	384	407
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	934	994	1.055
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	528	562	596
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	3	3	4
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	646	688	730
MULTA E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA SIMPLES CANDANGO (1)	0	0	0
MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA OUTROS TRIBUTOS	92	98	103
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA (2)	21.111	22.478	23.845
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	6.754	7.191	7.629
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	29	31	33
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	1.245	1.326	1.407
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	2.349	2.501	2.653
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	3.531	3.759	3.988
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	1.706	1.817	1.927
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	13	14	15
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO SIMPLES CANDANGO	13	13	14
RECEITA DÍVIDA ATIVA-LC 52/97 (COMP.C/ PRECATÓRIOS)	1.490	1.587	1.683
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	3.981	4.238	4.496

Nota: (1) Valores inferiores a R\$ 1.000,00.
(2) Exclui Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.
Elaboração: Núcleo de Análise e Projeção da Arrecadação/GERET/DIRAR/SUREC/SEFP.

ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DA ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2004 A 2006

VALORES CONSTANTES EM R\$ 1.000 (1)

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	2004	2005	2006
RECEITAS CORRENTES DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	2.861.207	2.849.962	2.863.796
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.820.892	2.810.650	2.825.023
IMPOSTOS	2.776.132	2.766.096	2.780.662
IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	445.471	447.763	449.393
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	196.317	196.649	196.643
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTORES	180.996	181.303	181.297
IMPOSTO S/TRANS. CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO BENS E DIREITOS	10.383	10.935	11.485

IMPOSTO DE TRANS. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS	57.775	58.876	59.969
IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	2.330.661	2.318.334	2.331.269
IMPOSTO S/ OP. REL.CIRC.MERC. S/ SERV.TRANSP.E COMUNICAÇÃO	1.940.421	1.929.006	1.938.933
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	366.887	366.550	370.056
ICMS/ISS/SIMPLES	23.353	22.778	22.280
TAXAS	44.760	44.554	44.361
PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.847	4.612	4.447
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	862	820	791
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO USO DE ÁREA PÚBLICA	1.850	1.760	1.697
TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	255	243	234
TAXA AMBIENTAL	63	60	58
TAXA DE FISC.DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO	1.695	1.613	1.555
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS	121	116	111
PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	39.913	39.942	39.914
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	39.142	39.208	39.206
TAXA DE EXPEDIENTE	497	473	456
TAXA DE FISC., PREVENÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIO E PÂNICO	274	261	252
OUTRAS RECEITAS CORRENTES DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	40.314	39.312	38.774
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	17.081	16.418	15.980
MULTA E JUROS DE MORA DO IPTU	3.642	3.501	3.407
MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS	5.312	5.106	4.970
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	2.174	2.090	2.034
MULTAS E JUROS DE MORA DO TLP	79	76	74
MULTAS E JUROS DE MORA DO ITBI	386	371	361
MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCD	2	2	2
MULTAS E JUROS DE MORA DO IIPVA	3.449	3.315	3.226
MULTA E JUROS DE MORA DO SIMPLES CANDANGO (2)	-	-	-
MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	1.031	991	965
MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	1.006	967	941
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	4.321	4.258	4.240
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	2.000	1.971	1.962
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	25	25	25
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	323	318	317
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	836	824	821
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	473	466	464
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	3	3	3
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	579	570	568
MULTA E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA SIMPLES CANDANGO (2)	0	0	0
MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA OUTROS TRIBUTOS	82	81	81
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA (3)	18.912	18.636	18.554
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	6.050	5.962	5.936
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	26	26	26
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	1.116	1.099	1.094
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	2.104	2.074	2.065
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	3.163	3.117	3.103
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	1.528	1.506	1.499
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	12	12	12
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO SIMPLES CANDANGO	11	11	11
RECEITA DÍVIDA ATIVA-LC 52/97 (COMP.C/ PRECATÓRIOS)	1.335	1.315	1.310
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	3.566	3.514	3.499

Notas: (1) Valores constantes obtidos por meio da deflação dos valores correntes (Anexo I) para o ano de 2003 pelo IGP-DI médio calculado com base nas seguintes expectativas do mercado financeiro, em 28/02/2003, para o IGP-DI acumulado: 14,97% em 2003; 8,98% em 2004; 7,29% em 2005;e 5,94% em 2006 (www.bcb.gov.br).

(2) Valores inferiores a R\$ 1.000,00.

(3) Exclui Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

Elaboração: Núcleo de Análise e Projeção da Arrecadação/GERET/DIRAR/SUREC/SEFP.

ANEXO III - RELATÓRIO DA ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2000-2006

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	ARRECADAÇÃO			2003			R\$ 1.000 (Valores correntes)		
				ATÉ FEV	MAR-DEZ	TOTAL	ESTIMATIV A 2004	ESTIMATIV A 2005	ESTIMATIV A 2006
	2000	2001	2002				2004	2005	2006
RECEITAS CORRENTES DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	2.021.001	2.303.939	2.625.132	526.870	2.475.063	3.001.943	3.193.963	3.437.526	3.680.446
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.983.895	2.265.891	2.570.120	520.504	2.438.840	2.959.355	3.148.960	3.390.110	3.630.615
IMPOSTOS	1.952.833	2.229.901	2.530.580	509.242	2.405.925	2.915.166	3.098.995	3.336.370	3.573.604

IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	293.958	329.131	381.407	75.941	357.976	433.917	497.279	540.076	577.543
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	145.183	156.312	167.942	47.068	144.060	191.128	219.148	237.191	252.718
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTORES	103.596	128.942	157.379	18.631	157.581	176.212	202.046	218.681	232.996
IMPOSTO S/TRANS. CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO BENS E DIREITOS	6.927	6.495	6.566	979	8.871	9.850	11.591	13.189	14.760
IMPOSTO DE TRANS. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS	38.253	37.382	49.520	9.263	47.464	56.727	64.494	71.014	77.070
IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	1.658.875	1.900.770	2.149.173	433.301	2.047.949	2.481.249	2.601.716	2.796.294	2.996.061
IMPOSTO S/ OP.CIRC. MERC. SERV. TRANSP. E COMUNICAÇÃO	1.406.623	1.590.928	1.793.746	368.154	1.699.529	2.067.683	2.166.091	2.326.701	2.491.845
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	238.351	291.240	332.913	60.860	328.809	389.669	409.556	442.119	475.583
ICMS/ISS/SIMPLES	13.901	18.602	22.515	4.286	19.611	23.897	26.069	27.474	28.634
TAXAS	31.062	35.990	39.539	11.263	32.915	44.188	49.966	53.739	57.011
PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	547	4.438	6.522	1.355	3.890	5.245	5.411	5.563	5.715
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	503	448	1.475	309	623	932	962	989	1.016
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO USO DE ÁREA PÚBLICA	36	1.438	2.510	605	1.396	2.002	2.065	2.123	2.181
TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7	9	602	109	167	276	285	293	301
TAXA AMBIENTAL	1	232	359	26	43	68	71	73	74
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO	0	2.263	1.359	271	1.565	1.836	1.892	1.946	1.999
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS	0	48	218	36	95	131	136	139	143
PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	30.515	31.552	33.018	9.907	29.025	38.943	44.555	48.177	51.296
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	29.185	29.907	32.391	9.839	28.268	38.107	43.694	47.291	50.387
TAXA DE EXPEDIENTE	1.071	690	268	29	500	539	555	571	586
TAXA DE FISCALIZAÇÃO, PREVENÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIO E PÂNICO	260	954	358	39	257	297	306	315	323
OUTRAS RECEITAS CORRENTES DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	37.106	38.048	55.012	6.366	36.223	42.589	45.003	47.417	49.830
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	12.588	17.152	18.697	2.571	15.762	18.333	19.068	19.802	20.537
MULTA E JUROS DE MORA DO IPTU	3.170	5.934	5.264	548	4.864	5.412	4.066	4.222	4.379
MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS	2.716	3.364	4.746	799	3.290	4.090	5.930	6.159	6.387
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	1.407	1.408	1.604	327	1.391	1.718	2.427	2.520	2.614
MULTAS E JUROS DE MORA DO TLP	58	59	58	12	57	69	88	92	95
MULTAS E JUROS DE MORA DO ITBI	402	270	331	58	343	401	431	447	464
MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCD	-	-	-	-	-	-	2	2	2
MULTAS E JUROS DE MORA DO IIPVA	3.952	5.051	5.135	519	4.809	5.328	3.850	3.998	4.146
MULTA E JUROS DE MORA DO SIMPLES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	495	553	898	156	578	734	1.151	1.196	1.240
MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	388	512	661	151	430	581	1.123	1.166	1.210
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	4.125	4.381	5.678	1.041	3.471	4.511	4.824	5.136	5.449
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	1.907	2.022	2.773	472	1.616	2.088	2.233	2.377	2.522
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	15	48	19	6	20	26	28	30	32
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	216	439	274	102	235	337	360	384	407
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	693	854	1.297	246	627	873	934	994	1.055
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	644	446	427	30	464	494	528	562	596
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	3	1	6	0	3	3	3	3	4
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	613	522	801	151	453	604	646	688	730
MULTA E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA SIMPLES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA OUTROS TRIBUTOS	34	49	82	33	52	86	92	98	103
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA (1)	20.394	16.515	30.637	2.754	16.990	19.744	21.111	22.478	23.845
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	6.771	6.022	8.870	188	6.128	6.317	6.754	7.191	7.629
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	74	-	32	12	15	28	29	31	33
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	1.958	1.884	1.873	421	744	1.165	1.245	1.326	1.407
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	2.088	-	2.751	642	1.555	2.197	2.349	2.501	2.653
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	4.724	3.555	5.660	421	2.881	3.302	3.531	3.759	3.988
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	2.199	1.255	2.140	464	1.132	1.596	1.706	1.817	1.927
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	14	-	17	1	11	12	13	14	15
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO SIMPLES	-	-	21	11	1	12	13	13	14
RECEITA DÍVIDA ATIVA-LC 52/97 (COMP.C/ PRECATÓRIOS)	1.240	1.795	2.497	540	854	1.394	1.490	1.587	1.683
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	1.324	2.004	6.775	55	3.668	3.723	3.981	4.238	4.496

Fonte: Boletim da Receita Arrecadada em 2000, à exceção de Impostos e da TLP, cujos valores foram extraídos do SIAC; e SIAC em 2001 e 2002, à exceção de Multas e Juros de Mora da Dívida Tributária, cujos valores foram extraídos do Boletim da Receita Arrecadada.

Nota: (1) Exclui Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO – SEPLAN

ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR -
DESPESA

(Art. 4º, § 2º, Inciso I da Lei Complementar nº 101/2000)

Comparativo das metas previstas na LDO 2002
em relação aos resultados obtidos ao final do exercício

DISCRIMINAÇÃO	2002			
	LDO	Realizado	%	Diferença
	(A)	(B)	(B / A)	(B - A)
I – RECEITAS				
I.1-Receitas Correntes + Capital	7.671.128	7.232.406	94,3%	-438.722
I.2-Deduções (Receitas Financeiras)	422.219	155.138	36,7%	-267.082
I.2.1 Aplicações Financeiras	50	15.399		15.349
I.2.2 Alienação de bens	161.400	3.493		-157.907
I.2.3 Operações de Crédito	253.804	133.514		-120.290
I.2.4 Amortizações	6.965	2.732		-4.233
Total das Receitas Fiscais (A)	7.248.909	7.077.268	97,6%	-171.641
II – DESPESAS FISCAIS				
II.1 – Despesas Correntes + Capital	7.671.128	7.130.706	93,0%	-540.422
II.2 – Deduções (Despesas Financeiras)	233.482	201.837	86,4%	-31.645
II.2.1 – Juros e Encargos da Dívida	116.259	102.474		-13.785
II.2.2- Amortização da Dívida	96.527	93.010		-3.516
II.2.3- Concessão de Empréstimos	20.694	6.353		-14.341
II.2.4-Aqui.de Título d Cap.já Integr.	2	0		-2
Total das Despesas Fiscais (B)	7.437.646	6.928.869	93,2%	-508.777
III – Resultado Primário (A – B)	-188.737	148.399		337.137
IV – Resultado Nominal (B – II.2)	-422.219	-53.438		368.781

Do quadro acima cabe ressaltar as seguintes observações:

- * As receitas fiscais, inicialmente estimadas em R\$ 7.248.909.000,00 (sete bilhões, duzentos e quarenta e oito milhões, novecentos e nove mil reais), sofreram uma frustração de arrecadação de apenas 2,4%, atingindo o total de R\$ 7.077.268.000,00 (sete bilhões, setenta e sete milhões, duzentos e sessenta e oito mil reais);
 - * Em contrapartida, as despesas fiscais realizadas totalizaram apenas R\$ 6.928.869.000,00 (seis bilhões, novecentos e vinte e oito milhões, oitocentos e sessenta e nove mil reais), representando uma expressiva redução de aproximadamente 7% relativamente ao valor previamente fixado em R\$ 7.437.646.000,00 (sete bilhões, quatrocentos e trinta e sete milhões, seiscentos e quarenta e seis mil reais);
 - * A execução das despesas financeiras alcançou R\$ 201.837.000,00 (duzentos e um milhões, oitocentos e trinta e sete mil reais), representando 86,4% do valor fixado inicialmente que somava R\$ 233.482.000,00 (duzentos e trinta e três milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil reais);
 - * A arrecadação das receitas financeiras totalizou R\$ 155.138.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, cento e trinta e oito mil reais), equivalendo a aproximadamente 37% do valor previsto na LDO;
 - * Ao final do exercício de 2002, o Governo do Distrito Federal alcançou resultado primário superavitário de R\$ 148.399.000,00 (cento e quarenta e oito milhões, trezentos e noventa e nove mil reais), superando em R\$ 337.137.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões, cento e trinta e sete mil reais) a meta fiscal estabelecida;
 - * Comparando-se o resultado nominal apurado pelo conceito acima da linha com a projeção inicial, observa-se uma expressiva redução do déficit no total de R\$ 368.781.000,00 (trezentos e sessenta e oito milhões, setecentos e oitenta e um mil reais), uma vez que o resultado obtido registrou déficit de apenas R\$ 53.438.000,00 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e trinta e oito mil reais), enquanto a projeção inicial sinalizava déficit nominal no valor de R\$ 422.219.000,00 (quatrocentos e vinte e dois milhões, duzentos e dezenove mil reais).
- A superação reincidente das metas estabelecidas na legislação, demonstrada através dos resultados obtidos no exercício de 2002, refletem mais uma vez o esforço do Governo em proceder o ajuste fiscal e a solvência financeira do setor público no Distrito Federal.

ANEXO IV

ANEXO DE METAS FISCAIS
Metas e Resultados Fiscais
(Art. 4º, § 2º, Inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

(R\$ 1.000)					
Discriminação	2001		2002		2003
	LOA	LOA	Realizado	LOA	
I. RECEITA TOTAL	6.170.520	6.092.039	7.248.909	7.077.268	8.225.391

II. DESPESA TOTAL	6.152.588	5.844.158	7.437.646	6.928.869	8.189.251
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	17.932	247.881	-188.737	148.399	36.140
IV. RESULTADO NOMINAL	-225.320	34.384	-422.219	-53.438	-102.948
V. DÍVIDA CONTRATUAL (*)		1.308.805		1.677.308	

(*) A preços de dezembro de cada exercício

ANEXO V

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS E RESULTADOS FISCAIS - Metodologia de cálculo

(Art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

DISCRIMINAÇÃO	2001		2002		(R\$ 1.000)
	LOA	Realizado	LOA	realizado	LOA
I - RECEITAS FISCAIS					
I.1 - Receitas Correntes + Capital	6.395.839	6.143.616	7.671.128	7.232.406	8.448.986
I.2 - Deduções (Receitas Financeiras)	225.320	51.577	422.219	155.138	223.595
I.2.1 - Aplicações Financeiras	1.961	20.594	50	15.399	100
I.2.2 - Alienação de Bens	-	-	161.400	3.493	20.769
I.2.3 - Operações de Crédito	218.959	30.197	253.804	133.514	196.196
I.2.4 - Amortizações	4.400	786	6.965	2.732	6.530
Total das Receitas Fiscais (I.1 - I.2) (A)	6.170.520	6.092.039	7.248.909	7.077.268	8.225.391
II - DESPESAS FISCAIS					
II.1 - Despesas Correntes + Capital	6.395.839	6.057.655	7.671.128	7.130.706	8.448.986
II.2 - Deduções (Despesas Financeiras)	243.252	213.496	233.482	201.837	259.735
II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida	108.354	99.294	116.259	102.474	139.088
II.2.2 - Amortização da Dívida	112.290	92.045	96.527	93.010	78.117
II.2.3 - Concessão de Empréstimos	22.601	22.158	20.694	6.353	42.526
II.2.4 - Aquis.de Título de Capital já Integr.	7	-	2	-	4
Total das Despesas Fiscais (II.1 - II.2) (B)	6.152.588	5.844.158	7.437.646	6.928.869	8.189.251
III - RESULTADO PRIMÁRIO (A - B)	17.932	247.881	(188.737)	148.399	36.140
IV - RESULTADO NOMINAL (III - II.2)	(225.320)	34.384	(422.219)	(53.438)	(102.948)
V - DÍVIDA CONTRATUAL		1.308.805		1.677.308	

nota:

Os dados relativos ao "realizado 2001 e 2002" foram extraídos do "Demonstrativo da Execução da Despesa por Natureza" do "Balanço Geral 2001 e 2002" - volume II, deduzidas as duplicidades apresentadas no "Balanço Geral - Volume I" (página 63 em 2001 e página 64 em 2002).

Os dados relativos à Dívida Contratual foram informados pela Subsecretaria de Finanças/SEFP.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

ANEXO VI

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(art. 4º, § 2º, III, Lei Complementar nº 101/2000)

PASSIVOS CONTINGENTES	2 0 0 0		2 0 0 1		2 0 0 2	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.043.488.635,88	100,00	2.945.704.154,92	100,00	3.339.548.144,37	100,00
Patrimônio/Capital	1.079.860.482,35	103,49	1.343.000.091,16	45,59	1.750.488.643,67	52,42
Patrimônio	1.039.425.497,95	99,61	1.302.565.106,76	44,22	1.710.043.659,27	51,21
Capital Realizado	40.434.984,40	3,87	40.434.984,40	1,37	40.444.984,40	1,21
Reservas	13.103.818,27	1,26	1.665.179.157,60	56,53	1.694.882.495,08	50,75

Reservas de Capital	13.010.648,99	1,25	1.665.121.805,20	56,53	1.694.825.142,68	50,75
Reserva de Reavaliação	16.173,82	0,00	16.173,82	0,00	16.173,82	0,00
Reserva de Lucros	76.995,46	0,01	41.178,58	0,00	41.178,58	0,00
Resultado Acumulado	(49.475.664,74)	(4,74)	(62.475.093,84)	(2,12)	(105.822.994,38)	(3,17)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

ANEXO VII

ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
(art. 4º, § 2º, III, Lei Complementar nº 101/2000)

EXERCÍCIO DE 2000

RECEITA	VALORES INGRESSADOS	DESPESAS REALIZADAS	ÓRGÃO QUE EXECUTOU A DESPESA
Alienação de bens	778.279,13	-	

EXERCÍCIO DE 2001

RECEITA	VALORES INGRESSADOS	DESPESAS REALIZADAS	ÓRGÃO QUE EXECUTOU A DESPESA
Alienação de bens	28.420.117,99	7.345.409,37	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS
EXERCÍCIO DE 2002			
RECEITA	VALORES INGRESSADOS	DESPESAS REALIZADAS	ÓRGÃO QUE EXECUTOU A DESPESA
Alienação de bens	3.492.788,49	1.647.039,43	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS (R\$ 1.490.701,40), SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (R\$ 7.627,14) e RA - RECANTO DAS EMAS (R\$ 148.710,89)

obs.: Informamos a impossibilidade de demonstrar as despesas provenientes das alienações de ativos da administração indireta, tendo em vista que a fonte de receita e despesa é 220 (diretamente arrecadado).

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE PREVIDÊNCIA

ANEXO VIII

ANEXOS DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL
(art. 4º, § 2º, IV, da Lei Complementar nº 101/2000)

AS METAS E COMPROMISSOS PREVIDENCIÁRIOS ESTABELECIDOS SE ENCONTRAM EM ADIANTADA FASE DE EXECUÇÃO

O Sistema de Previdência para os Servidores Públicos da Administração Direta, Fundações e Autarquias vem sendo desenvolvido a partir da formatação do projeto segundo trabalho da UNB-SEPREV com base na Reforma da Previdência, determinada pela Emenda Constitucional nº 20/98, e as leis e portarias do MPS (9.717/98, 9.796/99, portaria 4.992/99), Lei Complementar 101/2000 (responsabilidade Fiscal) e Resoluções 2.651, 2.652 e 2720 do BC-CMN
Aguardamos agora a aprovação da Nova Reforma da Previdência já em debate no Congresso Nacional para que possamos concluir nossos trabalhos com a elaboração do Projeto de Lei Complementar que será encaminhado pelo Governador Joaquim Roriz, seguindo-se a aprovação na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

SITUAÇÃO ATUAL

Trabalhamos hoje com o seguinte universo de servidores cujos dados estão sendo pesquisados e aperfeiçoados para criação do sistema.(Anexo 1) Dados SGA/Codeplan; e Demonstrativo da Receita e Despesa dos Inativos – referente a um mês que está servindo de base para nossos estudos e definições - (Anexo 2).Dados SEFP/SGA.

AÇÕES DIVERSAS

O convênio firmado no âmbito do PARSEP continua nos apoiando na busca de desenvolver a capacidade institucional do GDF para formulação de políticas e implementação de ações na área previdenciária.
No tocante ao Sistema de Informações Previdenciárias – SIPREV, cujo objetivo principal é a criação de um Banco de Dados com a confiabilidade que o sistema vai precisar, estamos firmando contrato com a Codeplan, contando também com o apoio direto da Secretaria de Previdência Social do MPS. O processo referido foi dividido e está sendo implementado em duas etapas:
1.Correção de inconsistências, através do isolamento da informação – as informações referentes a um determinado servidor do cadastro são analisadas isoladamente, considerando as necessidades funcionais com destaque às previdenciárias.
2.Verificação de inconsistências por interação das informações observando-se limites mínimos e máximos definidos por outros dados do servidor e possível duplicidade de informações referentes a um mesmo servidor. Este trabalho já se encontra bem adiantado. No tocante à atualização e nova Avaliação da nossa Meta Atuarial, ainda não foi concluída devido à inconsistências encontradas no Banco de Dados do sistema operacional do DF já mencionadas.
Para a regularização e aperfeiçoamento dos dados necessários estamos contando com o apoio e colaboração direta do MPS que contratou o COPPE, órgão especializado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que estará nos fornecendo nos próximos dias um Relatório com as criticas aos dados e informações que lhes fornecemos.

No particular, com o mesmo objetivo, encaminhamos as mesmas informações ao o Setor de Atuaria do MPS, que já nos apresentou um relatório parcial, no momento em análise na SEPREV.

Com relação ao projeto COMPREV –Compensação Previdenciária GDF/INSS, (lei 9.796/99) já estamos com 40% dos Requerimentos formatados e entregues ao INSS. Em termos de ressarcimento, apenas cerca de 2 mil já foram compensados e com recursos repassados para o GDF, os quais serão utilizados na composição do Fundo Previdenciário a ser instituído pelo estado.

DADOS E CONSIDERAÇÕES

A nossa SEPREV no seu primeiro ano de atividades conseguiu a contratação da UNB para formatação do projeto de criação do Sistema de Previdência para os Servidores Públicos do GDF. Na oportunidade, mesmo com as inúmeras dificuldades encontradas nas informações obtidas nos diversos órgãos do estado, com o grande volume das inconsistências nas inconsistências detectadas, conseguimos elaborar duas planilhas com os Dados Atuariais e Financeiros – Ano 2000.

Dois cenários foram elaborados, com projeção para 50 anos, tomando-se como base ATIVOS de R\$ 250 milhões com APLICAÇÃO DE 6% e 8% ao ano, respectivamente. (Anexos 3 e 4)

CONCLUSÃO

Todo o Projeto de Criação e Implantação do Sistema necessitará apenas de ajustes e atualizações que deverão ser implementadas de acordo com as normas e definições da Nova Reforma da Previdência.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE PREVIDÊNCIA

Anexo 1

SITUAÇÃO ATUAL				
	SERVIDORES	%	REMUNERAÇÃO	%
	Quantidade		(x 1.000,00 R\$)	
ATIVOS	129.419	76,13%	R\$ 229.510,64	70,76%
APOSENTADOS	30.867	18,16%	R\$ 80.464,60	24,81%
PENSIONISTAS	9.707	5,71%	R\$ 14.376,20	4,43%

Fonte: Secretaria de Administração

Obs.: Não inclui servidor de Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista

Contribuição Previdenciária: Ativosà 11%; Inativos à 0%.

Anexo 2

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DE INATIVOS DO GDF	
1. Folha Mensal Aposentados e Pensionistas	= R\$ 94.840.800
2. Arrecadação Mensal	= <u>R\$ 17.140.797</u>
Resultado (1 – 2)	= R\$ 77.700.003
3. Contrapartida GDF (2 x 1)	= R\$ 34.281.594
Déficit	= R\$ 43.418.409
OBS: O GDF paga a mais 2,5 (duas vezes e meia) a mais.	

Fonte> SEFP/SGA

Governo do Distrito Federal
Secretaria Extraordinária de Previdência

<div>Dados Atuariais e Financeiros – Ano 2000</div> <div>Ativos: 250 milhões</div> <div>Aplicação: 6% a.a.</div> <div>Obs: Até 2010 as despesas com inativos encostarão nas dos ativos</div>	2000	250.000.000,00	811.976.370	2026	20.145.441.740
	2001		1.432.603.371	2027	20.766.927.302
	2002		2.079.280.163	2028	21.363.167.751
	2003		2.755.217.360	2029	21.917.510.860
	2004		3.456.280.487	2030	22.451.781.656
	2005		4.181.159.024	2031	22.956.861.284
	2006		4.933.372.959	2032	23.438.970.685
	2007		5.696.175.293	2033	23.916.395.368
	2008		6.469.420.455	2034	24.383.034.130
	2009		7.261.732.322	2035	24.826.919.814
	2010		8.060.494.884	2036	25.262.620.135
	2011		8.857.960.784	2037	25.674.695.916
	2012		9.661.657.129	2038	26.087.430.519
	2013		10.461.976.744	2039	26.506.695.091
	2014		11.265.376.066	2040	26.946.260.919
	2015		12.088.243.015	2041	27.385.826.598
	2016		12.904.832.635	2042	27.846.074.771
	2017		13.703.549.648	2043	28.316.346.521
	2018		14.494.722.471	2044	28.813.167.579
	2019		15.259.844.575	2045	29.328.726.051
	2020		16.011.891.319	2046	26.866.775.838
	2021		16.769.658.906	2047	30.421.240.747
	2022		17.519.727.153	2048	31.007.265.382
	2023		18.235.610.097	2049	31.605.731.666
	2024		18.912.511.875	2050	32.202.930.161
	2025		19.542.488.610		

Anexo 4

**Dados
Atuariais
e Financeiros-
Ano 2000**

Ativos: 250 milhões
Aplicação: 8% a.a.

**Obs: Até 2010
as despesas com
inativos encostarão
nas dos ativos**

2000	250.000.000,00	811.976.370	2026	31.305.902.551
2001		1.448.842.844	2027	33.223.223.212
2002		2.125.470.919	2028	35.231.302.640
2003		2.846.688.979	2029	37.322.359.895
2004		3.610.174.184	2030	39.527.368.831
2005		4.416.489.826	2031	41.847.531.066
2006		5.271.153.405	2032	44.300.031.275
2007		6.159.645.635	2033	46.915.120.220
2008		7.083.891.930	2034	49.699.984.877
2009		8.054.749.923	2035	52.656.887.304
2010		9.062.188.540	2036	55.815.523.420
2011		10.100.999.831	2037	59.177.083.867
2012		11.181.298.515	2038	62.783.503.424
2013		12.296.422.583	2039	66.660.202.438
2014		13.455.817.107	2040	70.842.182.756
2015		14.679.226.861	2041	75.332.347.400
2016		15.944.860.049	2042	80.176.033.770
2017		17.244.875.908	2043	85.389.623.735
2018		18.593.425.825	2044	91.018.633.900
2019		19.976.338.647	2045	97.086.893.030
2020		21.410.901.807	2046	103.632.170.696
2021		22.920.828.060	2047	110.685.202.710
2022		24.498.383.017	2048	118.300.769.118
2023		26.122.952.974	2049	126.502.861.008
2024		27.795.554.384	2050	135.323.944.483
2025		29.514.424.757		

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
SUBSECRETARIA DA RECEITA
DIRETORIA DE ARRECAÇÃO
GERÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE IMPACTO NA ARRECAÇÃO

ANEXO IX

ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO
DA RENÚNCIA DA RECEITA
(art. 4º, § 2º, V, Lei Complementar nº 101/2000)

PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE
RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA PARA
O EXERCÍCIO DE 2004

APRESENTAÇÃO

Com vistas a subsidiar a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004, apresentamos o presente estudo o qual projeta a Renúncia de Receita de Origem Tributária no Distrito Federal para o referido exercício.

Neste estudo, utilizou-se a seguinte metodologia:

1. Levantou-se o quadro legal dos benefícios fiscais cuja fruição está prevista para 2004. A partir desse quadro, estimou-se a renúncia de receita dos seus itens para 2004, tomando por base os valores da renúncia registrada em 2002 para parte desses itens e os valores previstos para os demais em 2003;

2.Para os itens de renúncia de receita constantes do supracitado quadro legal que tiveram registro de fruição em 2002, estimou-se a renúncia correspondente para 2004, majorando os seus valores pela aplicação do percentual correspondente a razão entre a receita prevista para 2004 e aquela realizada em 2002 para os respectivos tributos;

3.Para os demais itens, a renúncia para 2004 foi estimada pelo produto dos seus valores correspondentes previstos para 2003 e o valor percentual obtido pela razão entre a receita prevista para o exercício de 2004 e a prevista para 2003 dos respectivos tributos.

PROJEÇÃO DA RENÚNCIA PARA 2004 COM BASE NOS ITENS COM REGISTRO DE FRUIÇÃO EM 2002

A quantificação e a utilização da renúncia de receita ocorrida em 2002 para projeção da renúncia de 2004 justifica-se pelo fato de que parte dos benefícios fiscais vigentes em 2002 ainda estará em vigor nos exercícios de 2003 e 2004, assim como, pela imprescindibilidade da utilização dos dados históricos disponíveis em uma projeção, visando a sua maior fidedignidade à realidade, ou seja, à efetiva fruição dos benefícios.

Assim, ao longo de 2002, considerou-se os benefícios fiscais concedidos e registrados pelas unidades da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Fazenda e Planejamento, por meio de Ato Declaratório e de alterações de ofício em Sistemas do Órgão.

A seguir, na Tabela I encontram-se relacionados aqueles itens de renúncia cuja fruição foi registrada em 2002, juntamente com o cotejamento entre os seus respectivos valores para 2002 e 2004.

TABELA I - Benefícios com registros de realização em 2002 e fruição prevista em 2004

DESCRIÇÃO	LEGISLAÇÃO	RENÚNCIA REALIZADA EM 2002 R\$ 1,00	RENÚNCIA PREVISTA PARA 2004 R\$ 1,00
Isenção e remissão do IPTU para templos maçônicos e religiosos de qualquer culto	LC 363/01	103.700,89	135.319,29
Isenção do IPTU para imóveis da FUB	Lei nº 1.167/96;LC356/2001	3.031.104,12	3.955.287,77
Isenção do IPTU para IHG-DF	Leis 2.570/2000	27.052,05	35.300,22
Isenção de IPTU para Clubes Sociais	DL nº 82/66 Lei 76/89	231.359,75	301.901,34
Isenção do IPTU e do IPVA para o Corpo diplom.e O.I. - Conv. de Viena e Trat. Intern.	DL nº 82/66 e Lei nº 2670/01	116.064,75	149.134,35
Isenção do ITBI/IPTU na aquisição de imóvel destinado a empreendimento produtivo junto ao PRÓ-DF	Lei nº 2.483/99	32.842,01	42.855,54
Isenção do IPTU/ TLP para aposentados/pensionistas	Lei nº 1.362/96	1.008.806,18	1.332.259,77
Isenção do IPTU/TLP para ex-combatentes e suas viúvas	Lei nº 215/91	17.695,53	24.094,81
Isenção do IPTU/TLP para imóveis TERRACAP	Lei nº 1.362/96	23.149.001,00	30.272.647,15
Isenção da TLP para imóveis da União e demais pessoas jurídicas de direito público interno	Lei nº 2.627/2000	51.442,00	69.395,26
Isenção de IPVA para taxistas, deficientes e veículos agrícolas e máquinas de terraplenagem	Lei nº 7.431/85;2670/01 e 2829/01	1.435.466,01	1.842.851,26
Não incidência de IPVA para veículos roubados, furtados ou sinistrados	Lei nº 7.431/85 e 2670/01	2.548.657,48	3.271.966,47
Isenção do ITCD para transmissão único imóvel	Lei nº 1.343/96	312.360,91	551.410,71
Isenção do ICMS sobre energia elétrica e telecomunicações para Missões Diplomáticas e funcionários estrangeiros	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 55)	135.156,10	163.214,51
Isenção do ICMS	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 57)	19.524,99	23.578,38
Isenção do ICMS	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 33)	102.110,00	123.308,04
Isenção do ICMS importação de equip. por entidades beneficentes e Adm. Pública Federal e outros	Dec. 18.955/97(Anexo I – Item 37)	31.549,12	38.098,72
Isenção do ICMS na aquisição de veículo automotor por deficiente físico	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 44)	100.932,96	121.886,64
Isenção do ICMS na aquisição de veículos para táxi	Dec. 18.955/97 (Anexo I – Item 93)	1.123.828,25	1.357.134,99
Redução multas e juros moratórios	Lei nº 860/95e LC”S 191.212 e 277	5.127.317,26	Vigência Expirada
TOTAL		38.705.971,36	43.811.645,21

Da análise e aplicação da legislação antes descrita e dos dados insertos em processos e nos sistemas informatizados, apurou-se uma renúncia de receita de origem tributária no exercício de 2002 no montante de R\$ 38,70 milhões, conforme Tabelas II e III, a seguir:

Tabela II
TOTAL APURADO DA RENÚNCIA EM 2002

TRIBUTO	VALORES CORRENTES EM R\$	PARTICIPAÇÃO %
ITCD	38.485,25	0,82
ITBI	5.892,87	0,02
IPTU	26.301.917,06	67,95
TLP	1.926.682,41	4,98
IPVA	4.098.029,51	10,59
ICMS	5.284.663,88	13,65
ISS	770.300,38	1,99
TOTAL	38.705.971,36	100,00

Fonte: Gerências de Atendimento ao Contribuinte e de Tributação/SUREC/SEFP e SITAF/SERPRO.
Elaboração: NUPAC/GERET/DIRAR/SUREC/SEFP.

Tabela III

DETALHAMENTO DA RENÚNCIA EM 2002 POR SITUAÇÃO E POR TRIBUTO

Situação	DF – Renúncia de Receita de Origem Tributária em 2002			
	Isenção	Não Incidência	Redução Multas e Juros Moratórios	Total
Tributo				
ITCD	312.360,91	-	6.124,34	318.485,25
ITBI	-	-	5.892,87	5.892,87
IPTU	25.762.293,12	-	539.623,94	26.301.917,06
TLP	1.896.891,61	-	29.790,80	1.926.682,41
IPVA	1.545.349,56	2.548.657,48	4.022,47	4.098.029,51
ISS	-		770.300,38	770.300,38
ICMS	1.513.101,42		3.771.562,46	5.284.663,88
TOTAL	31.029.996,62	2.548.657,48	5.127.317,26	38.705.971,36

Fonte: Gerências de Atendimento ao Contribuinte e de Tributação/SUREC/SEFP e SITAF/SERPRO.
Elaboração: NUPAC/GERET/DIRAR/SUREC/SEFP.

Com os valores da renúncia de receita para cada um dos itens constantes da Tabela I, calculou-se a relação percentual entre a receita de cada espécie de tributo projetada para 2004 e a receita realizada em 2002. Feito isso, multiplicaram-se os valores de cada um desses itens, com vigência prevista para o exercício de 2004, pelos respectivos percentuais supracitados, obtendo-se com isso o valor estimado da renúncia de cada um deles para o exercício de 2004.
Assim, o montante apurado da renúncia para 2004 referente aos referidos itens foi de R\$ 43,81 milhões.

PROJEÇÃO DA RENÚNCIA PARA 2004 COM BASE NOS ITENS SEM REGISTRO DE FRUIÇÃO EM 2002 E PREVISTOS EM 2003
Com base na renúncia de receita prevista para 2003 referente aos itens em tela constantes da Tabela IV abaixo e na relação percentual obtida pela razão entre a receita prevista para 2004 e 2003 para cada espécie tributária respectiva, estimou-se a renúncia de receita para o exercício de 2004, cujo montante foi de R\$ 72,14 milhões.

Tabela IV - Benefícios sem registro de realização em 2002 com fruição prevista em 2004		
DESCRIÇÃO	LEGISLAÇÃO	RENÚNCIA PREVISTA PARA 2004R\$ 1,00
<u>Isenção do IPTU para lojas maçônicas</u>	LC nº 15/96	9.551,37
<u>Isenção do IPTU/TLP/IPVA para imóveis/veículos do Programa de Amparo ao Cidadão Carente-PACC</u>	Lei nº 2349/99	10.982,91
<u>Isenção do IPTU para imóveis do Programa João de Barro Candango</u>	Lei nºs 2476/99 e 2716/01	1.412.036,50
<u>Isenção do IPTU/TLP para imóveis IDHAB</u>	Lei nº 1.805/97	4.897.084,86
<u>Isenção da TLP para imóveis do tipo garagem desmembradas</u>	Lei nº 2.348/99	1.586.894,40
<u>Isenção da TLP para instituições de assistência social e clubes de serviços</u>	Lei nº 2.627/00	40.351,89
<u>Isenção da TLP para templos religiosos de qualquer culto</u>	Leis nºs 2.348/99 e 2.627/00	288,16
<u>Isenção do ITCD para missões diplomáticas, organismos internacionais e funcionários estrangeiros</u>	Decreto nº 56.435/65	63.019,64
<u>Isenção do ITCD para assentamentos</u>	LC nº 229/99	10.907.472,75
<u>Isenção do ITBI na aquisição de imóveis destinados ao Pró-Rural/DF-RIDE</u>	Lei nº 2499/99	415.729,05
<u>Isenção do ITBI na aquisição de imóveis destinados ao PADES-DF</u>	Lei nº 1.315/96	73.350,43
<u>Isenção do ITBI na aquisição de imóveis destinados à mecânicas oficinas concessionárias da TERRACAP</u>	Lei nº 1.132/96	9.376,06
<u>Isenção do ITBI para Missões Diplomáticas, organismos Internacionais e funcionários estrangeiros</u>	Decreto nº 56.435/65	350.506,27
<u>Isenção do ITBI na aquisição de imóveis em atendimento a MP nº 2.220/01</u>	LC nº 439/02	1.788.343,70
<u>Isenção do ICMS sobre combustíveis para Missões Diplomáticas e funcionários estrangeiros</u>	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 96)	9.854.409,16
<u>Isenção do ICMS para equip. importados p/Programa de Modernização Univ. e Hospitais Univ. (MEC)</u>	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 95)	38.204.833,49
<u>Isenção do ICMS import. de aces. Empregados na indust. Livros, jornais ou op. Emissora de radiodifusão</u>	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 8)	18.446,02
<u>Isenção do ICMS importação de equip. científicos e informática p/Administração Pública</u>	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 67)	65.751,42
<u>Isenção do ICMS nas doações de produtos import. por órg. Da adm. Púb., fundações ou ent. Beneficentes</u>	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 66)	59.421,55
<u>Isenção do ICMS nas importações do exterior efetuadas pelo Senado Federal</u>	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 116)	1.108.444,61
<u>Isenção do ICMS p/ aquis.de equip. para o Prog. de Moder. Ger. e Reequip. da rede hosp. Do Min da Saúde</u>	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 115)	20.569,00

Isenção do ISS na promoção de competições por federações de clubes ou clubes desportivos	Lei nº 586/93	67.456,80
Iseção do ISS na promoção de eventos culturais pela Fundação Cultural do Distrito Federal	Lei nº 586/93	605,72
Isenção do ISS na promoção de espetáculos públicos por inst. cultural ou de assist. social s/ fins lucrativos	Lei nº 586/93	37.554,57
Isenção do ISS para os serviços prestados ao PROMOTEC	Lei nº 2.423/99	179.712,30
Isenção do ISS para Fundações s/fins lucrativos que promovem desenvolvimento científico/tecnológico	LC nº 328/2000	963.141,65
TOTAL		72.145.334,27

RESULTADOS

Diante do exposto, a renúncia para 2004 totalizou R\$ 115,95 milhões, conforme Tabela V abaixo e Quadro em anexo.

TABELA V

RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA - 2002 E 2004

Valores Correntes em R\$ 1.000

TRIBUTO	RENÚNCIA ESTIMADA	
	2002	2004
IPVA	24.324	5.260
ITCD	11.196	11.521
ITBI	2.560	2.637
IPTU	80.910	39.718
TLP	17. 024	4.411
ISS	47.870	1.248
ICMS	158.508	51.159
TOTAL	342.391	115.954

Elaboração: NUPAC/GERET/DIRAR/SUREC/SEFP

DISTRITO FEDERAL - RENÚNCIA DE RECEITA DO EXERCÍCIO DE 2002 - CONSOLIDAÇÃO

R\$ correntes									
DESCRICAÇÃO	LEGISLAÇÃO	TRIBUTO							
		ITCD	ITBI	IPTU	TLP	IPVA	ICMS	ISS	TOTAL
Isenção do IPTU para lojas maçônicas	LC 15/96								-
Isenção e remissão do IPTU para templos maçônicos e religiosos de qualquer culto	LC 363/01			103.700,89					103.700,89
Isenção do IPTU para imóveis da FUB	Lei nº 1.167/96;LC 356/2001			3.031.104,12					3.031.104,12
Isenção do IPTU para IHG-DF	Lei nº 2.570/00			27.052,05					27.052,05
Isenção de IPTU para Clubes Sociais	DL nº 82/66 Lei 76/89			231.359,75					231.359,75
Isenção do IPTU/TLP/IPVA para imóveis/veículos do Programa de Amparo ao Cidadão Carente- PACC	Lei nº 2349/99								-
Isenção do IPTU e do IPVA para o Corpo diplom.e O.I. - Conv. de Viena e Trat. Intern.	DL nº 82/66 e Lei nº 2670/01			6.181,20		109.883,55			116.064,75
Isenção do IPTU/ITBI para imóveis do Programa João de Barro Candango	Lei nºs 2.476/99 e 2.716/01								-
Isenção do IPTU/ITBI na aquisição de imóvel destinado a empreendimento produtivo junto ao PRÓ-DF	Lei nº 2.483/99			32.842,01					32.842,01
Isenção do IPTU/ITBI na aquisição de imóveis destinados ao PRODECON	Lei nº 409/93								-
Isenção do IPTU/ TLP para aposentados/pensionistas	Lei nº 1.362/96			648.974,37	359.831,81				1.008.806,18
Isenção do IPTU/TLP para ex-combatentes e suas viúvas	Lei nº 215/91			17.695,53					17.695,53
Isenção do IPTU/TLP para imóveis IDHAB	Lei nº 1.805/97								-
Isenção do IPTU/TLP para imóveis TERRACAP	Lei nº 1.362/96			21.663.383,20	1.485.617,80				23.149.001,00
Isenção da TLP para imóveis da União e demais pessoas jurídicas de direito público interno	Lei nº 2.627/2000				51.442,00				51.442,00
Isenção da TLP para imóveis do tipo garagem desmembradas	Lei nº 2.348/99								-
Isenção da TLP para instituições de assistência social e clubes de serviços	Lei nº 2.627/00								-
Isenção da TLP para templos religiosos de qualquer culto	Leis nºs 2.348/99 e 2.627/00								-
Isenção de IPVA para taxistas, deficientes e veículos agrícolas e máquinas de terraplenagem	Lei 7.431/85					1.435.466,01			1.435.466,01
Não incidência do IPVA para veículos roubados, furtados ou sinistrados	Lei nº 7.431/85					2.548.657,48			2.548.657,48
Isenção do ITCD para missões diplomáticas, organismos internacionais e funcionários estrangeiros	Decreto nº 56.435/65								-
Isenção do ITCD para transmissão único imóvel	Lei nº 1.343/96	312.360,91							312.360,91
Isenção do ITCD para assentamentos	LC nº 229/99								-
Isenção do ITBI na aquisição de imóveis destinados ao Pró-Rural/DF-RIDE	Lei nº 2499/99								-
Isenção do ITBI na aquisição de imóveis destinados ao PADES-DF	Lei nº 1.315/96								-
Isenção do ITBI na aquisição de imóveis destinados às oficinas mecânicas concessionárias da TERRACAP	Lei nº 1.132/96								-
Isenção do ITBI para Missões Diplomáticas, organismos Internacionais e funcionários estrangeiros	Decreto nº 56.435/65								-
Isenção do ITBI na aquisição de imóveis em atendimento a MP nº 2.220/01	LC nº 439/02								-
Isenção do ICMS sobre combustíveis para Missões Diplomáticas e funcionários estrangeiros	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 96)								-
Isenção do ICMS sobre energia elétrica e telecomunicações para Missões Diplomáticas	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 55)						135.156,10		135.156,10
Isenção ICMS	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 57)						19.524,99		19.524,99
Isenção ICMS	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 33)						102.110,00		102.110,00
Isenção do ICMS importação de equip. por entidades beneficentes e Adm. Pública Federal e outros	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 37)						31.549,12		31.549,12
									100.932,96
Isenção do ICMS na aquisição de veículo automotor por deficiente físico	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 44)						100.932,96		
Isenção do ICMS para equip. importados p/ Programa de Modernização Univ. e Hospitais Univ. (MEC)	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 95)								-
Isenção do ICMS import. de aces. empregados na indust. livros, jornais ou op. Emissora de radiodifusão	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 8)								-

Isenção do ICMS importação de equip. científicos e informática p/ Administração Pública	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 67)								
Isenção do ICMS nas doações de produtos import. por órg. da adm. Púb., fundações ou ent. beneficentes	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 66)								
Isenção do ICMS na aquisição de veículos para táxi	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 93)						1.123.828,25		1.123.828,25
Isenção do ICMS nas importações do exterior efetuadas pelo Senado Federal	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 116)								-
Isenção do ICMS p/ aquis.de equip. para o Prog. de Moder. Ger. e Reequip. da rede hosp. Do Min da Saúde	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 115)								-
Isenção do ISS na promoção de competições por federações de clubes ou clubes desportivos	Lei nº 586/93								-
Iseção do ISS na promoção de eventos culturais pela Fundação Cultural do Distrito Federal	Lei nº 586/93								-
Isenção do ISS na promoção de espetáculos públicos por inst. cultural ou de assist. social s/ fins lucrativos	Lei nº 586/93								-
Isenção do ISS paro os serviços prestados ao PROMOTEC	Lei nº 2.423/99								-
Isenção do ISS para Fundações s/ fins lucrativos que promovem desenvolvimento científico/tecnológico	LC nº 328/2000								-
Redução multas e juros moratórios ¹	Lei 860/95 e LC's nºs 191,212 e 277	6.124,34	5.892,87	539.623,94	29.790,80	4.022,47	3.771.562,46	770.300,38	5.127.317,26
TOTAL		318.485,25	5.892,87	26.301.917,06	1.926.682,41	4.098.029,51	5.284.663,88	770.300,38	38.705.971,36

DISTRITO FEDERAL - RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2004 – CONSOLIDAÇÃO

RS correntes								
		TRIBUTO						
DESCRIÇÃO	LEGISLAÇÃO	ITCD	ITBI	IPTU	TLP	IPVA	ICMS	ISS
Isenção do IPTU para lojas maçônicas	LC 15/96			9.551,37				
Isenção e remissão do IPTU para templos maçônicos e religiosos de qualquer culto	LC 363/01			135.319,29				
Isenção do IPTU para imóveis da FUB	Lei nº 1.167/96;LC 356/2001			3.955.287,77				
Isenção do IPTU para IHG-DF	Lei nº 2.570/00			35.300,22				
Isenção de IPTU para Clubes Sociais	DL nº 82/66 Lei 76/89			301.901,34				
Isenção do IPTU/TLPIPVA para imóveis/veículos do Programa de Amparo ao Cidadão Carente-PACC	Lei nº 2349/99			5.156,32	994,51	4.832,08		
Isenção do IPTU e do IPVA para o Corpo diplom.e O.I. - Conv. de Viena e Trat. Intern.	DL nº 82/66 e Lei nº 2670/01			8.065,85		141.068,50		
Isenção do IPTU/ITBI para imóveis do Programa João de Barro Candango	Lei nºs 2.476/99 e 2.716/01			1.412.036,50				
Isenção do IPTU/ITBI na aquisição de imóvel destinado a empreendimento produtivo junto ao PRÓ-DF	Lei nº 2.483/99			42.855,54				
Isenção do IPTU/ TLP para aposentados/pensionistas	Lei nº 1.362/96			846.846,66	485.413,11			
Isenção do IPTU/TLP para ex-combatentes e suas viúvas	Lei nº 215/91			23.090,90	1.003,91			
Isenção do IPTU/TLP para imóveis IDHAB	Lei nº 1.805/97			4.674.463,67	222.621,19			
Isenção do IPTU/TLP para imóveis TERRACAP	Lei nº 1.362/96			28.268.548,74	2.004.098,41			
Isenção da TLP para imóveis da União e demais pessoas jurídicas de direito público interno	Lei nº 2.627/2000				69.395,26			
Isenção da TLP para imóveis do tipo garagem desmembradas	Lei nº 2.348/99				1.586.894,40			
Isenção da TLP para instituições de assistência social e clubes de serviços	Lei nº 2.627/00				40.351,89			
Isenção da TLP para templos religiosos de qualquer culto	Leis nºs 2.348/99 e 2.627/00				288,16			
Isenção de IPVA para taxistas, deficientes e veículos agrícolas e máquinas de terraplenagem	Leis nºs7.431/85, 2670/01 e 2.829/01					1.842.851,26		
Não incidência do IPVA para veículos roubados, furtados ou sinistrados	Leis nºs 7.431/85 e 2670/01					3.271.966,47		
Isenção do ITCD para missões diplomáticas, organismos internacionais e funcionários estrangeiros	Decreto nº 56.435/65	63.019,64						
Isenção do ITCD para transmissão único imóvel	Lei nº 1.343/96	551.410,71						
Isenção do ITCD para assentamentos	LC nº 229/99	10.907.472,75						
Isenção do ITBI na aquisição de imóveis destinados ao Pró-Rural/DF-RIDE	Lei nº 2499/99		415.729,05					
Isenção do ITBI na aquisição de imóveis destinados ao PADES-DF	Lei nº 1.315/96		73.350,43					
Isenção do ITBI na aquisição de imóveis destinados às oficinas mecânicas concessionárias da TERRACAP	Lei nº 1.132/96		9.376,06					
Isenção do ITBI para Missões Diplomáticas, organismos Internacionais e funcionários estrangeiros	Decreto nº 56.435/65		350.506,27					
Isenção do ITBI na aquisição de imóveis em atendimento a MP nº 2.220/01	LC nº 439/02		1.788.343,70					
Isenção do ICMS sobre combustíveis para Missões Diplomáticas e funcionários estrangeiros	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 96)						9.854.409,16	
Isenção do ICMS sobre energia elétrica e telecomunicações para Missões Diplomáticas	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 55)						163.214,51	
Isenção ICMS	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 57)						23.578,38	
Isenção ICMS	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 33)						123.308,04	
Isenção do ICMS importação de equip. por entidades beneficentes e Adm. Pública Federal e outros	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 37)						38.098,72	
Isenção do ICMS na aquisição de veículo automotor por deficiente físico	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 44)						121.886,64	
Isenção do ICMS para equip. importados p/ Programa de Modernização Univ. e Hospitais Univ. (MEC)	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 95)						38.204.833,49	
Isenção do ICMS import. de aces. empregados na indust. livros, jornais ou op. Emissora de radiodifusão	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 8)						18.446,02	
Isenção do ICMS importação de equip. científicos e informática p/ Administração Pública	Dec. 18.955/97(Anexo I - Item 67)						65.751,42	
Isenção do ICMS nas doações de produtos import. por órg. da adm. Púb., fundações ou ent. beneficentes	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 66)						59.421,55	
Isenção do ICMS na aquisição de veículos para táxi	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 93)						1.357.134,99	
Isenção do ICMS nas importações do exterior efetuadas pelo Senado Federal	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 116)						1.108.444,61	
Isenção do ICMS p/ aquis. de equip. para o Prog. de Moder. Ger. e Reequip. da rede hosp. Do Min da Saúde	Dec. 18.955/97 (Anexo I - Item 115)						20.569,00	
Isenção do ISS na promoção de competições por federações de clubes ou clubes desportivos	Lei nº 586/93							67.456,80
Iseção do ISS na promoção de eventos culturais pela Fundação Cultural do Distrito Federal	Lei nº 586/93							605,72
Isenção do ISS na promoção de espetáculos públicos por inst. cultural ou de assist. social s/ fins lucrativo s	Lei nº 586/93							37.554,57
Isenção do ISS paro os serviços prestados ao PROMOTEC	Lei nº 2.423/99							179.712,30
Isenção do ISS para Fundações s/ fins lucrativos que promovem desenvolvimento científico/tecnológico	LC nº 328/2000							963.141,65
TOTAL		11.521.903,11	2.637.305,52	39.718.424,14	4.411.060,84	5.260.718,32	51.159.096,51	1.248.471,04

DEMONSTRATIVO DAS ESTIMATIVAS DA RECEITA TRIBUTÁRIA - 2004 a 2006

TRIBUTOS	2004			2005			2006		
	RECEITA LÍQUIDA (A)	RENUNCIA ESTIMADA (B)	RECEITA BRUTA ESTIMADA (C)=(A) + (B)	RECEITA LÍQUIDA (A)	RENUNCIA ESTIMADA (B)	RECEITA BRUTA ESTIMADA (C)=(A) + (B)	RECEITA LÍQUIDA (A)	RENUNCIA ESTIMADA (B)	RECEITA BRUTA ESTIMADA (C)=(A) + (B)
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU	219.148	39.718	258.867	237.191	42.989	280.180	252.718	45.803	298.520
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTORES - IPVA	202.046	5.261	207.307	218.681	5.694	224.375	232.996	6.067	239.063
IMPOSTO S/TRANS. CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO BENS E DIREITOS - ITCD	11.591	11.522	23.112	13.189	13.111	26.300	14.760	14.672	29.432
IMPOSTO DE TRANS. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS - ITBI	64.494	2.637	67.131	71.014	2.904	73.918	77.070	3.152	80.221
IMPOSTO S/ OP. REL.CIRC. MERC. S/ SERV. TRANSP. E COMUNICAÇÃO - ICMS	2.166.091	51.159	2.217.250	2.326.701	54.952	2.381.653	2.491.845	58.853	2.550.698
IMPOSTO SOBRE SERVICOS - ISS	409.556	1.248	410.804	442.119	1.348	443.467	475.583	1.450	477.032
ICMS/ISS/SIMPLES CANDANGO	26.069	0	26.069	27.474	0	27.474	28.634	0	28.634
TAXAS	49.966	4.411	54.377	53.739	4.744	58.483	57.011	5.033	62.044
TOTAIS	3.148.960	115.957	3.264.917	3.390.110	125.742	3.515.851	3.630.615	135.029	3.765.644

Nota: 1 - Na Receita Líquida, excluem-se os benefícios fiscais e restituições.
2 - Renúncia Estimada em 2005 e em 2006 com base na relação percentual entre a Renúncia Estimada e a Receita Líquida em 2004.

ANEXO X

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

(art. 4º, §2º, V, Lei Complementar nº 101/2000)

EM R\$ 1.000,00	
EXPANSÃO ESTIMADA DAS RECEITAS ADMINISTRADAS (RECEITAS DE IMPOSTOS)	327.822
TOTAL DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS PREVISTAS PARA A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2004	149.622
SALDO DE UTILIZAÇÃO DA MARGEM DA EXPANSÃO DA RECEITA	178.200

A margem de expansão das despesas de caráter continuado constitui-se de ações derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, na forma do disposto no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC nº 101/2000), cujo objetivo precípuo é nortear a Administração Pública para utilização da margem de expansão no processo decisório relacionado ao comprometimento dos recursos próprios do Ente Público, ao aumento de efetivo, criação de cargo, reestruturação de carreiras e outras despesas de manutenção das Instituições do Governo, além de garantir a alocação de recursos para as ações obrigatórias constitucionais e legais de duração contínua.

As despesas são identificadas em ações classificadas como Constitucional e Legal, cujos gastos sejam definidos como "despesas correntes" e sua realização se estenda por pelo menos três exercícios. No âmbito do Distrito Federal, sejam tais dispêndios custeados com recursos de impostos, pois as demais receitas vinculadas e aquelas auferidas pelo próprio agente gerador, nos termos da lei, já lhes dão obrigatoriedade de execução.

Para dimensionar a margem de expansão, tomou-se por base a diferença verificada nas estimativas das receitas de impostos para o exercícios de 2003 e na previsão de arrecadação destas receitas no exercício de 2002, deflacionada, *para 2003*, pelo IGP-DI (1,0204%) e PIB real (1,1497%), elaborados pelo Banco Central do Brasil.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONSTITUCIONAL OU LEGAL
(ART. 17 - LRF - Art. 60 PLDO 2004)

ACÃO	LEGISLAÇÃO
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF	(Art.60 ADCT CF/88 e Lei 9.424, de 24.12.96)
Programa Renda Minha	(Lei nº 2.759, de 31/07/2001);
Manutenção do Ensino Fundamental	(Art. 60 ADCT CF/88);
Serviço da Dívida	
Contribuição do Fundo de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP	
Prevenção e Combate às Doenças Transmissíveis	(Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
Saúde em Família	(Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
Programas de Saúde e Prestação de Assistência Médico-Hospitalar	(Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
Ampliação e Melhoramento dos Sistemas de Água Potável e Esgotos e Programasde Saneamento Básico	

Cestas Básicas da Solidariedade	(Lei nº 2.303, 21/01/1999 e Decreto nº 21.466, de 25/08/2000);
Leite da Solidariedade	(Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
Pão da Solidariedade	(Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
Automação do Programa Pró-Família	(Lei nº 2.303, 21/01/1999 e Decreto nº 21.466, de 25/08/2000);
Renda Solidariedade (Cartão da Solidariedade)	(Lei nº 2.303/99, Lei nº 3.116/2002; Decreto nº 23.726, de 15/04/2003);
Pessoal e Encargos Sociais	
Sentenças Judiciais	(Art. 100, CF/88; EC nº 30/2000);
Programa Renda Universitária	(Lei nº 3.150, de 28/04/2003);
Concessão de Benefícios a Servidores	(Lei nº 1.136, 10/07/96; 2.639, 07/12/2000; 2.944, 17/04/2002).

MARGEM DE EXPANSÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA
METODOLOGIA DE CÁLCULO

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	2002	2003			EXPANSÃO da RECEITA PARA 2004
		ATÉ FEV	MAR-DEZ	TOTAL	
RECEITAS CORRENTES DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	2.530.580	509.242	2.405.925	2.915.166	327.822
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.530.580	509.242	2.405.925	2.915.166	327.822
IMPOSTOS	2.530.580	509.242	2.405.925	2.915.166	327.822
IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	381.407	75.941	357.976	433.917	44.760
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	167.942	47.068	144.060	191.128	19.763
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTORES	157.379	18.631	157.581	176.212	16.054
IMPOSTO S/TRANS. CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO BENS E DIREITOS	6.566	979	8.871	9.850	2.800
IMPOSTO DE TRANS. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS	49.520	9.263	47.464	56.727	6.143
IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	2.149.173	433.301	2.047.949	2.481.249	283.063
IMPOSTO S/ OP.CIRC. MERC. SERV. TRANSP. E COMUNICAÇÃO	1.793.746	368.154	1.699.529	2.067.683	233.505
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	332.913	60.860	328.809	389.669	48.380
ICMS/ISS/SIMPLES	22.515	4.286	19.611	23.897	1.178

OBSERVAÇÃO:

Para o cálculo da Expansão da Receita Tributária para 2004, objetivando a base para o cálculo da Margem das Despesas de Caráter Continuado, foram consideradas somente as receitas tributárias, classificadas na Fonte 100 - Ordinário Não Vinculado, ou seja, aquelas administradas pelo Governo do Distrito Federal, que não impliquem em vinculações.

MEMÓRIA DE CÁLCULO:

((ANO 2003-2002) / (IGP-DI x PIB))

INDICES UTILIZADOS:	2003
IGP -DI	1,0204
PIB	1,1497

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2004
(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar n.º 101/2000)

A importância do equilíbrio das contas públicas, transcorridos três anos da edição da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, é amplamente reconhecida pelos três Poderes, tanto na esfera federal quanto nas esferas estadual e municipal. A noção de orçamentos equilibrados e a busca de resultados primários positivos e compatíveis com crescimento econômico sustentável de longo prazo passaram a permear toda administração pública brasileira.

O aprimoramento e o domínio de técnicas de projeção, já em curso, ainda necessitam de avanços, mas pode-se afirmar que as estimativas de componentes orçamentários feitas na atualidade são sobremaneira mais precisas do que aquelas elaboradas em fins da década passada. Da mesma forma, os métodos de identificação e de mensuração dos riscos que possam vir a comprometer a perseguida compatibilidade entre receitas e despesas ainda não alcançaram níveis de excelência, mas encontram-se em evolução. Tais riscos são, regra geral, classificados em duas categorias distintas: os riscos orçamentários e os riscos de dívida. Os primeiros decorrem da possibilidade de que os valores estimados não se confirmem, impossibilitando, por conseguinte, uma execução financeira equilibrada. Ou seja, são riscos decorrentes da reação não conhecida a priori dos agentes econômicos diante da ocorrência de fatos imprevistos.

O crescimento real da economia é a mais importante variável utilizada para a estimação dos agregados orçamentários. À exemplo de anos anteriores, foi utilizada a previsão feita pelo Governo Federal. É certo que a economia local sofre forte influência do desempenho da economia nacional, razão pela qual a arrecadação dos tributos distritais que dependem do nível da atividade econômica fica, em boa medida, condicionada à condução da política econômica nacional. Da mesma forma, as transferências constitucionais relativas aos fundos de participação dos estados e dos municípios (FPE e FPM) têm seu comportamento influenciado pela performance econômica, uma vez que formados pelos impostos de renda e de produtos industrializados. Para o exercício de 2004 foi adotado um crescimento real do Produto Interno Bruto ¾ PIB de 3,02%.

O efeito da variação de preços também afeta as estimativas orçamentárias. No que concerne à receita, a inflação irá determinar tanto o patamar em que a demanda por produtos e serviços irá se situar, quanto os preços finais ao consumidor a serem praticados pelo mercado. Impostos sobre a produção, o faturamento, a circulação e a renda são, por conseguinte, diretamente afetados. Já do lado da despesa, a eventual ocorrência de preços efetivos superiores à média projetada promoveriam majoração não esperada dos custos operacionais do governo, assim como afetariam

o serviço da dívida interna, já que encargos e amortização são corrigidos pelo Índice Geral de Preços — IGP/DI. Para o exercício de 2004 foi utilizada uma variação de preços de 8,98%.

A estimativa de desembolso com os pagamentos referentes ao serviço da dívida externa, por seu turno, tem o cálculo vinculado à variação cambial. Em uma economia globalizada, especialmente quando da prevalência de regime cambial flutuante, as taxas de câmbio efetivamente praticadas ficam sujeitas ao que se habituou chamar, no jargão econômico, de “humor do mercado”. A volatilidade do capital especulativo já é amplamente conhecida, porém seus efeitos não são passíveis de controle pelas economias nacionais. Eventos que provoquem desequilíbrios no balanço de pagamentos, mesmo que temporários, podem implicar na necessidade da adoção de política distinta daquela praticada no momento da confecção das projeções. Não custa chamar atenção para a defasagem de aproximadamente dezesseis meses entre a conclusão da proposta orçamentária e o encerramento do exercício financeiro a que se refere. Necessidade de maior desembolso em reais para saldar compromissos assumidos em moeda estrangeira representa, pois, risco ao alcance das metas fixadas.

Outra fonte de incerteza, esta de natureza conjuntural, refere-se à versão final do texto da reforma tributária encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Avalia-se, em princípio, que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ¾ ICMS da maioria dos produtos comercializados no Distrito Federal deverá subir, pressionando os preços finais ao consumidor. Se é verdade que alíquotas maiores apontam tendência de incremento na arrecadação, não se dispõe, neste momento, de elementos que permitam quantificá-lo, mesmo porque, tendo-se em conta a reconhecidamente elevada carga tributária brasileira, as mudanças poderão provocar também efeitos indesejados, tais como aumento da propensão à sonegação e diminuição do consumo. O fato é que, em termos macroeconômicos, os efeitos práticos da doutrina de uniformização que norteia a reforma tributária dependerá das alternativas de desenvolvimento estadual/regional que se criarem.

A despesa com pessoal e encargos sociais no Distrito Federal, é sabido, representa cerca de 65% do gasto total e alcançará, no corrente exercício, aproximadamente R\$ 5,35 bilhões, exclusive qualquer reposição decorrente de inflação pretérita. Na hipótese de o índice de reajuste salarial dos servidores situar-se em torno de 1%, sem distinção de carreiras e retroagindo a 1º de janeiro, o valor saltará para pouco mais de 5,4 bilhões. Se considerado, no ano de 2004, apenas o crescimento vegetativo da folha de pagamento, o gasto com pessoal aumentará mais de 100 milhões de reais. Estimando-se, adicionalmente, uma reposição salarial linear de 6,33%, aquele montante saltará para R\$ 5,86 bilhões. Projeções apontam que constará do projeto de lei do Orçamento Geral da União a dotação aproximada de R\$ 3,77 bilhões para o pagamento de servidores das áreas de segurança pública, saúde e educação do Distrito Federal, de modo que tal reajuste implica em despesa a ser custeada pelo tesouro local da ordem de R\$ 2,1 bilhões. Portanto, cada ponto percentual, a maior ou a menor que o projetado, representa um impacto global de quase R\$ 60 milhões, sendo que a parcela entendida como sendo de responsabilidade dos cofres distritais importa em expressivos R\$ 21 milhões.

A segunda categoria de riscos compreende aqueles relacionados à dívida, isto é, os que afetam a relação entre dívida e PIB, podendo mesmo gerar despesas primárias imprevisíveis. No caso do Distrito Federal, como já evidenciado em leis de diretrizes orçamentárias de anos anteriores, não há risco de insolvência em virtude de incapacidade de pagamento de compromissos contraídos, haja vista que não há dívida mobiliária e que o perfil da dívida contratada é perfeitamente compatível com a saúde financeira distrital. Portanto, os riscos da dívida referem-se apenas aos denominados passivos contingentes. Embora de difícil quantificação e inferência quanto à probabilidade de ocorrência, cumpre reiterar a existência de processos judiciais que envolvem o Distrito Federal, os quais podem concorrer para o desequilíbrio das contas públicas. Trata-se de controvérsias acerca da indexação de salários por ocasião da edição de planos de estabilização econômica. É certo que foram impetradas ações que reclamam a correção dos vencimentos e demais vantagens de servidores pertencentes a diversas categorias funcionais, por conta de alegados prejuízos decorrentes do rompimento das regras pactuadas de reposição de perdas salariais, então em vigor. Todavia, não há elementos que permitam avaliar o impacto fiscal, caso o Distrito Federal venha a perder esses julgamentos.

Ainda em tramitação, e de natureza e conseqüência semelhantes, são as ações que reivindicam o pagamento atrasado do benefício alimentação instituído pela Lei n.º 786, de 07 de novembro de 1994, cujos efeitos foram suspensos pela aplicação do Decreto n.º 16.990, de 07 de dezembro de 1995.

Por fim, cabe uma vez mais esclarecer que os precatórios judiciais encontram-se escriturados na dívida pública consolidada. Apesar de o poder público vir atuando no sentido de criar condições legais e financeiras para o início da quitação deste passivo, preponderantemente de natureza alimentar e superior à um bilhão de reais, as medidas adotadas ainda não lograram efetividade. No entanto, a maioria das unidades da federação enfrenta problema semelhante e, possivelmente, sua solução definitiva demandará uma abordagem coletiva, com a participação da União, sob o risco de insolvência pública generalizada.

Em contrapartida ao relativamente elevado grau de incerteza inerente às projeções de agregados econômicos, a Lei Complementar n.º 101/2000 criou salvaguardas que contribuem para a identificação e a correção tempestiva de desvios que porventura se apresentem. Seu art. 9º estabelece a revisão bimestral das receitas e fixa as medidas de natureza orçamentária e financeira a serem adotadas sempre que houver perspectiva de frustração das metas de resultados programadas.

DECRETO Nº 23.965, DE 07 DE AGOSTO DE 2003

Altera o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 3.105, de 27 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 3.163, de 3 de julho de 2003, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Distrito Federal, na forma do Anexo a este Decreto.

Art. 2º Ficam os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal obrigados a encaminhar à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, para o fiel cumprimento de sua missão institucional, no prazo de 15 dias a partir da vigência deste Decreto, dados sobre as penalidades administrativas aplicadas a seus servidores, mês a mês, a partir de 1º de janeiro até 31 de julho de 2003, bem como, no prazo de quinze dias da respectiva ocorrência, informações sobre a instauração e o resultado final de sindicâncias, processos administrativos disciplinares tomadas de contas especiais e, no último dia de cada mês, sobre as punições eventualmente infligidas a servidores.

Art. 3º Integram o Sistema de Correição, Auditoria e Ouvidoria do Poder Executivo do Distrito Federal – SICAQ, subordinadas a sua supervisão técnica e orientação normativa, as unidades setoriais dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal às quais caibam as funções de Corregedoria, Auditoria e Ouvidoria.

Art. 4º Fica criada a Comissão de Coordenação de Correição, Auditoria e Ouvidoria – CCCAQ, órgão colegiado de função consultiva do Sistema de Correição, Auditoria e Ouvidoria do Poder Executivo do Distrito Federal – SICAQ, tendo como membros:

I – o Corregedor-Geral, que a presidirá;

II – o Corregedor-Geral Adjunto;

III – o Corregedor-Chefe, o Controlador-Chefe e o Ouvidor-Chefe;

IV – um titular das unidades de auditoria das entidades da Administração Indireta do Distrito Federal;

V – um titular de ouvidoria da Administração Direta do Distrito Federal;

VI – um titular de ouvidoria da Administração Indireta do Distrito Federal;

VII – um titular das unidades de corregedoria da Administração Direta do Distrito Federal;

VIII – um Assessor Especial de Controle Interno.

§ 1º Os membros referidos nos incisos IV a VIII serão designados pelo Corregedor-Geral.

§ 2º As competências e a forma de atuação da CCCAQ serão estabelecidas no respectivo regimento interno, proposto pelo colegiado e aprovado pelo Corregedor-Geral.

Art. 5º Ficam criadas, na estrutura da Corregedoria, da Controladoria e da Ouvidoria da Corregedoria-Geral, as Câmaras Setoriais, órgãos colegiados que têm por finalidade desenvolver estudos,

apresentar sugestões e discutir critérios e normas atinentes a cada uma das áreas que compõem o Sistema de Correição, Auditoria e Ouvidoria do Poder Executivo do Distrito Federal – SICAQ, para apreciação da CCCAQ.

Parágrafo único. As competências, composição e forma de atuação das referidas Câmaras Setoriais, que serão presididas pelo Corregedor-Chefe, pelo Controlador-Chefe e pelo Ouvidor-Chefe, respectivamente, serão estabelecidas em regimento interno proposto pelos respectivos colegiados e aprovado pelo Corregedor-Geral.

Art. 6º As entidades da Administração Indireta do Distrito Federal organizarão as respectivas unidades de auditoria interna, subordinadas a seus dirigentes máximos, com suporte de recursos humanos e materiais compatíveis com suas estruturas, visando fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

§ 1º Caso a demanda da entidade não comporte a estruturação de uma unidade de auditoria interna, constará de seu ato de regulamentação o desempenho dessa atividade por um auditor interno.

§ 2º As unidades de auditoria interna encaminharão, até 30 de setembro de cada ano, à Controladoria da Corregedoria-Geral, para efeito de integração das ações de controle, seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte.

Art. 7º Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal organizarão as respectivas unidades de ouvidoria, subordinadas a seus dirigentes máximos, com suporte de recursos humanos e materiais compatíveis com suas estruturas.

Parágrafo único. Caso a demanda do órgão ou entidade não comporte a estruturação de uma unidade de ouvidoria, será designado servidor específico para exercer a função de ouvidor.

Art. 8º A nomeação, exoneração ou dispensa de titular de unidade de corregedoria, auditoria interna e ouvidoria será submetida, previamente, pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, à Corregedoria-Geral.

Art. 9º Nenhum documento ou informação poderá ser negado aos Analistas da Controladoria, no regular exercício de suas atribuições na Corregedoria-Geral do Distrito Federal.

Art. 10. Aos servidores em exercício na Corregedoria-Geral do Distrito Federal é vedada a participação em comissões de licitação pública, de tomada de contas especial, de sindicância, de processos administrativos disciplinares, de avaliação de bens, ou em outras assemelhadas, salvo aquelas constituídas no seu âmbito interno.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 23.602, de 12 de fevereiro de 2003.

Brasília, 07 de Agosto de 2003
115º da República e 44º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ